

Relatório do 1º semestre de 2012

 Santander Totta



Relatório do 1º Semestre de 2012

3	Principais Indicadores
4	Órgãos Sociais
6	Enquadramento da Actividade
10	Informação Económica e Financeira
18	Áreas de Negócio
24	Gestão de Risco
31	Informação Complementar e Anexos
34	Demonstrações Financeiras Consolidadas
40	Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas



Principais Indicadores

milhões de euros	Jun-12	Jun-11	Var.
Balço e Resultados			
Activo Líquido	40.223	38.557	+4,3%
Crédito Líquido	28.318	29.554	-4,2%
Recursos de Clientes	27.218	26.727	+1,8%
Capital Próprio + Int. Minoritários + Pas. Subordinados	2.112	2.145	-1,5%
Margem Financeira Estrita	282,2	292,6	-3,6%
Comissões Líquidas e Out.Result.Actividade Bancária	176,8	179,3	-1,4%
Produto Bancário	539,3	403,1	+33,8%
Resultado de Exploração	304,8	152,2	+100,3%
Resultado Antes de Impostos e I.M.	64,0	63,5	+0,8%
Resultado Consolidado do Exercício	52,1	61,8	-15,6%
Rácios			
ROE	7,5%	6,0%	+1,6 p.p.
ROA	0,3%	0,3%	-0,1 p.p.
Rácio de Eficiência	43,5%	62,3%	-18,8 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios *	10,9%	10,3%	+0,6 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios Base (Tier I) *	10,9%	10,4%	+0,5 p.p.
Core Capital *	9,5%	9,1%	+0,4 p.p.
Crédito Vencido a mais de 90 dias / Crédito Total	2,85%	1,76%	+1,1 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	2,89%	1,78%	+1,1 p.p.
Crédito em Risco / Crédito Total	4,03%	2,27%	+1,8 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido a mais de 90 dias	100,7%	112,1%	-11,3 p.p.
Cobertura de Crédito com Incumprimento	99,6%	111,0%	-11,4 p.p.
Cobertura de Crédito em Risco	71,4%	90,9%	-19,5 p.p.
Rácio de Alavancagem**	131,2%	145,3%	-14,1 p.p.
Notações de Rating			
FitchRatings	curto prazo	F3	F1+
	longo prazo	BBB-	AA
Moody's	curto prazo	NP	P-2
	longo prazo	Ba1	A3
Standard & Poor's	curto prazo	B	A-3
	longo prazo	BB	BBB-
DBRS	curto prazo	R-1L	-
	longo prazo	AL	-
Outros Dados			
Colaboradores	5.670	5.784	-114
Colaboradores em Portugal	5.620	5.730	-110
Pontos de Atendimento	684	730	-46
Total de Agências e Centros Empresa em Portugal	659	689	-30

* Com resultado líquido de dividendos a distribuir

** Calculado de acordo com a definição do "Memorando de Entendimento"



Órgãos Sociais

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino
Vice – Presidente	António de Macedo Vitorino
Secretário	António Miguel Leonetti Terra da Motta

Conselho de Administração

Presidente	Matias Pedro Rodriguez Inciarte
Vogais	António José Sacadura Vieira Monteiro Carlos Manuel Amaral de Pinho Eduardo José Stock da Cunha João Baptista Leite José Carlos Brito Sítima José Urgel Moura Leite Maia José Manuel Alves Elias da Costa Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Conselho Fiscal

Presidente	Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha
Vogais	Mazars & Associados, S.R.O.C. Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro
Suplente	Pedro Alves Guerra

Revisor Oficial de Contas

Deloitte & Associados, S.R.O.C., S.A.

Comissão Executiva

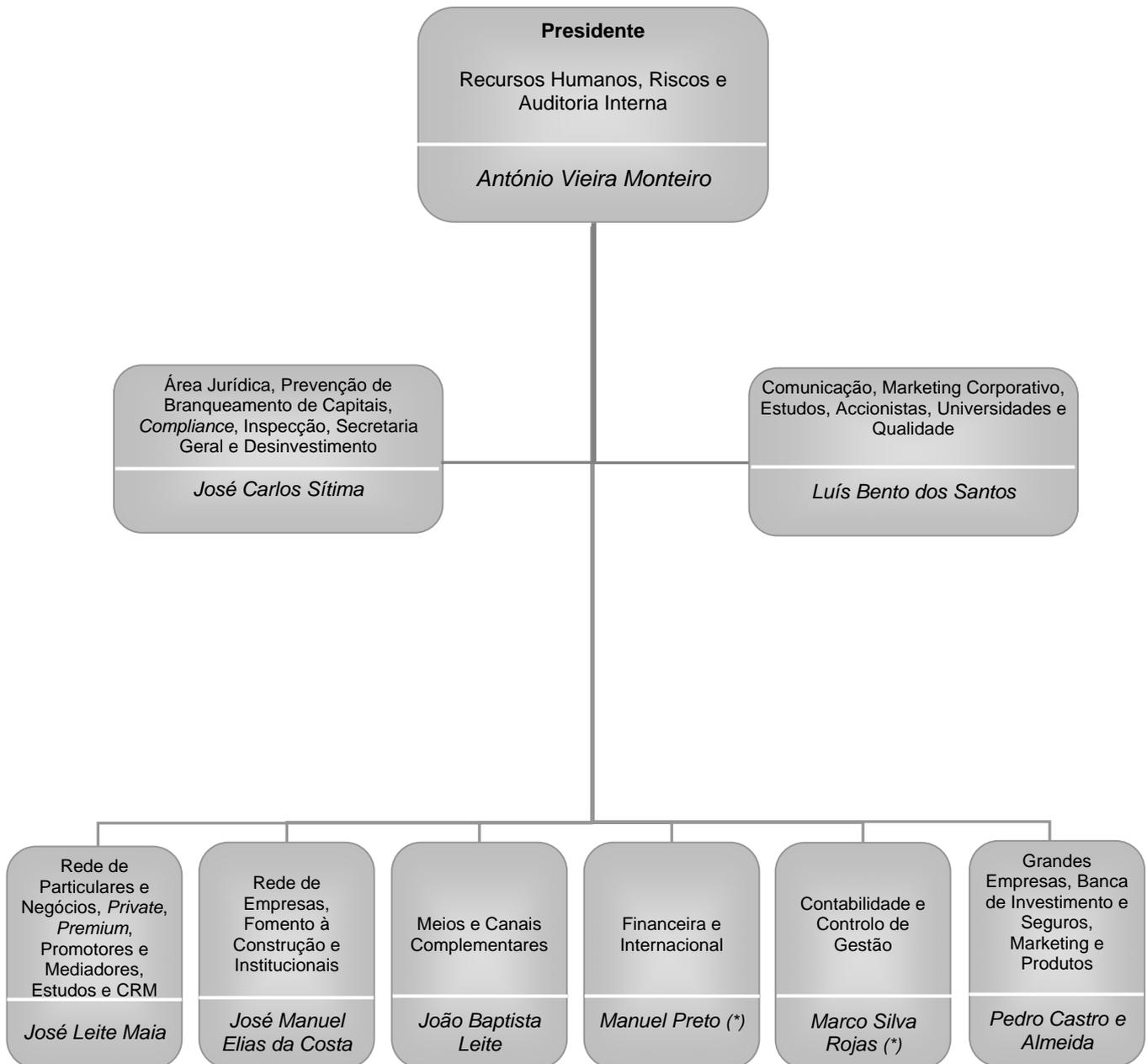
Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro
Vogais	João Baptista Leite José Carlos Brito Sítima José Manuel Alves Elias da Costa José Urgel Moura Leite Maia Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Secretário da Sociedade

Efectivo	António Miguel Leonetti Terra da Motta
Suplente	Luís Manuel Batista Figueiredo



Organigrama Funcional da Comissão Executiva



(*) Membros Agregados à Comissão Executiva

Notas:

- (1) Nuno Manuel da Silva Amado renunciou ao cargo de Administrador em 27/01/12
- (2) Miguel de Campos Pereira de Bragança renunciou ao cargo de Administrador em 11/02/12

Enquadramento da Actividade

Economia Internacional

A conjuntura externa permaneceu envolta em grande incerteza, especialmente na Europa, devido ao aprofundamento da crise da dívida soberana na zona euro. As sucessivas ondas de choque têm-se materializado num aumento da incerteza, com claros sinais de contágio à actividade económica, através da moderação da despesa do consumo privado, bem como do investimento. Essas mesmas ondas de choque têm-se transmitido das economias periféricas não só para o núcleo europeu, mas também para outras regiões económicas e geográficas, como a Ásia.

A informação disponível relativa ao segundo trimestre, na zona euro, confirma um agudizar do clima recessivo, com o PIB a contrair 0,4% em termos homólogos. A Alemanha, até aqui relativamente imune à crise na Europa, começa a evidenciar sinais mais claros do contágio, com uma desaceleração da actividade (incluindo as exportações) e com os índices de confiança dos empresários (Ifo, PMI) a retrocederem para os níveis mais fracos desde 2009.

O contágio acentuou-se ainda no primeiro trimestre, com a crise a estender-se a Espanha e Itália, reflectindo-se numa subida das taxas de juro exigidas pelos investidores nos vários leilões de dívida pública, de curto e de longo prazo.

Em Espanha, as tensões agravaram-se após o Governo ter revelado, por um lado, que o défice orçamental de 2011 foi mais elevado do que o previsto inicialmente, devido à derrapagem da despesa nas comunidades autónomas, e, por outro lado, que o ritmo de consolidação seria mais gradual do que o inicialmente antecipado.

Posteriormente, e na sequência do anúncio de novos problemas na carteira de crédito do Banco Bankia (criado a partir da fusão de várias *cajas de ahorro*), foi efectuado um *stress test* ao conjunto do sistema financeiro espanhol. O exercício, desenvolvido pelas consultoras Roland Berger e Oliver Wyman, estimou as necessidades de capital do sector bancário num valor entre 51 e 62 mil milhões de euros, abaixo dos 100 mil milhões de euros acordados com as autoridades europeias, no âmbito de um programa de apoio financeiro para a reestruturação e recapitalização do sector.

Este programa será, numa primeira fase, efectuado através de empréstimos ao Estado espanhol, mas, posteriormente, os fundos europeus FEEF/MEE poderão apoiar directamente os bancos, uma vez concluída a criação de um mecanismo único de supervisão bancária, a nível europeu, que inclua também o BCE.

Na Grécia foi concluído o programa de reestruturação da dívida pública grega (“PSI – private sector involvement”), no qual a esmagadora maioria dos investidores privados aceitou os termos de troca, com uma perda associada equivalente a 53,5% do valor nominal (cerca de 75% do valor investido) e que, por um lado, desbloqueou a aprovação de um segundo pacote de resgate, no montante de 130 mil milhões de euros, e, por outro, deverá contribuir para que a dívida pública grega, em percentagem do PIB, possa reduzir-se até 117% em 2020.

Após uma primeira eleição que resultou na ausência de uma maioria governativa estável, o segundo processo eleitoral resultou numa maioria parlamentar apoiada pela Nova Democracia, PASOK e DIMAR, com o Governo comprometido não só com o cumprimento dos acordos com as instituições internacionais, mas também a solicitar uma flexibilização das metas, que permita um ajustamento menos brusco para a economia. Até ao momento, não houve um acordo para a revisão do programa, apesar da abertura revelada pelos líderes europeus.

As autoridades europeias adoptaram um conjunto de medidas de apoio económico, visando apoios de mais curto prazo, enquanto são adoptados mecanismos estruturais de resolução da crise.

O Conselho Europeu de 28-29 de Junho decidiu reforçar as medidas de apoio ao crescimento económico, com o aumento de capital do BEI – Banco Europeu de Investimento, a reafecção de fundos comunitários e a criação de “project bonds”, dívida comum emitida pela UE para financiar projectos de investimento, num montante total de 130 mil milhões de euros, ou cerca de 1% do PIB europeu.

O BCE, em reacção aos sinais de agravamento da recessão europeia, desceu as taxas de juro de referência, colocando a principal taxa de cedência de liquidez em 0,75%, e a taxa de depósito em 0%, o que

se reflectiu numa descida das taxas de juro de mercado. Ainda assim, o BCE reconhece que estas medidas deverão ter um impacto limitado sobre a economia europeia.

No final de Julho, o Presidente do BCE, numa conferência em Londres, afirmou que o BCE faria o que estivesse dentro do seu mandato para defender o euro, e que isso “seria suficiente”. Na reunião de Agosto, foi comunicado que o BCE iria estudar a forma de intervenção, conjuntamente com os fundos europeus de resgate, mas que os países que necessitem dessa intervenção terão que pedir um apoio formal, sujeito a condicionalidade, aos fundos europeus FEEF/MEE.

Nos EUA, o crescimento económico tem permanecido moderado, com a taxa de desemprego a estabilizar em 8,3%, muito acima da média dos últimos anos e dos níveis considerados como consistentes com o pleno emprego (cerca de 6%, de acordo com o consenso de mercado). Em resultado, e devido aos maiores riscos para a economia norte-americana colocados pela crise europeia, a Reserva Federal tem mencionado a possibilidade de adopção de novas medidas de estímulo não convencionais. Apesar de os investidores anteciparem uma nova vaga do programa de aquisição de dívida pública (*quantitative easing*), a Reserva Federal apenas prolongou a operação “Twist”, na qual reinveste em maturidades mais longas as aplicações que já tem em dívida pública norte-americana.

A adopção de políticas monetárias expansionistas foi relativamente generalizada: o Banco Central da China decidiu uma descida das taxas de juro de referência e o Banco de Inglaterra anunciou um incremento do seu programa de aquisição de dívida pública, para £375 mil milhões (um aumento de 50 mil milhões).

A incerteza continuou a dominar a evolução dos mercados financeiros, com os *spreads* de crédito de Espanha e Itália a atingirem máximos, mas que seriam posteriormente revertidos. As *yields* alemãs desceram de forma pronunciada, reflectindo um movimento de fuga para a qualidade, que se reflecte actualmente em *yields* negativas para os prazos até 2 anos.

Os mercados accionistas reflectiram a evolução económica diferenciada, com uma valorização nos EUA e uma estagnação na Europa, com excepção dos mercados periféricos, que registaram desvalorizações mais pronunciadas.

O clima de incerteza sobre a situação europeia reflectiu-se também na cotação do euro, que caiu em termos de taxa de câmbio efectiva, para o nível mais baixo desde 2003. Isso reflecte a depreciação face ao dólar para o nível mais baixo desde 2010 (igualando os níveis de 2006), mínimos de 2008 face à libra esterlina

e a depreciação para mínimos desde 2000 face ao iene. Face ao franco suíço, o euro cota em redor de 1,2, o nível fixado pelo Banco Nacional da Suíça como referência para evitar uma maior apreciação do franco.

Economia Portuguesa

O PIB continuou a contrair, agravando a recessão no 2T2012, quando a queda homóloga foi de 3,3%, após 2,3% no trimestre anterior.

O actual ciclo caracteriza-se por um ajustamento bastante mais rápido do que o esperado da procura interna, com especial destaque para o consumo privado, que tem vindo a contrair já há seis trimestres consecutivos, considerando o actual trimestre. Os dados disponíveis revelam a possibilidade de o consumo de bens duradouros poder mesmo ter recuperado, em termos trimestrais, dado que as vendas de automóveis ligeiros de passageiros aumentaram face ao trimestre anterior.

O investimento, por seu lado, terá continuado a reduzir-se, embora ainda de forma pronunciada, com um agravamento da contracção no sector da construção, bem como na despesa em máquinas e equipamentos. As tensões nos mercados de crédito, em especial o agravamento da crise a nível europeu, com o maior contágio a Espanha e Itália, e subsequente aumento da incerteza quanto às perspectivas de procura, são os principais factores que explicam o adiamento de decisões de expansão da capacidade instalada.

As exportações líquidas terão continuado a ser o motor da economia, embora em desaceleração face ao trimestre anterior. O mencionado agravamento da crise na zona euro está a resultar numa deterioração da conjuntura económica, com a consequente moderação da procura externa. As exportações portuguesas estão a desacelerar, em especial as destinadas à Europa. Por exemplo, as vendas para Espanha caíram cerca de 5%, nos primeiros 5 meses do ano, mas as exportações totais crescem 9%. Isso reflecte a capacidade das empresas nacionais em procurar mercados de exportação alternativos, sendo especialmente bem-sucedidas no que toca a mercados extra-comunitários (Angola e China, por exemplo).

Em linha com a tendência recente, o défice comercial tem vindo a reduzir-se de forma sustentada. O Banco de Portugal, no Boletim Económico de Verão, antecipa que a balança de bens e serviços possa registar um excedente de 0,4% do PIB já em 2012.

No primeiro trimestre do ano terminou a vertente 3 do *Special on-site Inspection Programme* ao sistema bancário nacional, conduzido pelo Banco de Portugal

juntamente com auditores externos. Esta vertente analisou a qualidade das metodologias e sistemas de *stress test* utilizados pelos bancos nacionais, concluindo que duas das instituições (entre as quais a Santander Totta SGPS) tiveram avaliação máxima, com metodologias claramente apropriadas.

No final de Junho, foi concluído o programa de recapitalização do sector bancário, que visa o cumprimento dos objectivos mínimos para o rácio Core Tier 1 de 9%, como exigido pela Autoridade Bancária Europeia (a 30 de Junho), bem como de 10% para o final do ano.

O aumento de capital pelas instituições envolvidas foi de 7,75 mil milhões de euros. Uma das instituições recorreu exclusivamente aos seus accionistas, enquanto duas acederam à linha de recapitalização de 12 mil milhões de euros estabelecida no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro.

Concluída a quarta avaliação do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, pelas três instituições internacionais FMI/CE/BCE, foi reafirmada a conclusão anterior, de que o Programa está em curso e em linha com o esperado.

Conclui a avaliação dizendo que “this review confirms that the programme is making good progress amid continued strong external support. **Provided that the authorities persevere with strict programme implementation, the euro area Member States have declared they stand ready to support Portugal until market access is regained.** The efforts of the Portuguese authorities are being complemented by a strengthened EU economic policy framework and new EU initiatives to support growth and employment in Portugal and in Europe as a whole.” (realce nosso).

Apesar dos desafios existentes, a avaliação pelas instituições internacionais concluía também que a meta orçamental de 4,5% do PIB para 2012 poderia ser ainda atingida, sem a necessidade de medidas adicionais.

No entanto, os dados mais recentes, que já incluem informação mais completa ao nível do IVA, quanto aos efeitos totais das alterações fiscais introduzidas no início do ano (alterações nas tabelas do IVA), sinalizam que a maior quebra da procura interna se está a reflectir numa menor receita fiscal ao nível dos impostos indirectos. Por outro lado, a maior subida do desemprego (que atingiu o máximo histórico de 15,0% no 2T2012) está a reflectir-se numa subida da despesa pública em prestações sociais às famílias.

Estes dois factores estão a dificultar o estrito cumprimento das metas orçamentais, sem a adopção

de medidas adicionais. No entanto, é de salientar que as restantes componentes da despesa estão a evoluir em linha com o esperado.

Ao nível dos critérios de aceitação de colateral nas operações de refinanciamento junto do BCE, o Banco de Portugal tomou duas decisões: (i) ao nível dos créditos individuais, baixar o montante mínimo para 100 mil euros (antes, 500 mil euros) e aumentar a probabilidade de *default* (PD) associada, para 1,5% (de 0,4%); e (ii) aceitar *pools* homogéneas de créditos, sem necessidade de *rating* (através da criação de securitizações sintéticas).

Estas medidas são muito importantes na actual conjuntura em que a República viu o seu *rating* revisto para o nível de “speculative grade” (afectando também os bancos), na medida em que separa a capacidade de financiamento junto do BCE, da actuação das agências de *rating*. Caso esta medida não tivesse sido adoptada, existiria o risco de várias titularizações perderem a elegibilidade, comprometendo o financiamento da economia portuguesa.

Os *spreads* de crédito estreitaram no decurso do primeiro semestre do ano, em especial a partir da Primavera. Essa evolução reflectiu a maior redução das taxas de juro de longo prazo portuguesas, já que as *yields* alemãs desceram também para mínimos históricos. No prazo dos 10 anos, a *yield* da OT portuguesa caiu abaixo dos 10%, o nível mais baixo desde o pedido de assistência económica e financeira, em Maio de 2011.

Ao longo do primeiro semestre, o Tesouro Português manteve a sua presença nos mercados de dívida de curto prazo, através da emissão de Bilhetes do Tesouro, cuja maturidade máxima foi ampliada até 18 meses. A procura, ainda que sobretudo oriunda de investidores nacionais, permaneceu suportada, e as taxas de juro de colocação desceram, para 2,3% a 6 meses e 3,5% a um ano.

A agência de notação de crédito Moody's reviu em baixa o *rating* da República para Ba3, no nível de “high yield”, e a Standard and Poor's reviu o *rating* para BB, no âmbito das revisões de ratings dos soberanos europeus.

As medidas adoptadas pelo BCE e pelo Banco de Portugal, em termos de novas regras de colateral, minimizam o impacto destas revisões em baixa do *rating* da República e dos bancos na capacidade de financiamento junto do BCE.

O financiamento obtido pelo sistema financeiro português junto do BCE aumentou para cerca de 60 mil milhões de euros, no final do segundo trimestre, mas

esse aumento ocorreu na segunda operação de cedência de liquidez a 3 anos, em Fevereiro, e foi realizado por várias instituições não domésticas, que substituíram as linhas que tinham junto das respectivas casas-mãe.

O ritmo de desalavancagem do sector bancário abrandou no primeiro semestre de 2012, depois de uma maior redução do rácio crédito/depósitos ocorrida no segundo semestre de 2011. As alterações nas regras de colateral e a flexibilização do rácio, que passou a ser indicativo, contribuíram para esta moderação.

O crescimento dos depósitos manteve-se sustentado, embora os bancos tenham passado a gerir noutros moldes o ritmo da sua captação, para proteger a margem financeira. Também as novas regras do Banco de Portugal quanto aos *spreads* máximos praticáveis nos depósitos, e que conduziram a uma descida das taxas de juro, contribuíram para esta alteração.

O crédito continuou a contrair, em especial ao nível do crédito a empresas, mas associado também a uma redução dos depósitos das mesmas, o que pode sinalizar, a este nível, a liquidação de créditos num quadro de *spreads* de crédito elevados. A nova produção de crédito hipotecário caiu para mínimos históricos, em redor de 150 milhões de euros por mês, sendo insuficiente para repor o crédito que amortiza regularmente.

Principais riscos e incertezas no segundo semestre de 2012

Os riscos e incertezas que podem afectar a actividade no segundo semestre são de duas ordens, uma de origem internacional, outra doméstica.

A nível internacional, têm-se como factores de risco, as perspectivas de crescimento na zona euro, mais negativas e penalizadas pelo contágio da crise da dívida soberana a outras economias de maior dimensão, como Espanha e Itália, e pelo impacto sobre a actividade dos países mais importantes, até aqui relativamente imunes. Sendo a zona euro destino de mais de 60% das exportações portuguesas, uma recessão mais profunda pode anular aquele que tem sido o motor da economia portuguesa: as exportações.

Também as dúvidas sobre a sustentabilidade da zona euro, no seu actual figurino, são um factor de risco importante, porque implicam a existência de um prémio de convertibilidade nas *yields* portuguesas, apesar dos avanços obtidos no cumprimento das metas estabelecidas no Programa de Ajustamento Económico e Financeiro. Adicionalmente, impede um melhor

acesso da República e/ou bancos aos mercados financeiros internacionais, agravando as suas condições de financiamento.

A nível doméstico, as principais incertezas estão relacionadas com a evolução da actividade económica. A contracção da procura interna, em especial do consumo privado, está a afectar de especial modo a receita fiscal, em particular do IVA, que está muito abaixo dos objectivos traçados no Orçamento do Estado para 2012. O maior aumento do desemprego, por seu lado, está a afectar as contas da Segurança Social, com uma menor receita de contribuições, e maior subida da despesa com subsídios de desemprego. Esta dinâmica agrava o risco de incumprimento das metas e de necessidade de novas medidas de austeridade, que possam agravar ainda mais a recessão.

Ao nível do sector financeiro, os riscos são variados. O enquadramento económico adverso pode implicar um maior agravamento dos rácios de incumprimento e, por essa via, afectar a rendibilidade e o capital das instituições bancárias. Os bancos continuam sujeitos aos requisitos de 10% para o rácio de *Core Tier 1*, bem como, em 4 das instituições, ao *buffer* soberano exigido pela EBA (European Banking Authority).

Adicionalmente, apesar da flexibilização dos objectivos relativos ao rácio de transformação, os bancos têm que continuar a aumentar a sua base de depósitos, num quadro de reduzida capacidade de criação de poupança pelas famílias e de incerteza sobre a situação fundamental do sector.

O cumprimento de objectivos, pelo Estado e pelo sector bancário, é fundamental para recuperar a confiança dos investidores internacionais e permitir que o actual nível de financiamento nos mercados globais (que, de qualquer forma, é reduzido) se possa manter e, a prazo, ampliar.

Actividade Consolidada

Introdução

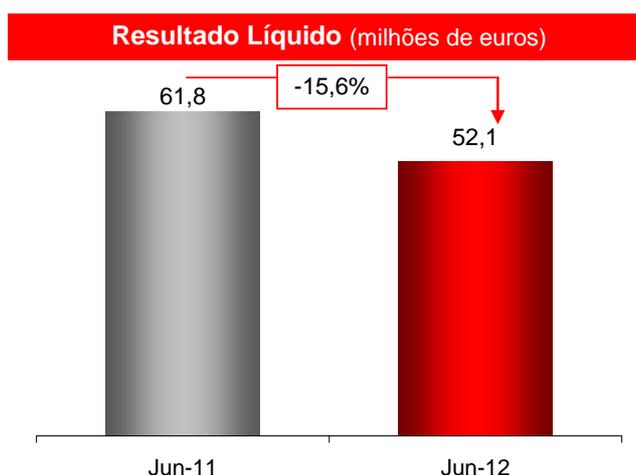
Desenvolvendo a sua actividade num contexto de recessão económica, o Banco Santander Totta prosseguiu uma estratégia assente no controlo rigoroso do crédito vencido e dos custos operacionais em simultâneo com a melhoria do *gap* comercial.

A política de desalavancagem do balanço traduziu-se na diminuição do rácio de transformação dos depósitos em crédito que, no final de Junho de 2012, se fixou em 131,2%. A melhoria de 14,1p.p. do rácio face ao período homólogo reflectiu o aumento anual de 9,7% nos depósitos de clientes e a diminuição de 4,2% no crédito líquido.

No final de Junho de 2012, o rácio de adequação de fundos próprios de base Tier I fixou-se em 10,9% e o rácio Core Capital atingiu 9,5%.

O Banco Santander Totta apurou um resultado líquido consolidado de 52,1 milhões de euros, que compara com 61,8 milhões de euros contabilizados no período homólogo, revelando um desempenho favorável das receitas e dos custos operacionais, minorado pelo aumento da imparidade e provisões líquidas, no âmbito da sua política prudente de avaliação de riscos.

O produto bancário aumentou 33,8%, influenciado por uma mais-valia obtida na recompra de títulos emitidos no âmbito de operações de securitização de créditos, que foi anulada pela constituição de provisões não obrigatórias, como medida de prudência num enquadramento de deterioração da conjuntura económica, não tendo portanto impacto no resultado líquido do semestre. Por seu turno, os custos operacionais diminuíram 6,5% face ao valor verificado em Junho de 2011.



Demonstração de Resultados

milhões de euros	Jun-12	Jun-11	Var.
Margem Financeira Estrita	282,2	292,6	-3,6%
Rendimento de Instrumentos de Capital	1,6	1,2	+32,8%
Margem Financeira	283,8	293,9	-3,4%
Comissões Líquidas e Outros Resultados da Actividade Bancária	176,8	179,3	-1,4%
Margem Comercial	460,6	473,2	-2,7%
Resultado de Operações Financeiras	78,7	(70,0)	<-200%
Produto Bancário	539,3	403,1	+33,8%
Custos Operacionais	(234,5)	(251,0)	-6,5%
Custos com Pessoal	(133,1)	(148,4)	-10,3%
Gastos Gerais	(68,7)	(71,9)	-4,4%
Amortizações	(32,7)	(30,6)	+6,8%
Resultado de Exploração	304,8	152,2	+100,3%
Imparidade e Provisões Líquidas	(245,5)	(95,2)	+157,9%
Equivalência Patrimonial	4,6	6,5	-28,7%
Resultado Antes de Impostos e I.M.	64,0	63,5	+0,8%
Impostos	(11,8)	(1,7)	>+200%
Interesses Minoritários	0,0	0,0	-50,0%
Resultado Consolidado do Exercício	52,1	61,8	-15,6%

* Os custos com pessoal de Junho de 2011 excluem 4,3 milhões de euros referentes ao excesso do corredor do fundo de pensões

No final do 1º semestre de 2012, o Banco Santander Totta registou um resultado líquido consolidado de 52,1 milhões de euros, que compara com 61,8 milhões de euros contabilizados no período homólogo do ano anterior, diminuindo 15,6%. As receitas aumentaram 33,8%, os custos operacionais desceram 6,5% e a imparidade e provisões líquidas apresentaram uma subida homóloga de 157,9%. No primeiro trimestre deste ano, realizou-se uma operação de recompra de títulos emitidos no âmbito de operações de securitização de créditos, a qual não teve impacto no resultado líquido, dado o proveito gerado ter sido anulado pela constituição de provisões não obrigatórias.

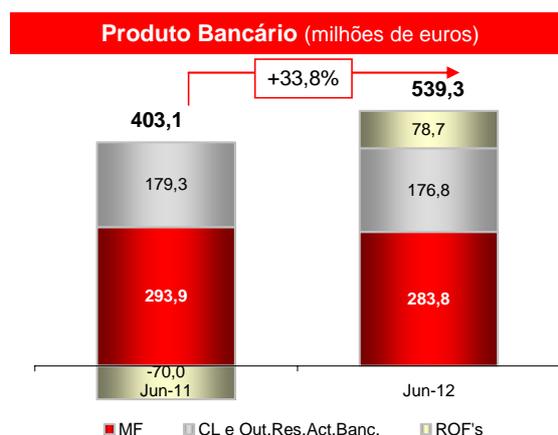
A margem financeira estrita, principal componente das receitas, situou-se em 282,2 milhões de euros, levando a um decréscimo homólogo de 3,6%. A evolução da margem financeira traduziu a diminuição da carteira de crédito, no âmbito do processo de desalavancagem do balanço e da maior pressão das margens de passivo, num enquadramento concorrencial muito agressivo. Contudo salienta-se o crescimento trimestral verificado neste ano, em consequência de uma gestão prudente

de *spreads* de activos e de passivos, através de uma adequada segmentação da oferta comercial.

As comissões líquidas e outros resultados da actividade bancária atingiram 176,8 milhões de euros, 1,4% abaixo do valor registado em Junho de 2011. Destaca-se o desempenho favorável das comissões de papel comercial, de seguros financeiros, de contas e de meios de pagamento, minorado, no entanto, pelo pior comportamento das comissões de crédito, de assessoria financeira, de distribuição de fundos de investimento e de seguros de risco.

O resultado de operações financeiras totalizou 78,7 milhões de euros e inclui o resultado obtido na operação de recompra de títulos emitidos no âmbito de operações de securitização de créditos, realizada no primeiro trimestre. Recorde-se que no período homólogo, registaram-se menos valias provenientes da venda de carteiras de créditos e de títulos.

Em consequência da evolução acima mencionada, o produto bancário alcançou 539,3 milhões de euros, com um aumento de 33,8% em relação a Junho de 2011.



Os custos operacionais ascenderam a 234,5 milhões de euros, tendo uma variação homóloga de -6,5%. Os custos com pessoal regrediram 10,3%, reflectindo a redução do número médio de colaboradores, a alteração legislativa deste ano no cálculo do subsídio de morte no valor de 9,2 milhões de euros e os custos com a integração da Totta-IFIC e com reformas antecipadas, no valor de 2,4 milhões de euros, registados em Junho de 2011. Excluindo estes efeitos,

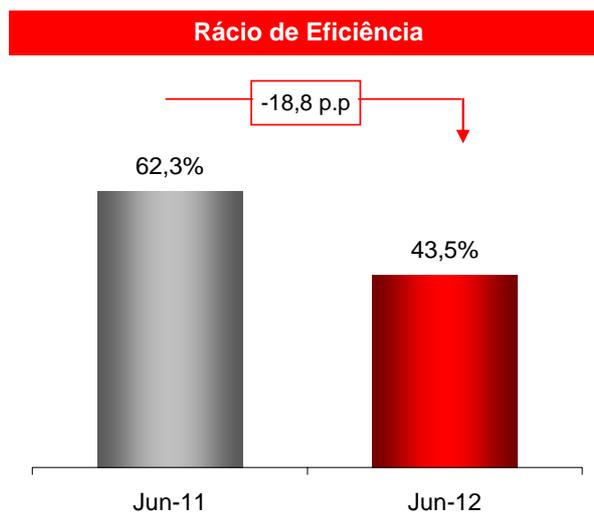
os custos com pessoal teriam diminuído 2,6% e os custos operacionais decresceriam 1,9%.

Os gastos gerais reduziram 4,4%, decorrente do plano de optimização da capacidade instalada e as amortizações subiram 6,8%, em consequência dos investimentos efectuados em informática, assim como da antecipação de amortizações derivada do encerramento de balcões.

milhões de euros	Jun-12	Jun-11	Var.
Custos com Pessoal	(133,1)	(148,4)	-10,3%
Gastos Gerais	(68,7)	(71,9)	-4,4%
Custos de Transformação	(201,8)	(220,3)	-8,4%
Amortizações	(32,7)	(30,6)	+6,8%
Custos Operacionais	(234,5)	(251,0)	-6,5%
Rácio de Eficiência (exclui amortizações)	37,4%	54,7%	-17,2 p.p.
Rácio de Eficiência	43,5%	62,3%	-18,8 p.p.

O rácio de eficiência, que representa os custos operacionais em percentagem do produto bancário, desceu de 62,3% em Junho de 2011 para 43,5% em Junho de 2012 (-18,8 p.p.), resultando da conjugação da subida das receitas em 33,8% e da descida dos custos operacionais em 6,5%.

O resultado de exploração atingiu 304,8 milhões de euros, superior ao montante alcançado no final do primeiro semestre de 2011 de 152,2 milhões de euros, em 100,3%.



Quanto a indicadores de produtividade, destaca-se a evolução dos recursos por ponto de atendimento e por colaborador.

milhões de euros	Jun-12	Jun-11	Var.
Crédito ⁽¹⁾ por Colaborador	5,4	5,5	-1,7%
Recursos por Colaborador	4,8	4,6	+3,9%
Crédito ⁽¹⁾ por Ponto de Atendimento ⁽²⁾	44,6	43,4	+2,9%
Recursos por Ponto de Atendimento ⁽²⁾	39,8	36,6	+8,7%

(1) Inclui garantias.

(2) Inclui agências, centros empresa, sucursais e escritórios de representação

O total de imparidade e provisões líquidas situou-se em 245,5 milhões de euros em comparação com 95,2 milhões de euros registados no período homólogo, ou seja mais 157,9%, em consonância com a degradação dos riscos actuais e previsíveis decorrentes da recessão económica, nomeadamente através do reforço de provisionamento não obrigatório para a anulação do impacto da mais-valia gerada na recompra de títulos emitidos no âmbito de operações de securitização de crédito. O Banco Santander Totta manteve assim uma política conservadora e prudente na gestão do risco.

O resultado antes de impostos de 64,0 milhões de euros registou um acréscimo homólogo de 0,8%. O resultado líquido consolidado, no final de Junho de 2012, ascendeu a 52,1 milhões de euros, equivalente a uma diminuição de 15,6%, face aos 61,8 milhões de euros registados em Junho de 2011.

Balanço e Actividade

Num enquadramento de restrições de liquidez no acesso dos bancos aos mercados de financiamento internacional e do compromisso assumido no programa de ajustamento económico e financeiro, a solidez e a desalavancagem do balanço foram prioridades estratégicas do Banco Santander Totta.

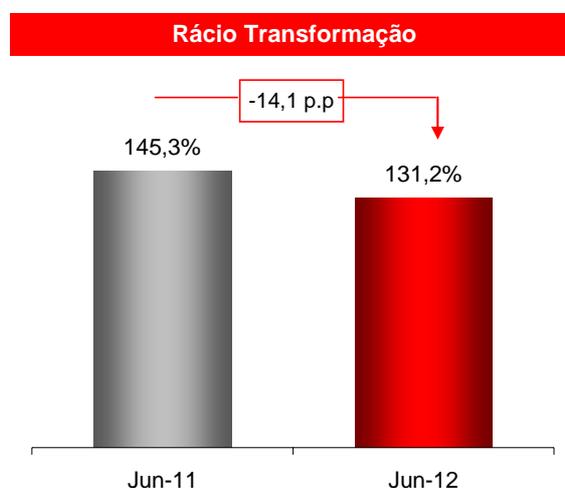
O crédito (incluindo garantias e avales) diminuiu 3,6%, alcançando 30,5 mil milhões de euros em Junho de 2012 e os recursos de clientes totalizaram 27,2 mil milhões de euros (variação anual de 1,8%) mediante o aumento de 8,8% nos recursos de balanço e da descida de 15,2% nos recursos fora de balanço. Esta evolução conduziu a uma variação homóloga de -1,1% no volume de negócio, que no final do semestre ascendeu a 57,7 mil milhões de euros.

milhões de euros	Jun-12	Jun-11	Var.
Volume de Negócio	57.741	58.387	-1,1%
Crédito Bruto ⁽¹⁾	30.523	31.661	-3,6%
Recursos de Clientes	27.218	26.727	+1,8%

⁽¹⁾ Inclui garantias e avales

A descida do crédito em simultâneo com o aumento dos depósitos de clientes tem vindo a traduzir-se numa desalavancagem gradual do balanço, com o rácio de transformação dos depósitos em crédito, no final de Junho de 2012 a fixar-se em 131,2%, diminuindo 14,1 p.p. em relação aos 145,3% registados em Junho

de 2011 (rácios calculados de acordo com a definição estabelecida no Memorando de Entendimento).



A diminuição da carteira de crédito do Banco traduz a redução acentuada na procura de crédito, associada principalmente à deterioração das perspectivas económicas e à diminuição do rendimento disponível dos particulares. No entanto, a posição confortável de liquidez do Banco permite a continuação de uma política de apoio às empresas economicamente viáveis,

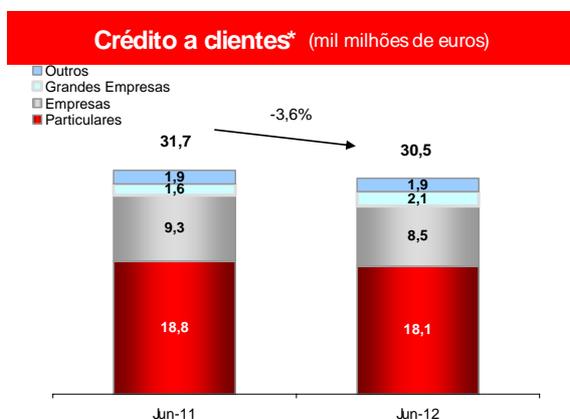
que se tem vindo a traduzir na posição de destaque alcançada nas linhas PME Investe, em que o Banco detém uma quota de mercado de 17%, tendo colocado mais de 14.400 operações, num valor total de 1,5 mil milhões de euros.

milhões de euros	Jun-12	Jun-11	Var.
Crédito Bruto (inclui garantias e avales)	30.523	31.661	-3,6%
Crédito Bruto	29.156	30.149	-3,3%
do qual			
Banca Comercial	26.617	28.145	-5,4%
Crédito a Empresas	8.499	9.337	-9,0%
Negócios	3.439	3.971	-13,4%
Rede Empresas	5.060	5.366	-5,7%
Crédito a Particulares	18.118	18.808	-3,7%
do qual			
Habitação	16.014	16.499	-2,9%
Consumo	1.487	1.627	-8,6%
Grandes Empresas e Institucionais	2.053	1.598	+28,5%

O crédito concedido a particulares cifrou-se em 18,1 mil milhões de euros, recuando em termos homólogos, 3,7%, com variações de -2,9% no crédito à habitação, o qual absorveu 52,5% do total da carteira de crédito, e de -8,6% no crédito ao consumo.

O crédito a grandes empresas e a institucionais aumentou 28,5%, relacionado com a recompra de créditos.

Apesar da deterioração dos indicadores da qualidade do crédito, espelhando o ambiente recessivo da economia, os rácios apresentados pelo Banco Santander Totta comparam favoravelmente com a média do sistema bancário nacional, de acordo com os últimos dados disponíveis. No final de Junho de 2012, o rácio de crédito vencido a mais de 90 dias cifrou-se em 2,85% (+1,1 p.p. face ao período homólogo). A respectiva cobertura por provisões atingiu 100,7% (112,1% em Junho de 2011). O rácio de crédito com incumprimento situou-se em 2,89% no final de Junho de 2012, acima dos 1,78% contabilizados no final do 1º semestre de 2011, com cobertura por provisões de 99,6% (111,0% no período homólogo). Por seu turno, o crédito em risco (o qual considera o crédito vencido, vincendo e reestruturado) representou 4,03% do crédito total, agravando-se +1,8 p.p. em relação aos 2,27% no mesmo mês do ano anterior, com cobertura por provisões de 71,4% (90,9% em Junho de 2011).



* Inclui garantias e avales

	Jun-12	Jun-11	Var.
Crédito Vencido s/ Clientes / Crédito Total	3,03%	1,88%	+1,2 p.p.
Crédito Vencido + 90 dias / Crédito Total	2,85%	1,76%	+1,1 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	2,89%	1,78%	+1,1 p.p.
Crédito em Risco / Crédito Total	4,03%	2,27%	+1,8 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido	94,8%	104,8%	-10,0 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido + 90 dias	100,7%	112,1%	-11,3 p.p.
Cobertura de Crédito com Incumprimento	99,6%	111,0%	-11,4 p.p.
Cobertura de Crédito em Risco	71,4%	90,9%	-19,5 p.p.



O total de recursos de clientes, no final de Junho de 2012, atingiu 27,2 mil milhões de euros, aumentando 1,8% face ao valor contabilizado em Junho de 2011.

Destacam-se os depósitos de clientes, representativos de 74,2% do total dos recursos de clientes, que subiram 9,7%, em Junho de 2012 face ao mesmo período do ano anterior.



milhões de euros	Jun-12	Jun-11	Var.
Recursos de Clientes	27.218	26.727	+1,8%
Recursos de Balanço	20.632	18.957	+8,8%
Depósitos	20.203	18.421	+9,7%
Débitos repres. por títulos colocados junto de clientes	429	536	-20,0%
Recursos fora de Balanço	6.585	7.769	-15,2%
Fundos de investimento	1.897	2.810	-32,5%
Seguros e outros recursos	4.688	4.959	-5,5%
Por segmento:			
Banca Comercial	23.926	23.774	+0,6%
Recursos de Particulares e Negócios	22.276	22.082	+0,9%
Depósitos	15.860	14.601	+8,6%
Títulos coloc. em clientes, fundos inv., seg.cap.e outros	6.416	7.481	-14,2%
Recursos de Empresas	1.650	1.692	-2,5%
Recursos de Grandes Empresas, Institucionais e Outros	3.292	2.953	+11,5%

No primeiro semestre de 2012, os aforradores continuaram a relevar uma maior apetência por depósitos bancários, em detrimento dos produtos de maior risco. Os depósitos de clientes representam uma fonte de financiamento privilegiada num enquadramento de escassez de liquidez nos mercados de financiamento internacional. Os depósitos do segmento de particulares e negócios registaram uma subida de 8,6% em relação ao período homólogo de 2011. Este crescimento foi obtido pela captação de poupança e pela conversão de activos financeiros fora de balanço, como fundos de investimento e seguros financeiros.

Os recursos de balanço ascenderam a 20,6 mil milhões de euros, representando 75,8% do total de recursos captados de clientes, e subiram 8,8%, enquanto os recursos fora de balanço totalizaram 6,6 mil milhões de euros, tendo decrescido 15,2% face ao valor registado em Junho de 2011. Esta evolução reflectiu a instabilidade verificada nos mercados de obrigações e de acções, levando a uma maior aversão ao risco por parte dos investidores, bem como pela necessidade de desalavancagem, com o enfoque nos recursos de balanço. Os fundos de investimento diminuíram 32,5%, ao atingirem 1,9 mil milhões de euros. Os seguros de capitalização e outros recursos situaram-se em 4,7 mil milhões de euros, regredindo 5,5% em relação ao primeiro semestre do ano transacto.

Rácio de Adequação de Fundos Próprios

No final de Junho de 2012, o rácio de adequação de fundos próprios de base Tier I situou-se em 10,9% e o rácio Core Capital cifrou-se em 9,5%, incluindo a retenção do resultado gerado (10,4% e 9,1% em Junho de 2011). Excluindo os resultados gerados, os rácios

de fundos próprios de base Tier I e Core Capital atingiram 10,9% e 9,4%, respectivamente. Estes rácios foram obtidos sem a necessidade de aumento de capital ou ajuda pública e mostram a capacidade de geração de resultados e o decréscimo dos activos ponderados pelo risco.

milhões de euros	Jun-12	Jun-11	Var.
Total de Fundos Próprios	2.141	2.331	-8,2%
Fundos Próprios de Base	2.147	2.336	-8,1%
Fundos Próprios Complementares e Deduções	-6	-6	+9,4%
Activos e Extrapatrimoniais ponderados pelo risco	19.688	22.530	-12,6%
Rácio Core Capital	9,5%	9,1%	+0,4 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (Tier I)	10,9%	10,4%	+0,5 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios	10,9%	10,3%	+0,6 p.p.

Áreas de Negócio

Particulares & Negócios

A implementação plena do Modelo de Gestão Comercial “READY”, em 2011, veio criar uma dinâmica comercial capaz de responder ao actual contexto de maiores dificuldades.

Foi mantida uma estratégia focada essencialmente na captação e retenção de recursos em produtos de valor acrescentado, na captação de novas domiciliações de ordenados e no controlo do crédito vencido, que se tornou num tema prioritário, com foco permanente das equipas comerciais.

As condições de mercado e as limitações impostas pelo Banco de Portugal implicaram um ajustamento nas taxas de juro de captação de depósitos, mantendo-se, contudo, o foco em produtos de poupança tradicional e poupança programada.

O Santander Totta lançou um conjunto de produtos e soluções diversificado, materializado em depósitos estruturados de capital e rendimento mínimo garantido, em seguros financeiros e em produtos de poupança programada.

De entre os produtos lançados ao longo do semestre, salienta-se o **Depósito SuperStar** - que tem uma remuneração atractiva e serviu de base à comunicação “soft sponsoring” em novelas de grande audiência - e o **Depósito Poupança Super Ídolos** - solução lançada no âmbito do patrocínio do Banco ao programa Ídolos, que premeia o montante e o tempo de permanência no produto.

De realçar, ainda, que em Janeiro e Março foram lançadas novas contas à ordem – as **Super Contas Globais** – através das quais os clientes acedem a um conjunto alargado de vantagens, das quais se destacam isenções em comissões e oferta de seguros, por um valor fixo mensal. Esta oferta foi adaptada aos diferentes segmentos, nomeadamente o “+55”, e tem condições especialmente atractivas para clientes que domicíliam o ordenado/reforma no Banco.

No que se refere a campanhas e acções de captação e vinculação de clientes, foram lançadas várias campanhas para captação de ordenados/reformas, assentes na isenção de comissões nos principais serviços do dia-a-dia e na oferta de brindes.

Como forma de prevenir o aumento do incumprimento e para manter o total compromisso com os clientes foi continuada a política iniciada em 2011, de implementação de novas soluções de regularização e renegociação de dívida pendente, adaptadas ao nível de incumprimento de cada cliente.

No 2º trimestre, o Banco lançou o programa IRIS, que visa apoiar e solucionar de forma estrutural as situações de incumprimento dos clientes. Numa primeira fase o plano abordou um universo fechado de clientes com empréstimos à habitação em situação de incumprimento.

Neste semestre, reorientou-se parte do negócio no crédito à habitação para o financiamento de imóveis em carteira e de imóveis cuja construção tenha sido financiada pelo Banco. Nesse sentido, foram desenvolvidas condições de *pricing* e de financiamento bastante competitivas, apostando-se numa maior divulgação destas mesmas condições.

Adicionalmente, face ao actual contexto económico e às crescentes dificuldades financeiras das famílias portuguesas, a actividade centrou-se sobretudo na concepção e implementação de soluções rápidas e adaptadas à situação de cada cliente, com vista à redução imediata dos encargos mensais das famílias com maiores dificuldades.

Private Banking e Premium

No segmento **Premium** continuou a ser implementada uma política assente em 3 eixos fundamentais: qualidade de serviço, criação de oportunidades para que os clientes possam aumentar a sua diversificação patrimonial e comercialização de produtos e serviços de valor acrescentado, o que permitiu a captação de novos clientes para o segmento.

É de salientar o forte investimento do Banco na formação dos gestores **Premium**, materializado num conjunto de acções de formação, das quais se destaca, pelo seu valor indiscutível, a formação em Neurovendas relacionais.

O cenário macroeconómico continua desafiante, no entanto, a capacidade de apresentar produtos de valor acrescentado tem contribuído para a criação de oportunidades para os clientes aumentarem a

diversificação do seu património, o que se traduz numa redução da exposição ao risco e num aumento da preservação de capital.

Na área de **Private Banking**, a incerteza decorrente, nomeadamente, dos problemas das dívidas soberanas, continuidade do euro e solidez das instituições tem reforçado a apetência dos clientes por activos de baixo risco e elevada liquidez. O *Private* do Santander Totta respondeu a estes desafios disponibilizando uma gama alargada de produtos, que procuram preservar o património gerido e proporcionar um serviço assente na confidencialidade, proximidade e confiança.

Simultaneamente, potenciou-se a reconhecida solidez do BST e o **prémio Euromoney de melhor Private Banking** a actuar em Portugal, para melhorar o nível de satisfação e capacidade de captação de clientes.

Empresas

A rede Empresas manteve, no 1º semestre de 2012, uma estratégia assente numa gestão equilibrada entre os volumes da carteira de crédito e de recursos garantindo o crescimento sustentado da rentabilidade da rede comercial.

Quanto à estratégia de preço, o Banco continua a adequar o preço das novas operações de crédito à conjuntura económica e financeira do país.

Em resultado do foco dado às linhas PME Investe, o Santander Totta manteve uma posição de destaque com uma quota de mercado de 17%. O Banco, até Junho de 2012, colocou mais de 14.400 operações, num valor total de 1,5 mil milhões de euros nestas linhas de apoio.

De destacar que o Santander Totta é o Banco líder na linha PME Crescimento, lançada em Janeiro deste ano, com uma quota de mercado de 24% do total das operações, num valor total de 321 milhões de euros, ocupando também a 1ª posição na linha PME Alargamento, com 26% de taxa de adesão.

De salientar ainda que o Banco mantém também a liderança em *factoring* e *confirming*, com uma quota de mercado de 20,3%, o que comprova o compromisso e disponibilidade do Banco no apoio à tesouraria das PME, tecido empresarial vital para o crescimento da economia Portuguesa.

Promotores e Mediadores

A área de Promotores e Mediadores Imobiliários, que tem a responsabilidade de acompanhar e dinamizar

estes canais de parceiros externos, manteve, no 1º semestre de 2012, a estratégia que privilegia uma grande proximidade junto dos promotores externos e das lojas de promotor.

Nesse sentido, para além dos *road-shows* trimestrais, cuja importância já está completamente assimilada pelos nossos promotores externos, iniciou-se neste ano a realização de acções de acolhimento às novas lojas de promotor, onde se divulga, entre outros temas, a história e cultura do Santander, as características e objectivos do projecto das lojas, as vantagens e rentabilidades resultantes da actividade de promotor, boas práticas e técnicas comerciais e as principais campanhas e prioridades estratégicas do Banco.

Na sequência do redimensionamento efectuado na carteira de promotores, efectuado no ano transacto, deu-se, no 1º semestre de 2012, prioridade também à captação de novos parceiros, através do lançamento de duas campanhas trimestrais de captação de novos promotores externos, que envolveram os gestores de promotores, os balcões e as direcções comerciais da rede.

Tendo sempre em atenção as principais variáveis estratégicas do Banco, lançou-se, no 1º semestre, um vasto conjunto de concursos e campanhas para dinamizar o canal de promotores externos e premiar os melhores desempenhos.

Relativamente ao projecto das lojas de promotor, a prioridade é manter 250 lojas activas e comprometidas com os objectivos que lhes são fixadas, sendo captados mais promotores para abrir novas lojas, que vão substituindo, com naturalidade, aquelas que pelo seu desempenho menos positivo vão sendo encerradas.

Meios de Pagamento

Em Junho de 2012, o produto bancário da área de Meios de Pagamento, que engloba cartões de pagamento e TPA's, cresceu 6,8% em termos homólogos, contrariando a tendência negativa do mercado, o que se traduziu na maior captação e fidelização de clientes e na excelência dos serviços colocados à sua disposição.

Continuou a lançar-se um conjunto de iniciativas de rentabilização do portfólio e de promoção da utilização de cartões, através de campanhas de facturação e *revolving*, de que se destaca a campanha *Light* Verão, trazendo benefícios aos clientes em termos de ofertas e descontos e premiando a utilização regular dos cartões do Banco. Foram também definidas várias acções de apoio comercial através da criação de novos



instrumentos de apoio à rede comercial, como novos folhetos de adesão rápida, guias de venda e um painel de cartões constantemente actualizado com todas as acções relevantes a decorrer.

Apesar do pessimismo generalizado que se vive em Portugal, o parque global de cartões subiu 2,2% em termos anuais, com redução do número de cartões cancelados pelos clientes e com as quotas de mercado a manterem uma evolução positiva. A quota de mercado de facturação do Santander Totta mantém-se acima dos 10%, no final do semestre.

No que toca à aceitação, o Santander Totta continua a ser o Banco de referência junto dos principais grandes comerciantes, o que possibilitou que as comissões de TPA's estejam 24% acima do valor homólogo. A quota de mercado situa-se nos 17,4%, muito superior à quota natural do Banco, fruto do trabalho de angariação efectuado junto de clientes de grande dimensão, da maior fidelidade destes, das políticas de retenção, *repricing* e de campanhas desenvolvidas.

Banca Transaccional

Cash Management e Negócio Internacional

Durante o primeiro semestre de 2012, foram levados a cabo os planos de dinamização de produtos para empresas e negócios, que foram delineados juntamente com a área comercial. Estes planos contaram com o envolvimento das equipas de especialistas/dinamizadores que, em conjunto com os gestores de cliente e produto, desenvolveram programas específicos dirigidos à captação de clientes e à dinamização dos negócios.

A oferta de produtos, através do Netbanco Empresas, foi alargada ao *confirming* e *factoring* permitindo aos clientes uma maior autonomia, serviço alargado e funcionalidades exclusivas.

Foi também disponibilizada a ferramenta destinada a empresas multinacionais que permite o envio de ficheiros de pagamentos ou cobranças de uma forma automática, e nos formatos locais, para os países onde o Grupo se encontra representado.

Neste semestre, o Santander Totta, continuou a oferecer produtos exclusivos tendo consolidado o lançamento do *Home Deposit* que continua a ser um produto que distingue o Banco da concorrência.

O lançamento de produtos, como os anteriormente descritos, permite ao Banco Santander Totta o reconhecimento como um dos principais prestadores de serviços de *Cash Management* em Portugal.

Customer Service

No pós-venda, área de fidelização muito relevante, foi consolidada a vertente comercial, tendo sido efectuadas visitas aos principais clientes em conjunto com a área comercial, apoiando e fortalecendo a relação comercial com as empresas.

Manteve-se um grande enfoque em novas formas de seguimento e controle da resolução de incidentes, melhorando os tempos de resposta e satisfazendo as necessidades das empresas.

Canais Complementares

Em Maio de 2012, o **Contact Center** do Santander Totta foi considerado pelo 4º ano consecutivo o “Melhor Contact Center de Portugal no sector Financeiro”, prémio atribuído pela Associação Portuguesa de *Contact Centers*.

No 1º semestre de 2012, o número total de contactos de clientes com operadores do *Contact Center* está em linha com o período homólogo de 2011. O atendimento a clientes por *chat* foi reforçado, existindo actualmente no *site* do Banco muitos mais pontos de pedido de contacto.

Foram implementadas medidas que visam elevar o número de chamadas resolvidas no 1º contacto e lançaram-se novas iniciativas no *Facebook*, em simultâneo com a melhoria na gestão das redes sociais.

Nos Canais Internet destacam-se as melhorias realizadas no NetBanco Empresas através do lançamento de novas funcionalidades de pagamentos, cobranças, *factoring* e *confirming*. Registaram-se também melhorias na disponibilidade e *performance* dos websites e um crescimento do tráfego, com o número de visitantes únicos a aumentar 9%.

O número de utilizadores frequentes do Netbanco Particulares registou um crescimento de 6%, no primeiro semestre de 2012.

Foi lançada uma nova versão do *Mobile Banking*, ainda com mais funcionalidades, e optimizada para os principais tipos de dispositivos móveis, iPhone, iPad, Android e Blackberry.

A actividade de **Self Banking** assentou numa estratégia de continuidade de optimização transaccional do actual parque de ATM's da rede Multibanco, com as quotas de mercado em número de



ATM's e de movimentos a estabilizarem em 12% e 12,5%, respectivamente.

Foi ainda implementado, no âmbito da rede Multibanco, um projecto-piloto de um novo sistema de tintagem de notas, estando este processo a decorrer com sucesso. A utilização deste tipo de sistemas inteligentes de neutralização de notas tem vindo a comprovar-se como um sistema eficaz na prevenção e protecção de ataques a ATM's, factor que leva a um crescente investimento do Banco nesta área de segurança.

Sempre numa óptica de proximidade com o cliente, deu-se continuidade ao ajustamento e incremento de soluções de automatização de depósitos, atingindo já os 570 equipamentos instalados e uma cobertura de cerca de 72% da sua rede de balcões.

Actividade Internacional

No primeiro semestre de 2012, a actividade Internacional do Banco Santander Totta manteve foco na oferta dirigida aos residentes no estrangeiro, com maior impacto na captação de recursos e de clientes, com base num modelo de negócio que privilegia a proximidade com os clientes e a articulação com a rede comercial em Portugal.

Realizaram-se alguns eventos, nomeadamente em Paris, Londres e Caracas destinados aos principais clientes e empresários luso descendentes, onde se reforçaram as ligações com Portugal e se pretendeu transmitir a oferta e disponibilidade do BST no apoio sistemático às comunidades.

Como é habitual, no final deste primeiro semestre, iniciou-se a campanha de Verão que pretende, de forma estruturada, dar as boas-vindas aos portugueses que residem no exterior, através do acolhimento e da comunicação, com uma imagem renovada e presente nos aeroportos nacionais e na nova estação de metro do aeroporto de Lisboa.

O volume de negócios na área de residentes no estrangeiro reduziu-se em 0,3%, essencialmente devido à desaceleração na concessão de crédito. Não obstante, no segundo trimestre do ano, ocorreu um crescimento positivo de recursos.

Seguindo uma estratégia comercial de forte relacionamento com os clientes residentes no exterior, promoveram-se várias visitas de directores de balcão, provenientes de zonas com maior número de clientes deste segmento. Da mesma forma, mediante um planeamento cuidadoso, possibilitou-se a visita de responsáveis de escritórios de representação, a

balcões e localidades em Portugal, de forma a maximizar a articulação com a rede comercial.

No âmbito da promoção e oferta de serviços para a comunidade no exterior, e aproveitando a realização do Euro 2012, promoveu-se um concurso que visou dinamizar as transferências para Portugal e que obteve assinalável êxito, verificando-se um aumento das remessas de 2% face ao ano anterior, sendo mais significativo nas transferências realizadas através das unidades no exterior.

De forma a garantir canais alternativos para promoção dos produtos e serviços do Banco no exterior, manteve-se actualizado o site específico destinado aos clientes do segmento, com *link* à página inicial do Banco e à sucursal de Londres.

A sucursal de Londres tem vindo a evidenciar crescimento no volume de depósitos mantendo forte apoio aos balcões em Portugal.

Global Banking & Markets

Na área de **Credit Markets**, a actual conjuntura económica e o plano de auxílio acordado com a *Troika*, levaram o Estado a iniciar processos negociais com as concessionárias de vários projectos realizados em PPP's (parcerias público-privadas), para reduzir os pagamentos a realizar, nomeadamente pela redução do objecto das concessões. Neste contexto, o Santander Totta tem vindo a acompanhar estas negociações e a apoiar os seus clientes na procura das melhores soluções.

No campo do financiamento de aquisições e de projectos, o Banco continua bastante activo, estando neste momento a analisar e a estruturar o financiamento de várias operações de aquisição de empresas e activos portugueses, para clientes corporativos portugueses e internacionais, assim como alguns projectos na área das energias renováveis. Ainda neste campo, o Banco tem activamente apoiado alguns clientes e projectos, na reestruturação dos seus financiamentos, para os adequar à situação da empresa e à sua capacidade de libertar fundos.

Em **Fixed Income**, o Santander Totta manteve o apoio aos seus clientes na gestão de risco de taxa de juro através de produtos de cobertura simples e de produtos de gestão global de liquidez, estes últimos para clientes com expressão internacional.

Relativamente à área de gestão de risco cambial observou-se um crescimento do número de clientes relacionado com a aposta do Banco no negócio internacional. O Santander Totta surge como um



parceiro natural das empresas exportadoras e importadoras Portuguesas, apostando na capacidade de oferecer produtos que permitem a gestão eficiente do risco cambial. De realçar o facto de o Banco ter sido considerado pela revista *Global Finance*, a melhor instituição financeira na área de gestão de risco cambial em Portugal, pela segunda vez consecutiva, tendo sido nomeado “World’s Best Foreign Exchange Providers 2012”.

Na área de **Equity**, o Santander Totta manteve uma boa performance na comercialização de produtos estruturados. Ao longo dos últimos seis meses, foram emitidos oito produtos estruturados, dos quais seis são emissões denominadas em euros, cujo montante total ascendeu a 471 milhões de euros, e dois são emissões denominadas em dólares norte-americanos, cujo montante total atingiu 19,6 milhões de dólares norte-americanos. As emissões que foram colocadas neste período estão indexadas a diferentes classes de activos: mercado accionista suíço, mercado de obrigações alemãs, mercado de *commodities*, mercado accionista sectorial da zona euro, mercado accionista de empresas com uma forte ligação a mercados emergentes, mercado accionista de empresas produtoras de petróleo e mercado accionista norte-americano, entre outros.

No que diz respeito à actividade de **Cash Equities**, apesar de um início de ano optimista, o final do semestre, principalmente os meses de Abril e Maio, ficou marcado por um clima de pessimismo que afastou das bolsas a esmagadora maioria dos clientes particulares/retalho, adoptando estes uma atitude bastante mais cautelosa. Com as quedas dos mercados, houve ainda a registar uma perda muito notória de liquidez, havendo dias em que o mercado Português pouco ultrapassou os 50 milhões de euros em volumes transaccionados. O Banco decidiu centralizar o negócio de intermediação de acções do segmento institucional em Espanha, permitindo desta forma, uma oferta global e diversificada para este segmento. Localmente, o Banco continua a apostar na dinamização do segmento de retalho, especialmente no segmento de *Private Banking*.

A área de **Custódia Institucional** do Santander Totta, apesar da crise financeira e da incerteza nos mercados financeiros, particularmente em Portugal, mantém o 2º lugar no *ranking* nacional de Custodiantes, com cerca de 23,1% de quota em volume de activos sob custódia, segundo os últimos dados disponibilizados pela CMVM.

Gestão de Activos

A actuação da Santander Asset Management nos últimos anos tem sido pautada pela gestão dos seus

produtos com um nível de risco controlado, com foco na manutenção de níveis elevados e adequados de liquidez, não deixando de beneficiar das oportunidades que o mercado tem proporcionado.

Assim sendo, no final do primeiro semestre de 2012, registaram-se rendibilidades positivas na generalidade dos fundos de investimento mobiliário geridos pela sociedade, nomeadamente: o **Santander Multitesouraria** (5,9% de rendibilidade bruta anualizada), o **Santander Multitaxa Fixa** (3,9% de rendibilidade bruta anualizada) e o **Melhor Fundo de Taxa Fixa Europeia em 2011**), o **Santander Global** (6,3% de rendibilidade bruta anualizada) e o **Santander Acções América** (Melhor Fundo de Acções norte-americanas a 1 e 2 anos, assim como o **Melhor Fundo de investimento mobiliário nacional para o prazo de 12 meses**).

Neste contexto, e apesar da instabilidade dos mercados financeiros, a gama *core* de fundos da Santander Asset Management tem apresentado bons retornos em 2012, quer do ponto de vista absoluto quer relativo.

O 1º semestre de 2012 ficou ainda marcado pelo lançamento do FEI Ibérico Premium (num total de 48,8 milhões de euros), mas também pela dinamização da sua gama actual de fundos, num total de 34 fundos de investimento. Adicionalmente, verificou-se o vencimento do FEI Santander Europa Invest (num montante total de 45,4 milhões de euros).

Em Junho de 2012, os fundos de investimento mobiliário geridos pela Santander Asset Management representavam uma quota de mercado de 11,8%.

No que respeita aos fundos de investimento imobiliário, as rendibilidades obtidas reflectiram a crise económica existente e as dificuldades actuais do mercado imobiliário em Portugal. Assim, a performance dos fundos foi gerada através das rendas pagas por arrendatários. O semestre foi essencialmente marcado pela renegociação de contratos de arrendamento com diversos arrendatários em que por força da redução de renda concedida foram alargados os prazos contratuais de cumprimento obrigatório. No final do semestre, os fundos imobiliários geridos pela Santander Asset Management totalizavam cerca de 591,4 milhões de euros, correspondente a uma quota de mercado de cerca de 6,6%.



Perspectivas para o 2º semestre de 2012

A actividade do sector bancário em Portugal continuará a estar condicionada pela implementação do Programa de Assistência Económica e Financeira que visa principalmente a criação de condições para a sustentabilidade das contas públicas, a implementação de reformas estruturais e de um conjunto de medidas para o sector financeiro, nomeadamente o reforço dos capitais próprios e dos colaterais de financiamento, no âmbito de um processo de desalavancagem e financiamento a implementar até 2014.

A conjuntura externa mais adversa, fruto do agravamento da crise da dívida soberana na Europa, dificulta o ajustamento da economia, ao penalizar o crescimento das exportações, que têm sido o motor do crescimento, e colocando maiores riscos sobre o desemprego e o próprio crescimento económico.

O processo de correcção dos desequilíbrios estruturais da economia portuguesa tem claros impactos de curto prazo, nomeadamente ao nível do aumento do desemprego e do agravamento da situação económica das famílias e das empresas, o que se está a reflectir na deterioração dos indicadores de risco da carteira de crédito. O Banco Santander Totta irá, assim, prosseguir uma política de controlo muito rigoroso dos riscos e selectiva no que respeita à concessão de crédito, mas não deixando de apoiar as empresas ligadas ao sector de bens transaccionáveis.

Por outro lado, o Banco irá prosseguir a estratégia de desalavancagem gradual do seu balanço com vista à redução do rácio entre crédito e depósitos para 120% em 2014, pelo que irá manter um grande foco na captação de depósitos, num contexto de reduzida capacidade de geração de poupança pelas famílias portuguesas.

Como mencionado, a gestão do risco da carteira de crédito é um objectivo importante para o Banco Santander Totta, já que lhe permite proteger a rentabilidade e o capital, fundamentais no contexto económico mais adverso. Com este fim em vista, o Banco dedicou especial atenção à prevenção do incumprimento, através da criação de um programa de acompanhamento selectivo dos clientes, antecipando situações de risco através da disponibilização de condições que permitem adequar o perfil de pagamentos à situação económica e financeira das famílias.

Simultaneamente, o Banco mantém um importante foco na área de recuperações, através de um reforço da política de negociação que evite a resolução dos processos por via judicial.

Introdução

A qualidade na gestão do risco constitui um eixo fundamental de actuação do Banco Santander Totta, em linha com a política corporativa do Grupo em que se insere. A prudência na gestão do risco aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão tem sido um factor decisivo, particularmente numa conjuntura muito difícil e de grande incerteza e volatilidade nos mercados financeiros.

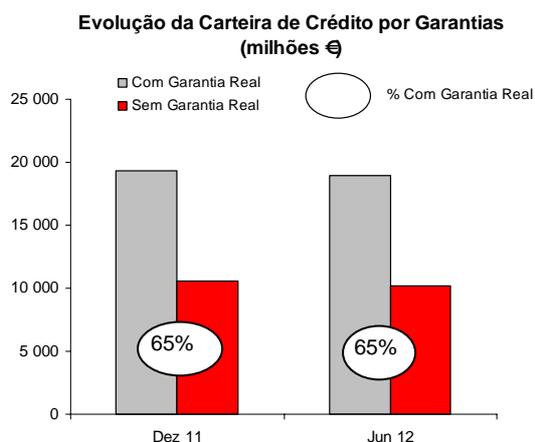
Risco de Crédito

Principais vectores da actividade

No 1º semestre de 2012, a actividade da área de Riscos de Crédito teve como vectores principais os seguintes:

- Manutenção do princípio da segmentação no tratamento dos riscos de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos;
- Reforço do rigor dos critérios de admissão e consequentemente da qualidade dos riscos admitidos em cada um dos segmentos, visando a preservação da boa qualidade das carteiras de crédito;
- Ao nível dos riscos encarteirados intensificou-se a proximidade com os clientes, de forma a antecipar as suas necessidades e eventuais problemas, ao nível da sua capacidade de pagamento. Esta actuação e o nível de qualidade creditícia dos clientes permitiu continuar a manter rácios de crédito vencido e de crédito em risco, significativamente inferiores à média do sector. Por outro lado mantiveram-se os níveis de apoio ao negócio na captação de novas operações e novos clientes de bom risco;
- Ao nível da função de seguimento de carteiras e clientes, mantém-se o foco permanente na vigilância de segmentos de menor *rating* e em sectores que poderão ser mais afectados pelo contexto macro-económico, com o objectivo de mitigar os rácios de crédito vencido e de morosidade. Efectuou-se a revisão de uma parte significativa da carteira de clientes, tendo sido concluído que a carteira está analisada com critérios adequados e as imparidades estimadas são, também, adequadas;
- Nos Riscos Standardizados, e face ao difícil enquadramento macroeconómico actual, o principal foco manteve-se ao nível da manutenção da qualidade da carteira, actuando sobre a morosidade de gestão e o crédito vencido, disponibilizando um conjunto de produtos e soluções de reestruturação de dívida que permitam adaptar os encargos dos clientes à sua capacidade de reembolso e rendimento disponível actuais e futuros. Para o efeito, procedeu-se à adequação das estratégias de admissão nos sistemas de decisão do Banco e à utilização dos sistemas comportamentais para a identificação de medidas de prevenção e recondução a oferecer aos clientes;
- Ainda ao nível dos Riscos Standardizados, no que respeita à admissão de novas operações, o Banco continuou a ser selectivo em termos de risco e rentabilidade, fazendo uso dos seus modelos de decisão automática em vigor, nomeadamente o *scoring* e os sistemas comportamentais;
- Num cenário macro-económico adverso com consequente aumento do crédito vencido, verificou-se um forte enfoque ao nível da actividade de recuperações reforçando a agilidade de intervenção. Destaca-se a actividade ao nível de recuperações de gestão massiva, mantendo simultaneamente um acompanhamento permanente dos casos especiais e dos judiciais/extrajudiciais;
- Ainda ao nível da actividade de recuperações, prosseguiu-se a política de reforço da negociação, visando a obtenção de dações em pagamento em alternativa à actuação judicial;
- Ao nível de solvência e controlo de crédito, manteve-se a aposta permanente no conhecimento e acompanhamento da carteira, com vista a manter um rigoroso controlo do seu risco, procurando proporcionar uma adequada e atempada informação de gestão, permitindo, assim, a tomada de medidas, para evitar a entrada de operações em incumprimento, e a resolução das operações incumpridas;
- Manteve-se igualmente o foco nos modelos internos do Banco, maioritariamente já aprovados (por parte dos reguladores) como modelos avançados (IRB) para efeitos do cálculo de requisitos de recursos próprios, assim como na sua cada vez maior integração na gestão.

Indicadores



Modelo de risco

Introdução

O risco de crédito é originado pela possibilidade de perdas derivadas do incumprimento, total ou parcial, das obrigações financeiras contraídas para com o Banco por parte dos seus clientes.

A organização da função de riscos de crédito no Banco Santander Totta está especializada em função da tipologia de clientes, diferenciando-se, ao longo de todo o processo de gestão do risco, entre clientes encarteirados e clientes standardizados (não encarteirados):

- São clientes encarteirados os que, fundamentalmente em razão do risco assumido, têm atribuído um analista de risco. Neste grupo estão incluídas as empresas de Banca Maiorista, as instituições financeiras e parte das empresas de banca de retalho. A avaliação do risco destes clientes é efectuada pelo analista, complementada com ferramentas de apoio à decisão baseadas em modelos internos de valoração do risco;
- São clientes standardizados os que não tem um analista de riscos especificamente designado para o seu acompanhamento. Incluem-se neste grupo os particulares, empresários em nome individual e as empresas de banca de retalho não encarteiradas. A avaliação destes riscos baseia-se em modelos internos de valoração e decisão automática, complementados, de forma subsidiária, e quando o modelo não é suficientemente preciso, com equipas de analistas de riscos especializados.

Métricas e ferramentas de medição

Ferramentas de classificação (rating / scoring)

O Banco Santander Totta utiliza modelos próprios de atribuição de classificação em solvência ou *ratings* internos, para os diferentes segmentos de clientes, que utiliza para medir a qualidade creditícia de um cliente ou operação, correspondendo cada *rating* a uma probabilidade de incumprimento.

As ferramentas de classificação globais são aplicadas aos segmentos de risco país, entidades financeiras e Banca Maiorista Global, tanto na determinação do seu *rating* como no acompanhamento dos riscos assumidos. Estas ferramentas atribuem um *rating* a cada cliente em resultado de um módulo quantitativo, ou automático, baseado em dados/rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas, complementado pela análise efectuada pelo analista de riscos que acompanha o cliente.

No caso das empresas e instituições de banca minorista, a atribuição de um *rating* está baseada nos mesmos módulos que os acima referidos, neste caso quantitativo ou automático (analisando o comportamento creditício de uma amostra de clientes e a sua correlação com um conjunto de dados e rácios contabilísticos) e qualitativo, a cargo do analista de riscos, o qual tem a obrigação de efectuar uma revisão final do *rating* atribuído.

Os *ratings* atribuídos são revistos periodicamente, incorporando a nova informação financeira que entretanto tenha ficado disponível, bem como ao nível qualitativo, a experiência decorrente da avaliação da relação creditícia existente. Esta periodicidade aumenta no caso dos clientes em que os sistemas internos de alerta e classificação de risco assim o exijam.

Para as carteiras de riscos standardizados, tanto de particulares como de negócios não encarteirados, estão implementadas ferramentas de *scoring* que atribuem automaticamente uma valoração/decisão das operações apresentadas. Estas ferramentas de decisão são complementadas com um modelo de *scoring* comportamental, instrumento que permite uma maior previsibilidade dos riscos assumidos e que é utilizado tanto para pré-venda como para venda.

Parâmetros de risco de crédito

A valoração do cliente e/ou operação, mediante *rating* ou *scoring*, constitui uma avaliação da capacidade creditícia, a qual se quantifica através da probabilidade de incumprimento (*probability of default* ou PD). Para além da valoração efectuada do cliente, a análise quantitativa do risco considera outros aspectos como o prazo da operação, o tipo de produto e as garantias

existentes. Desta maneira não só se tem em conta a probabilidade de que o cliente incumpra nas suas obrigações contratuais (PD), como também se estima o montante do incumprimento (*exposure at default* ou EAD) e a percentagem do EAD que não poderá ser recuperado (*loss given default* ou LGD).

São estes os factores (PD, LGD e EAD) que constituem os principais parâmetros de risco de crédito, permitindo com a sua combinação o cálculo da perda esperada e da perda inesperada.

A perda esperada (ou perda provável) é considerada como mais um custo de actividade (reflectindo o prémio de risco), sendo este custo convenientemente repercutido no preço das operações. A perda inesperada é a base do cálculo do capital regulatório segundo as normas do acordo de capital de Basileia (BIS II) e reporta-se a um nível de perda muito elevado, contudo pouco provável, o qual atendendo à sua natureza não se considera como recorrente, pelo que deve ser devidamente coberto pelos capitais próprios.

Nas empresas de média e pequena dimensão, a informação de balanço serve não só para a atribuição do *rating*, mas também para a obtenção de factores explicativos da probabilidade de incumprimento. Nas carteiras de retalho, a PD calcula-se observando as entradas em morosidade correlacionando-as com o *scoring* atribuído às operações. Exceptuam-se as carteiras em que, devido à menor experiência interna de incumprimentos, tais como instituições financeiras, risco país ou Banca Maiorista Global, o cálculo destes parâmetros é efectuado com base em fontes alternativas de informação, como preços de mercado ou estudos de agências de reconhecida experiência e competência com um portfólio de um número suficiente de entidades (estas carteiras são designadas *low default portfolio*).

O cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento, tendo em conta não só as receitas e custos associados a este processo, mas também o momento em que os mesmos se produzem e os custos indirectos que decorrem da actividade de recuperação.

A estimação da EAD assenta na comparação do uso das linhas comprometidas no momento do incumprimento e numa situação normal, de modo a identificar o consumo real das linhas no momento em que se verifica o incumprimento.

Os parâmetros estimados são logo adstritos a operações que se encontram em situação normal, sendo diferenciada para as carteiras *low default* e para as restantes.

Ciclo do risco de crédito

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio, que propõem uma dada propensão ao risco. Estes riscos são analisados e decididos em comités próprios, os quais actuam por competências delegadas pela Comissão Executiva no Conselho Superior de Crédito (CSC). É o CSC que estabelece as políticas e procedimentos de riscos e estabelece os limites e delegações de faculdades.

Planificação e estabelecimento de limites

O estabelecimento de limites de riscos é concebido como um processo dinâmico que identifica o perfil de riscos que o Banco está na disposição de assumir, mediante a avaliação das propostas de negócio e a opinião da área de Riscos.

Ao nível dos grandes grupos corporativos utiliza-se um modelo de pré-classificações, baseado num sistema de medição e seguimento de capital económico.

Nos riscos encarteirados, o nível mais básico é o de cliente, e quando concorrem determinadas características – geralmente um nível de importância relativa – é objecto de um limite individual, habitualmente designado de pré-classificação, através de um sistema mais simplificado e normalmente para aqueles clientes que cumprem determinados requisitos (bom conhecimento, *rating*, entre outros).

Ao nível dos riscos standardizados, o processo de planificação e estabelecimento de limites realiza-se mediante a elaboração conjunta, pela área de Riscos e de Negócio, de programas de gestão de crédito (PGC), onde se reflectem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rentabilidade, assim como os limites a que se deve sujeitar a actividade e a gestão de riscos associada.

Estudo do risco, decisão de operações e seguimento e controlo

O estudo do risco é um requisito prévio à autorização de qualquer operação de crédito no Banco Santander Totta. Este estudo consiste em analisar a capacidade do cliente em fazer face aos compromissos contratuais para com o Banco, o que implica analisar a qualidade creditícia do cliente, as suas operações de crédito, a sua solvência e a sua rentabilidade. Adicionalmente, também se efectua um estudo e revisão do *rating* atribuído, sempre que se verifique um alerta ou evento que afecte o cliente/operação.

O processo de decisão de operações tem por objecto a análise e decisão das mesmas, tomando em consideração o perfil dos riscos e os elementos relevantes da operação na definição de um equilíbrio entre o risco e a rentabilidade.

De modo a manter um adequado controlo da qualidade creditícia da carteira, para além das acções desenvolvidas pela Auditoria Interna, encontra-se estabelecida dentro da área de Riscos, a função específica de seguimento, composta por equipas e responsáveis próprios. Esta área está também especializada em função da segmentação de clientes e assenta fundamentalmente num processo contínuo de observação, que permite detectar antecipadamente as incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco das operações e do cliente, com a finalidade de empreender, por antecipação, acções destinadas a mitigá-los.

Recuperações

A gestão de recuperações no Santander Totta é uma actividade estratégica, integral e de negócio. Os objectivos específicos do processo de recuperações são os seguintes:

- Assegurar a cobrança ou a regularização dos valores em situação irregular, privilegiando a solução negocial, de modo a que a situação creditícia do cliente regresse ao normal. Caso a solução negocial não seja possível, a área de recuperações procurará então recuperar os créditos recorrendo à via judicial;
- Manter e fortalecer a relação com o cliente, acautelando o seu comportamento ao nível dos compromissos que assumiu contratualmente para com o Banco.

A actividade de recuperações está estruturada de acordo com a segmentação comercial dos clientes: Particulares & Negócios e Empresas, com modelos de gestão específicos. A gestão de recuperações, assim segmentada, respeita ainda as distintas fases de gestão: gestão preventiva, gestão de irregulares e gestão de morosidade e falidos, as quais contam com modelos, estratégias e circuitos específicos. Toda esta actividade é partilhada com as áreas de negócio.

Risco de Contraparte

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transacções abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de “repos”, empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O controlo destes riscos é efectuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a soma do valor presente de cada contrato (ou custo actual de substituição) com o respectivo risco potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Durante o primeiro semestre do ano de 2012, verificou-se uma redução significativa da actividade em derivados, com uma diminuição acentuada do número de clientes e de operações em curso. Quanto às famílias de produtos e segmentos que mais contribuíram para a referida tendência, destacaram-se os contratos sobre taxa de juro. Em paralelo verificou-se um aumento generalizado do valor presente dos contratos em curso (Mark-to-Market) devido à evolução dos níveis e volatilidade das taxas de juro, em particular das taxas Euribor.

Santander Totta (Individual)

Derivados - Risco Equivalente de Crédito a 30/06/2012 (Milhares de Euros)

	Total				Total
	<1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	>10 Anos	
Derivados Taxa de Juro	41.113	326.584	123.732	1.589.530	2.080.959
Derivados Taxa de Câmbio	8.272	629	0	72.244	81.145
Derivados Equity	61.386	0	0	0	61.386
Total	110.771	327.213	123.732	1.661.774	2.223.491

Risco de Balanço

A gestão do risco estrutural é assegurada por um órgão de primeiro nível da estrutura. As decisões são tomadas pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pela área financeira, riscos, comercial e marketing. O Comité reúne mensalmente.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através de uma análise dinâmica do risco de mercado do balanço, modelando a evolução no tempo dos factores de risco e das posições do Banco sobre os activos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro. O modelo utilizado permite medir e controlar todos os factores associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a exposição ao risco de taxa de juro dos agregados que constituem o balanço.

Face à incerteza na evolução dos níveis das taxas de juro para o primeiro semestre de 2012, foi seguida uma política de manutenção da sensibilidade a níveis adequados.

Risco da taxa de câmbio

O risco de câmbio da actividade comercial é medido e controlado pela posição cambial global, tendo o Grupo como estratégia a sua cobertura na totalidade.

Risco de liquidez

A política de liquidez seguida pelo Grupo assenta num risco de liquidez baixo e na diversificação contínua das fontes de financiamento, perspectivando o volume e natureza dos instrumentos de financiamento a utilizar, para permitir a consecução e bom desenvolvimento do plano de negócio estabelecido.

Ao manter um perfil de risco conservador o Banco está mais protegido relativamente a potenciais crises que afectem o meio envolvente, o que dará mais tempo para preparar uma reacção adequada, com mais qualidade.

A política do *mix* de financiamento tem sempre por base um nível de risco de liquidez adequado, de acordo com os limites estabelecidos, e será alvo de apreciação mensal em ALCO. Os limites para o risco de liquidez são estabelecidos por um órgão

independente da gestão que de entre outros indicadores exige um volume razoável de activos líquidos disponíveis para funcionarem como uma almofada de liquidez.

Todos os processos de gestão de liquidez centram-se na prevenção de crises e não na reacção às mesmas. Esta ideia é subjacente ao plano de contingência que se centra em modelar potenciais crises através da análise de diversos cenários, na identificação do tipo de crises, na definição das comunicações internas e externas, assim como das responsabilidades de cada uma das áreas envolvidas no processo.

A gestão de liquidez é efectuada ao nível consolidado. A política de financiamento do Grupo toma em consideração a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de financiamento.

A situação estrutural de liquidez é muito equilibrada. Em Junho de 2012 o Banco apresentou uma posição activa no mercado monetário de curto prazo de cerca de 492 milhões de euros.

O mercado de capitais durante o primeiro semestre funcionou de forma muito irregular. Neste contexto, o BCE, através da condução de política monetária, assumiu-se como contraparte do sistema através das operações de cedência e absorção de liquidez. Para participar nestas operações é necessário deter activos considerados elegíveis pelo BCE para colateral dessas operações. Em Junho de 2012 o Banco tinha 13,6 mil milhões de euros de activos elegíveis que constituem uma reserva de liquidez bastante confortável.

Risco de Mercado

Actividades sujeitas a risco de mercado

O perímetro de medição, controlo e acompanhamento de riscos financeiros engloba as operações onde se assume risco patrimonial. O risco provém da variação dos factores de risco - taxa de juro, taxa de câmbio, rendimento variável e volatilidade destes - bem como do risco de solvência e risco de liquidez dos diversos produtos e mercados em que o Banco Santander Totta opera.

Em função da finalidade do risco, as actividades são segmentadas do seguinte modo:

- **Negociação:** Neste título inclui-se a actividade de serviço financeiro a clientes;
- **Gestão de Balanço:** O risco de taxa de juro e liquidez resulta dos desfasamentos temporais existentes nos vencimentos e *repricing* de activos e passivos. Adicionalmente, inclui-se neste ponto a gestão activa do risco creditício inerente ao balanço do Banco Santander Totta;
- **Riscos Estruturais:**
 - Risco de taxa de câmbio estrutural: risco de taxa de câmbio resultante das divisas em que se realizam investimentos em empresas consolidáveis ou não consolidáveis;
 - Rendimento Variável Estrutural: são englobados sob este título os investimentos através de participações de capital em empresas que não consolidam, financeiras e não financeiras, gerando risco de rendimento variável.

Metodologias

Actividade de Negociação

A metodologia aplicada para a actividade de negociação é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base a metodologia de simulação histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes, que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Complementarmente utiliza-se a análise de cenários (*stress testing*), que consiste em definir cenários do comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto nos resultados ao aplicá-los sobre as carteiras. Estes cenários podem replicar o comportamento de variáveis financeiras, perante factos ocorridos no passado (como crises) ou pelo contrário, podem-se determinar cenários plausíveis que não correspondem a eventos passados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

São calculadas também várias medidas de sensibilidade (BPV e gregos) e volumes equivalentes.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, realizando um controlo exaustivo das alterações que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar alterações de perfil ou eventuais incidências para a sua correcção. A elaboração diária da conta de resultados é um indicador de riscos, na medida em que permite identificar o impacto das variações das variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

Medidas de calibração e contraste (*Backtesting*)

A fiabilidade do modelo de VaR é aferida periodicamente através de uma análise ao *backtesting*. O *backtesting* consiste numa análise comparativa entre os cálculos do valor em risco (VaR) e os resultados diários “limpos” (*clean P&L* - resultado associado à reavaliação das carteiras de fecho do dia anterior aos preços de fecho do dia seguinte), onde são analisados os desvios pontuais/espóricos dos resultados verificados face às medidas estimadas.

As análises de *backtesting*, realizadas no Banco Santander Totta, cumprem as recomendações do BIS em matéria de comparação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Adicionalmente, no *backtesting* são efectuados testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, medidas de excesso médio, entre outros.

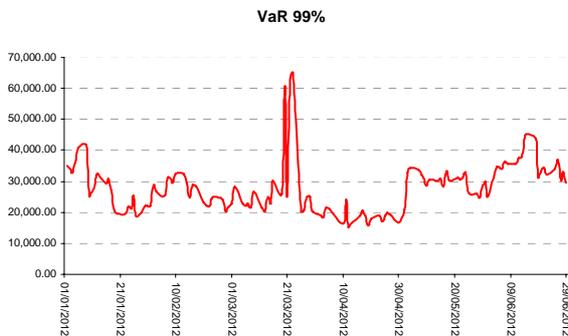
Limites

Para as carteiras de negociação utilizam-se limites quantitativos que se classificam em dois grupos, sendo estabelecidos em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras. Constituem exemplo deste tipo de limites, os limites por VaR, sobre medidas de sensibilidade (BPV e gregos) ou sobre posições equivalentes;
- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período. Este tipo de limites tem como objectivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas (*loss triggers*), permitindo a tomada de decisões antes de alcançar o limite de perda máxima (*stop loss*), a partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

Análise quantitativa do VaR durante o ano

A evolução do risco relativo à actividade de negociação nos mercados financeiros durante o 1º semestre de 2012, quantificado através do VaR, é a seguinte:



O VaR manteve-se em níveis reduzidos, variando entre os 15 mil euros e os 65 mil euros.

Risco Operacional

O Banco Santander Totta define o risco operacional como "o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, recursos humanos ou sistemas, ou derivado de circunstâncias externas". Trata-se, em geral, de um risco que se encontra presente nos processos internos (gerado por pessoas, sistemas, entre outros) ou como consequência de riscos externos, como por exemplo catástrofes naturais.

A gestão e controlo do risco operacional fazem parte das responsabilidades de todas as áreas, uma vez que são as próprias que têm um maior conhecimento dos processos, assim como dos pontos susceptíveis de ocasionar exposições importantes de risco operacional, sendo acompanhadas por uma área central, responsável pela implementação e seguimento do projecto através do respectivo controlo e supervisão.

As diferentes etapas do modelo de risco operacional permitem:

- Identificar o risco operacional inerente a todas as actividades, produtos, processos e sistemas do Banco;
- Medir e avaliar o risco operacional de forma objectiva, continuada e coerente com os standards de Basileia II, definir objectivos e analisar o perfil de risco definindo os respectivos limites;
- Realizar um seguimento contínuo das exposições ao RO, com o objectivo de detectar níveis de risco não assumidos;
- Implementar procedimentos de controlo, melhorando o conhecimento das causas de RO assim como as respectivas implicações;
- Estabelecer medidas de mitigação que eliminem ou minimizem o RO.

No 1º semestre de 2012, foi autorizada, pelo Banco de Portugal, a adopção do método standard para efeitos do cálculo de requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional.

Informação Complementar e Anexos

Práticas de Governo e Modelo de Controlo Interno

A estrutura Governo da Sociedade bem como o que respeita às políticas, procedimentos e órgãos de controlo interno não sofreram alterações face ao que se encontra informado e detalhado no relatório anual de exercício relativo ao ano de 2011.

Estrutura Accionista

Accionista	Nº acções	%
Santander Totta, S.G.P.S., S.A.	641.269.620	97,65
TaxaGest - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	14.593.315	2,22

Movimentos de Acções e Obrigações dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e do Regulamento 5/2008 da CMVM, informa-se que os movimentos de acções e obrigações efectuados pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização, com referência ao 1º semestre de 2012, foram os seguintes:

Nome	Títulos	Posição 31/12/11	Movimentos em 2012				Posição 30/06/12
			Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário (€)	
João Baptista Leite	Obrigações BST – Caixa EUA - Cx	820					820
	Obrig. BST – Caixa Rendimento América Latina TOP 3	400					400

Declaração a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários

A alínea c) do nº.1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho de Administração do Banco Santander Totta, S.A, aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, as demonstrações financeiras condensadas relativas ao 1º semestre do exercício de 2012 foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Banco Santander Totta, S.A e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente as informações exigidas nos termos do nº 2 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários.”

Conselho de Administração

Matias Pedro Rodriguez Inciarte

Presidente

António José Sacadura Vieira Monteiro

Vogal

Carlos Manuel Amaral de Pinho

Vogal

Eduardo José Stock da Cunha

Vogal

João Batista Leite

Vogal

José Carlos Brito Sítima

Vogal

José Urgel Moura Leite Maia

Vogal

José Manuel Alves Elias da Costa

Vogal

Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos

Vogal

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Vogal

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As contas referentes ao primeiro semestre de 2012 não foram objecto de revisão limitada nem do respectivo parecer por parte dos auditores do Banco.



BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E EM 01 DE JANEIRO DE 2011 (PRO-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	30-06-2012			31-12-2011	Pro-forma 01-01-2011	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	30-06-2012	31-12-2011	Pro-forma 01-01-2011
		Valor antes de Imparidade e Amortizações	Amortizações e Imparidade	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	279.429	-	279.429	387.837	316.872	Passivo				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	183.844	-	183.844	356.962	236.219	Recursos de bancos centrais	18	6.851.615	4.913.234	4.807.162
Activos financeiros detidos para negociação	7	2.058.272	-	2.058.272	1.995.784	1.649.296	Passivos financeiros detidos para negociação	7	1.855.892	1.663.299	1.312.988
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8	93.318	-	93.318	80.121	93.286	Recursos de outras instituições de crédito	19	2.632.474	3.611.532	9.614.681
Activos financeiros disponíveis para venda	9	5.014.326	62.035	4.952.291	4.439.605	6.925.123	Recursos de clientes e outros empréstimos	20	20.203.046	19.844.104	18.006.436
Aplicações em instituições de crédito	10	2.462.438	-	2.462.438	2.692.911	5.209.821	Responsabilidades representadas por títulos	21	5.763.447	7.393.865	8.880.346
Crédito a clientes	11	29.155.968	837.951	28.318.017	28.372.027	29.773.732	Derivados de cobertura	12	314.027	282.889	189.423
Derivados de cobertura	12	196.633	-	196.633	167.302	131.512	Provisões	22	71.929	75.482	104.193
Activos não correntes detidos para venda	13	263.154	83.048	180.106	141.163	89.123	Passivos por impostos correntes	16	2.995	6.545	6.608
Outros activos tangíveis	14	842.739	495.397	347.342	365.415	391.323	Passivos por impostos diferidos	16	98.716	66.972	47.885
Activos intangíveis	14	345.417	263.740	81.677	74.230	74.375	Passivos subordinados	23	4.321	4.328	32.316
Investimentos em associadas	15	143.263	500	142.763	133.052	158.846	Outros passivos	24	316.290	289.589	446.066
Activos por impostos correntes	16	25.428	-	25.428	17.632	21.985	Total do Passivo		<u>38.114.752</u>	<u>38.151.839</u>	<u>43.448.104</u>
Activos por impostos diferidos	16	700.763	-	700.763	714.817	477.690	Capital Próprio				
Outros activos	17	225.315	24.828	200.487	176.456	293.928	Capital	25	656.723	656.723	620.105
							Prémios de emissão	25	193.390	193.390	163.703
							Outros instrumentos de capital	25	135.000	135.000	135.000
							Reservas de reavaliação	25	(901.170)	(1.008.461)	(588.356)
							Outras reservas e resultados transitados	25	1.429.155	1.404.582	1.138.700
							(Acções próprias)		(42.400)	(42.400)	(42.113)
							Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas do BST	26	52.148	47.121	399.196
							Capital próprio atribuível aos accionistas do BST		<u>1.522.846</u>	<u>1.385.955</u>	<u>1.826.235</u>
							Interesses minoritários	27	585.210	577.520	568.792
							Total do Capital Próprio		<u>2.108.056</u>	<u>1.963.475</u>	<u>2.395.027</u>
Total do Activo		<u>41.990.307</u>	<u>1.767.499</u>	<u>40.222.808</u>	<u>40.115.314</u>	<u>45.843.131</u>	Total do Passivo e do Capital Próprio		<u>40.222.808</u>	<u>40.115.314</u>	<u>45.843.131</u>

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	30-06-2012	(Pro-forma) 30-06-2011
Juros e rendimentos similares	29	904.435	866.612
Juros e encargos similares	30	(622.269)	(573.991)
Margem financeira		282.166	292.621
Rendimentos de instrumentos de capital	31	1.645	1.239
Rendimentos de serviços e comissões	32	203.149	210.274
Encargos com serviços e comissões	33	(23.051)	(25.522)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	34	(3.544)	5.529
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	35	(3.815)	(77.011)
Resultados de reavaliação cambial	36	2.610	1.794
Resultados de alienação de outros activos	37	83.495	(358)
Outros resultados de exploração	38	(3.310)	(5.437)
Produto bancário		539.345	403.129
Custos com o pessoal	39	(133.100)	(148.419)
Gastos gerais administrativos	40	(68.730)	(71.910)
Amortizações do exercício	14	(32.710)	(30.631)
Provisões líquidas de anulações	22	(4.107)	243
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	22	(214.881)	(73.249)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	22	(20)	(3.305)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	22	(26.447)	(18.863)
Resultados de associadas	41	4.603	6.459
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		63.953	63.454
Impostos			
Correntes	16	(21.020)	(15.103)
Diferidos	16	9.212	13.393
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários		52.145	61.744
Interesses minoritários	27	3	6
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas do BST	26	52.148	61.750
Acções em circulação		641.943.023	647.525.720
Resultado por acção (em Euros)		0,08	0,09

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	30 de Junho de 2012		30 de Junho de 2011 (Pro-forma)	
	Atribuível aos accionistas do BST	Atribuível a Interesses Minoritários	Atribuível aos accionistas do BST	Atribuível a Interesses Minoritários
Resultado consolidado do exercício	52.148	(3)	61.750	(6)
Resultado não reconhecido na demonstração dos resultados consolidada				
. Variações cambiais em filiais no estrangeiro	6.444	7.712	(5.222)	(20.338)
. Reservas de reavaliação de sociedades em equivalência patrimonial				
. Justo valor	394	-	(22)	-
. Impacto fiscal	(114)	-	14	-
. Desvios actuariais e financeiros relativos a pensões remuneratórias				
. Justo valor	(5.762)	-	(49.112)	-
. Impacto fiscal	(7.962)	-	14.198	-
. Variações no justo valor de elementos patrimoniais disponíveis para venda				
. Justo valor	137.653	-	(250.829)	-
. Impacto fiscal	(39.879)	-	72.751	-
. Variações no justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa				
. Justo valor	24.724	-	(12.479)	-
. Impacto fiscal	(7.170)	-	3.619	-
	<u>108.328</u>	<u>7.712</u>	<u>(227.082)</u>	<u>(20.338)</u>
Rendimento integral consolidado do exercício	<u>160.476</u>	<u>7.709</u>	<u>(165.332)</u>	<u>(20.344)</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros Instrumentos de Capital	Reservas de reavaliação				Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Ações próprias	Resultado do exercício	Interesses minoritários	Total
				De reavaliações legais	De justo valor	De flutuação cambial	Por impostos diferidos							
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	620.105	163.703	135.000	23.245	(507.379)	(3.545)	142.578	215.832	828.691	94.177	(42.113)	394.028	568.792	2.633.114
Impacto da alteração da política contabilística relativa a pensões (Nota 1.5.)	-	-	-	-	(340.502)	-	97.247	-	-	-	-	5.168	-	(238.087)
Saldos em 01 de Janeiro de 2011 (pro-forma)	620.105	163.703	135.000	23.245	(847.881)	(3.545)	239.825	215.832	828.691	94.177	(42.113)	399.196	568.792	2.395.027
Aplicação dos resultados:														
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	(416)	27.801	68.419	132.307	-	(228.111)	-	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(171.085)	-	(171.085)
. Ações preferenciais	-	-	-	-	-	179	-	-	(30.213)	-	-	-	62	(29.972)
Fusão com a Totta IFIC	36.618	29.687	-	-	-	-	-	-	67.611	-	-	-	-	133.916
Pagamento de remunerações com base em ações	-	-	-	-	-	-	-	-	34	-	-	-	-	34
Compra de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(281)	-	-	(281)
Outros	-	-	-	-	-	-	388	-	-	-	-	-	-	388
Rendimento integral do primeiro semestre de 2011	-	-	-	-	(312.442)	(5.222)	90.582	-	-	-	-	61.750	(20.344)	(185.676)
Saldos em 30 de Junho de 2011	656.723	193.390	135.000	23.245	(1.160.323)	(8.588)	330.379	243.633	934.542	226.484	(42.394)	61.750	548.510	2.142.351
Ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(90)	(90)
Pagamento de remunerações com base em ações	-	-	-	-	-	-	-	-	(81)	-	-	-	-	(81)
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6)	-	-	(6)
Outros	-	-	-	-	-	-	(130)	-	4	-	-	-	-	(126)
Rendimento integral do segundo semestre de 2011	-	-	-	-	(275.628)	2.472	80.112	-	-	-	-	(14.629)	29.100	(178.573)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	656.723	193.390	135.000	23.245	(1.435.951)	(6.116)	410.361	243.633	934.465	226.484	(42.400)	47.121	577.520	1.963.475
Aplicação dos resultados:														
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	229	2.229	30.071	14.592	-	(47.121)	-	-
. Ações preferenciais	-	-	-	-	-	(1.266)	-	-	(29.346)	-	-	-	(22)	(30.634)
Benefício fiscal sobre a transferência do Fundo de Pensões para a Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.587	-	-	-	7.587
Pagamento de remunerações com base em ações	-	-	-	-	-	-	-	-	(624)	-	-	-	-	(624)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	62	2	-	-	3	67
Rendimento integral do primeiro semestre de 2012	-	-	-	-	157.009	6.444	(55.125)	-	-	-	-	52.148	7.709	168.185
Saldos em 30 de Junho de 2012	656.723	193.390	135.000	23.245	(1.278.942)	(938)	355.465	245.862	934.628	248.665	(42.400)	52.148	585.210	2.108.056

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 (PRO-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	1.006.802	1.020.727
Pagamento de juros e comissões	(584.782)	(520.142)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(212.794)	(233.871)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	6.136	(24.156)
Recuperação de créditos incobráveis	5.228	10.980
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	<u>217.491</u>	<u>253.538</u>
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	215.382	4.411.836
Activos financeiros detidos para negociação	(56.306)	511.012
Créditos a clientes	(174.969)	2.105.215
Activos e passivos ao justo valor através de resultados	(124.179)	3.306
Activos não correntes detidos para venda	(55.713)	(28.687)
Outros activos	985	86.911
	<u>(194.800)</u>	<u>7.089.593</u>
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de instituições de crédito	951.912	(8.894.591)
Recursos de clientes e outros empréstimos	361.462	359.388
Passivos financeiros detidos para negociação	192.594	(105.953)
Outros passivos	20.515	(62.030)
	<u>1.526.483</u>	<u>(8.703.186)</u>
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	1.549.174	(1.360.055)
Impostos pagos	(39.953)	(35.011)
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>1.509.221</u>	<u>(1.395.066)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	1.645	2.813
Aquisição de activos disponíveis para venda	(1.549.328)	(271.486)
Alienação de activos disponíveis para venda	1.198.963	2.985.817
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	156.940	142.851
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(28.722)	(22.516)
Vendas de activos tangíveis	361	479
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(220.141)</u>	<u>2.837.958</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Dividendos pagos	-	(171.085)
Emissão (reembolso) de dívida titulada	(1.498.834)	(1.042.749)
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(71.702)	(109.487)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(70)	(497)
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>(1.570.606)</u>	<u>(1.323.818)</u>
Aumento líquido de caixa e seus equivalentes	<u>(281.526)</u>	<u>119.074</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	744.799	553.090
Entrada no perímetro de consolidação		2
Caixa e seus equivalentes no fim do período	463.273	672.166

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas



NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Santander Totta, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco”, “BST” ou “Grupo”) foi constituído em 1864, assumia anteriormente a denominação de Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) e encontra-se sediado em Portugal na Rua do Ouro, nº 88, Lisboa. O Banco foi nacionalizado em 1975 e transformado em sociedade anónima de capitais públicos em 1990. Em 2 de Dezembro de 1992 o seu capital foi reprivatizado, mediante uma oferta pública de acções efectuada em sessão especial da Bolsa de Valores de Lisboa.

A partir de Dezembro de 2000, o Banco integrou o Grupo Santander, na sequência da aquisição do Banco Totta & Açores, S.A. (totta) pelo Grupo Santander. Os principais saldos e transacções mantidos com empresas do Grupo Santander durante o primeiro semestre de 2012 e o exercício de 2011 encontram-se detalhados na Nota 45.

No dia 16 de Dezembro de 2004 foi registada a operação de cisão/fusão do totta, ao abrigo da qual foram destacadas as participações financeiras detidas por este na Foggia, SGPS, S.A. e na Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tendo o remanescente da sua actividade, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), sido incorporados por fusão no CPP que alterou a sua designação para a actual.

Em 3 de Maio de 2010, o Banco procedeu à fusão por incorporação do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN). A operação foi registada contabilisticamente com referência a 1 de Janeiro de 2010.

Em 1 de Abril de 2011 o Banco procedeu à fusão por incorporação da Totta Crédito Especializado – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Totta IFIC). Para efeitos contabilísticos e fiscais, a fusão foi efectuada em 1 de Abril de 2011, data do respectivo registo.

O BST dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 640 balcões (659 balcões em 31 de Dezembro de 2011) e mantém igualmente uma sucursal em Londres, assim como uma Sucursal Financeira Exterior e uma Sucursal Financeira Internacional na Região Autónoma da Madeira. Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do BST foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são preparados ajustamentos de conversão para IAS/IFRS.

O Banco adoptou a Norma IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar, na apresentação das demonstrações financeiras semestrais.

No exercício de 2011, o Banco adoptou as alterações às IAS 24 – “Entidades relacionadas”, IAS 32 – “Instrumentos financeiros: apresentação”, IFRIC 14 – “O limite sobre o activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção” e IFRIC 19 – “Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio”, mas a adopção destas normas não teve impacto nas suas demonstrações financeiras.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012
E 2011 (PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O Banco analisou ainda as alterações à IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, sobre a identificação da inflação como risco coberto e a cobertura através de opções, mas estas não tiveram impacto nas suas demonstrações financeiras. As alterações à IFRS 2 - “Pagamento com base em acções”, a IFRIC 16 – “Cobertura de um investimento líquido numa filial no estrangeiro”, a IFRIC 17 – “Distribuição de dividendos em espécie” e a IFRIC 18 – “Transferências de activos provenientes de clientes”, não tiveram igualmente impacto nas suas demonstrações financeiras.

Em 30 de Junho de 2012, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações, já adoptadas pela União Europeia:

- IFRS 7 (Alteração) – “Divulgações de instrumentos financeiros” – Esta revisão vem aumentar os requisitos de divulgação relativamente a transacções que envolvam a transferência de activos financeiros. Pretende garantir maior transparência em relação à exposição a riscos quando activos financeiros são transferidos e a entidade que os transfere mantém algum envolvimento (exposição) nos mesmos, sendo de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2012.
- IAS 1 (Alteração) - “Presentation of Items of Other Comprehensive Income” - As alterações à norma incluem algumas modificações à forma como o rendimento integrado é apresentado.
- IAS 19 (Alteração) - “Benefícios dos Empregados” - As alterações ao texto da norma emitidas em Junho de 2011 incluem modificações relacionadas com o reconhecimento do custo com planos de benefício definido e respectiva desagregação e divulgações sobre os planos de benefício definido.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Banco em 30 de Junho de 2012, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. O Conselho de Administração entende que a sua aplicação não terá um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e melhorias, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” – A nova norma utiliza uma abordagem única para determinar a contabilização de um activo financeiro ao custo amortizado ou ao justo valor, simplificando a classificação face à IAS 39. A classificação depende das características contratuais do activo e da forma como é efectuada a sua gestão. A norma não abrange os passivos financeiros. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015.
- IFRS 11 – “Empreendimentos conjuntos” - A nova norma estabelece que as partes envolvidas num empreendimento conjunto deverão determinar o tipo e a forma de contabilização do empreendimento conjunto através da avaliação dos direitos e obrigações decorrentes da operação. O empreendimento conjunto poderá ser classificado como “joint operation”, no caso em que as partes envolvidas tenham direitos sobre os activos e obrigações sobre os passivos relacionados com o acordo, ou como “joint venture”, no caso em que as partes envolvidas tenham direitos sobre os activos líquidos relacionados com o acordo. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IFRS 12 – “Disclosures of Interests in Other Entities” - A norma estabelece a divulgação de informação que permita aos utentes das demonstrações financeiras de uma entidade avaliar a natureza e os riscos associados aos interesses que a entidade possua noutras entidades, nomeadamente, o efeito desses interesses na sua posição e desempenho financeiros e nos seus fluxos de caixa. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

- IFRS 13 – “Fair Value Measurement” - A norma define o que é justo valor e estabelece uma estrutura para a sua determinação. É ainda estabelecida uma hierarquia para o justo valor, de acordo com os inputs utilizados nos modelos de valorização. A norma estabelece ainda requisitos de divulgação relacionados com a determinação do justo valor. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IAS 27 – “Separate Financial Statements” - A norma estabelece princípios a aplicar na contabilização de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas quando uma entidade opte, ou seja exigido pelos reguladores locais, por apresentar demonstrações financeiras em separado (não-consolidadas). É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- Melhorias às IFRS (Ciclo 2009-2011) – Inclui, entre outras, alterações às seguintes normas:
 - . IAS 1 – Clarifica os requisitos de divulgação de informação comparativa
 - . IAS 32 – Esclarece que o efeito fiscal de uma distribuição de rendimentos aos detentores de instrumentos representativos de capital deverá ser contabilizado de acordo com os requisitos da IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento
 - . IAS 34 – Clarifica os requisitos da divulgação intercalar do activo por segmentos de forma a existir maior consistência com os requisitos da IFRS 8 – Segmentos Operacionais.As alterações são de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 (alterações) – As alterações a estas normas incluem esclarecimentos sobre a obrigação de divulgação de informação comparativa, nomeadamente eliminando a exigência de apresentação de informação comparativa para períodos anteriores ao imediatamente anterior ao período de referência. As alterações são de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

1.2. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco e as das entidades controladas directamente e indirectamente pelo Banco (Nota 4), incluindo entidades de propósito especial.

Empresas subsidiárias são aquelas em que o Banco exerce um controlo efectivo sobre a gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, em resultado da aplicação da IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas”, o Grupo inclui no perímetro de consolidação entidades de propósito especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efectivo e nas quais o Banco detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global, a partir do momento em que o BST assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica “Interesses Minoritários” (Nota 27).

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco exerce influência significativa, mas não detém o seu controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. São também classificadas como associadas as empresas nas quais a percentagem de participação do Banco seja inferior a 20%, mas que sejam detidas maioritariamente pelo Grupo Santander Totta SGPS. As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que o Banco passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Banco do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição e a percentagem efectiva equivalente no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes das empresas subsidiárias e associadas. Com uma periodicidade mínima anual, o Banco realiza testes de imparidade ao goodwill registado em balanço, de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de activos”. Para este efeito, o “goodwill” é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respectivo valor recuperável com base em estimativas dos “cash-flows” futuros, actualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Banco. As perdas por imparidade associadas ao “goodwill” são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

O Banco decidiu não aplicar retrospectivamente a IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais. Neste sentido, o goodwill resultante de aquisições até 1 de Janeiro de 2004, encontra-se deduzido ao capital próprio de acordo com a anterior política contabilística seguida. Por outro lado, as diferenças de consolidação negativas anteriormente registadas foram acrescidas ao capital próprio, tal como permitido pela IFRS 1.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2004, são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor, determinado à data da compra, dos activos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos. O goodwill é registado no activo e é sujeito a testes de imparidade de acordo com a IAS 36, não sendo amortizado. Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor dos activos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos é superior ao custo de aquisição (goodwill negativo), o diferencial é reconhecido na demonstração dos resultados.

Com a aplicação das alterações às IFRS 3 e IAS 27, o Banco definiu como política contabilística a valorização ao justo valor por resultados nos casos em que existe alteração de controlo por aquisição em diferentes fases de participadas. Nesses casos, a participação adquirida previamente ao momento de alteração de controlo é reavaliada ao justo valor por resultados (Nota 15). O goodwill é apurado numa data como a diferença entre o custo total de aquisição e a proporção do justo valor dos activos e passivos da associada. Do mesmo modo, da aplicação das alterações às referidas Normas o Banco reavalia por resultados as participações nas quais existe perda de controlo conjunto (Nota 4).

O Banco decidiu anular na data de transição (1 de Janeiro de 2004) a reserva decorrente das flutuações cambiais originadas pela conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias com moeda funcional diferente do Euro. A partir dessa data e de acordo com a IAS 21, as demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira são convertidas para Euros segundo a seguinte metodologia:

- A conversão dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio de fecho do Euro à data de balanço;
- Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis, permanecem reflectidos ao câmbio original; e

- Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para Euros ao câmbio médio do mês em que são reconhecidos.

As diferenças cambiais apuradas na conversão para Euros são registadas nos capitais próprios do Banco, na rubrica de “Reservas de flutuação cambial”.

1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera (“moeda funcional”), sendo expressas em Euros.

As transacções em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes proveitos e custos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os activos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho (“fixing” do Banco de Portugal).

c) Crédito e contas a receber

Esta categoria de activos financeiros inclui o crédito concedido a clientes e aplicações em instituições de crédito.

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e outras operações de empréstimo tituladas (papel comercial) cuja intenção não é a de venda no curto prazo, sendo registados inicialmente pelo seu valor nominal.

Posteriormente, o crédito e outros valores a receber são registados ao custo amortizado, sendo igualmente submetidos a análises periódicas de imparidade.

As comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria, bem como os juros associados aos créditos concedidos, são periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo o método da taxa de juro efectiva, sendo reconhecidos independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. O Banco optou por diferir as comissões recebidas e pagas associadas aos créditos concedidos a partir de 1 de Janeiro de 2004.

O Banco classifica como crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos definidos no manual de crédito aprovado, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida.

Periodicamente, o Banco analisa os créditos para os quais já foi exigido o pagamento da totalidade da dívida e cujos esforços de cobrança não produziram efeitos. Caso as expectativas de recuperação do crédito sejam reduzidas, os créditos são considerados incobráveis e reconhecidas perdas de imparidade para a totalidade. Para estes, o Banco procede ao seu abate. No caso de eventual recuperação posterior, esta é reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

Imparidade

Periodicamente, o Grupo analisa o crédito concedido a clientes e outros valores a receber com o objectivo de identificar evidências de imparidade. Considera-se que um activo financeiro se encontra em imparidade se, e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tenha um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos.

Para efeitos de apuramento da imparidade do crédito concedido, o Grupo segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo;
- Crédito concedido através de cartões de crédito;
- Outros créditos a particulares;
- Garantias e avales prestados; e
- Derivados.

Relativamente ao segmento de crédito concedido a empresas, o Grupo efectua uma análise individual dos clientes que apresentem:

- Responsabilidades superiores a mEuros 5.000;
- Responsabilidades superiores a mEuros 500 que estejam classificados em "morosidade de gestão" no sistema de acompanhamento do Banco;
- Responsabilidades superiores a mEuros 1.000 se classificados em VE1 e Substandard e mEuros 1.500 se classificados em VE2 e VE3, no sistema de vigilância especial do Banco;

Neste sentido, estes segmentos podem incluir clientes sem incumprimento. Pontualmente o Banco inclui ainda na análise individual alguns clientes por julgamento profissional, embora não apresentem as características indicadas anteriormente.

Os clientes analisados individualmente para os quais não sejam apuradas perdas por imparidade são posteriormente avaliados no âmbito de uma análise colectiva, sendo diferenciados entre clientes com responsabilidades superiores ou inferiores a mEuros 300.

Para os restantes segmentos da carteira de crédito, o Grupo efectua uma análise colectiva para apuramento das perdas por imparidade.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Grupo está relacionada com a observação de diversos eventos de perda, de entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:
 - . Das condições e/ou capacidade de pagamento; e
 - . Das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de incumprimento (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respectivos créditos e o valor actualizado dos cash-flows estimados dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar em situação de incumprimento durante um determinado período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percebida pelo Grupo (“Incurred but not reported”). Para todos os segmentos da carteira, o Grupo considera um período de emergência de 6 meses.

Se existir evidência que o Grupo incorreu numa perda por imparidade em crédito e outros valores a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro do activo ou activos financeiros. O valor de balanço do activo ou dos activos financeiros é reduzido do saldo da conta de perdas por imparidade. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade consiste na taxa de juro corrente, determinada pelo contrato. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

De acordo com o modelo de imparidade em vigor no Grupo para a carteira de crédito a clientes, a existência de perdas por imparidade é analisada em termos individuais, através de uma análise casuística, bem como em termos colectivos. Quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais dos activos desse grupo e os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares. Sempre que o Grupo entende necessário, a informação histórica é actualizada com base nos dados correntes observáveis, por forma a que esta reflecta os efeitos das condições actuais.

Quando num período subsequente se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Anulação de capital e juros

De acordo com as políticas em vigor no Banco, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados percorridos três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados desde que o valor acumulado do capital em dívida e dos juros vencidos seja inferior ao valor atribuído à garantia.

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados em resultados na rubrica “Resultados de alienação de outros activos” (Nota 37). Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses activos, líquido de perdas por imparidade. Na determinação do valor de venda fixado, não foram considerados eventuais recebimentos contingentes futuros.

Operações de locação financeira

As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que os respectivos termos façam com que sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção dos bens locados para o locatário. Estas operações são registadas de acordo com os seguintes critérios:

i) Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados, pelo seu justo valor, nos activos tangíveis e no passivo, processando-se as correspondentes amortizações. As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica de “Juros e encargos similares”.

ii) Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vida das operações.

d) Reconhecimento de rendimentos e custos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.

Os rendimentos de serviços e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

O reconhecimento dos custos com serviços e comissões é efectuado de acordo com os mesmos critérios adoptados para os proveitos.

e) Instrumentos financeiros

Os seguintes activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com as IAS 32 e IAS 39 e compreendem as categorias específicas abaixo indicadas:

- Activos e passivos financeiros detidos para negociação;
- Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda; e
- Outros passivos financeiros.

i) Activos e passivos financeiros detidos para negociação e activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos ao justo valor através de resultados incluem títulos de rendimento fixo.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Os juros associados a instrumentos financeiros derivados de negociação são classificados na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não se encontrem classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reserva de justo valor” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidos directamente na demonstração dos resultados.

Reclassificação de activos financeiros

De acordo com a alteração introduzida em 13 de Outubro de 2008 na Norma IAS 39 - “Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração”, o Banco “pode reclassificar um activo financeiro que já não seja detido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo (não obstante poder ter sido adquirido ou incorrido principalmente para efeitos de venda ou recompra a curto prazo), retirando-o da categoria de justo valor através dos lucros ou prejuízos, se forem cumpridos alguns requisitos. Não sendo contudo permitidas reclassificações para a categoria de “Activos financeiros ao justo valor através de resultados”.

A informação sobre as reclassificações efectuadas ao abrigo desta alteração encontra-se descrita na Nota 9.

iii) Reconhecimento de rendimentos

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa de juro efectiva e registados na rubrica de “Juros e rendimentos similares” da demonstração dos resultados.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos em resultados na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

iv) Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros.

v) Imparidade em instrumentos financeiros

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Para títulos não cotados, é considerado evidência de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com fiabilidade.

O Banco considera a natureza e características específicas dos activos em avaliação nas análises periódicas de existência de perdas por imparidade. Relativamente aos critérios objectivos de imparidade, o BST considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros face ao seu custo de aquisição. Adicionalmente, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, o BST considera a existência de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Excepto conforme descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo o justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

vi) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida. Estes passivos são valorizados inicialmente ao justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida dos custos de transacção, e são posteriormente valorizados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva. As emissões de obrigações encontram-se registadas nas rubricas “Outros passivos subordinados” e “Responsabilidades representadas por títulos”.

Na data de emissão as obrigações são relevadas pelo justo valor (valor de emissão), sendo posteriormente valorizadas ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Os derivados embutidos em obrigações emitidas são registados separadamente e reavaliados ao justo valor através de resultados.

Justo valor

Conforme referido anteriormente, os activos financeiros registados nas categorias de Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado por um órgão do Banco independente da função de negociação, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
 - i) Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transacções recentes;
 - ii) Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
 - iii) Modelos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos directamente atribuíveis à transacção. O reconhecimento dos juros é efectuado pelo método da taxa efectiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associadas a instrumentos financeiros valorizados pelo seu custo amortizado seja revista, o respectivo valor de balanço é ajustado para reflectir os cash flows revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos cash flows futuros revistos à taxa de juro efectiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração dos resultados.

f) Valorização de instrumentos derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos derivados transaccionados pelo Banco são sempre reconhecidos em balanço pelo seu justo valor.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros (nomeadamente em dívida emitida) são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estejam intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não seja registada ao justo valor por contrapartida de resultados.

O BST utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura dos riscos de taxa de juro e taxa de câmbio resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para aplicação da contabilidade de cobertura são registados como instrumentos financeiros de negociação, nas rubricas de activos ou passivos financeiros detidos para negociação, e todas as variações no seu justo valor são reflectidas em resultados.

Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo BST.

Nos termos previstos na IAS 39.88 é aplicada a contabilidade de cobertura quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco, incluindo os seguintes aspectos:
 - . Identificação do instrumento de cobertura;
 - . Identificação do elemento coberto;
 - . Identificação do tipo de risco coberto; e
 - . Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e
- Ao longo da vida da operação, a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia das coberturas é testada em cada data de reporte financeiro, comparando a variação no justo valor do elemento coberto, com a variação no justo valor do derivado de cobertura.

A metodologia da contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos estes requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia de cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125%, a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objecto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correcções de valor dos elementos cobertos, são amortizados ao longo do período remanescente. Se o activo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correcções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o período remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura de uma exposição relativa à variabilidade de fluxos futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um activo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transacção futura altamente provável, e que possa afectar os resultados.

O BST tem instrumentos financeiros derivados contratados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido directamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é reflectida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo reflectido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

g) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis), deduzido de amortizações acumuladas, bem como de perdas por imparidade, quando aplicável.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco (arrendados) são amortizadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior. Em média corresponde a um período de dez anos.

Conforme previsto na IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 foram registados pelo valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que correspondeu ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da legislação em vigor, decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Periodicamente são efectuados testes de imparidade. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor recuperável do imóvel através do seu uso nas operações ou pela venda é inferior ao valor líquido contabilístico.

Os critérios seguidos nas avaliações dos imóveis consideram normalmente o método de comparação de mercado, e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do bem no estado actual.

h) Activos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projectos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizados. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos. Para a plataforma informática (Paternon), a vida útil estimada corresponde no máximo a cinco anos.

i) Activos não correntes detidos para venda

O Grupo regista na rubrica de “Activos não correntes detidos para venda” os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, sendo registados pelo valor acordado por via negocial ou judicial, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação no período de um ano. Caso não cumpram estes critérios, são registados na rubrica “Outros activos” (Nota 17).

A rubrica inclui igualmente unidades de participação de um Fundo Fechado de Investimento Imobiliário adquiridas na sequência de um acordo de regularização de dívida celebrado com um cliente.

Os imóveis são objecto de avaliações periódicas efectuadas por avaliadores independentes que dão lugar ao registo de perdas por imparidade, sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados.

Os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira são registados no activo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão.

Adicionalmente, são registados nesta rubrica os imóveis de serviço próprio do Banco que se encontram em processo de venda. Estes activos são transferidos pelo seu valor contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade) e são igualmente objecto de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

De acordo com as disposições da norma IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas, o Banco não reconhece mais-valias potenciais nestes activos.

O Conselho de Administração do Banco considera que os métodos adoptados são adequados e reflectem a realidade de mercado.

j) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós emprego específicos de membros do Conselho de Administração, ao plano de reestruturação, a riscos fiscais, a processos judiciais e a outros riscos específicos decorrentes da actividade do BST, de acordo com a IAS 37 (Nota 22).

k) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de Dezembro de 2008, o plano de pensões existente no BST correspondia a um plano de benefícios definidos, uma vez que estabelece os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões actualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no activo. Para estes trabalhadores, o Banco tem sido responsável pelo pagamento integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com o plano de benefícios definidos o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 de Janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Os empregados do ex – totta já estavam inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos.

Em Outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do sector bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência deste acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, que define que os trabalhadores do sector bancário que estejam no activo na data da sua entrada em vigor (4 de Janeiro de 2011), passam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção. Face ao carácter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco continuará a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

Na sequência das instruções do Conselho Nacional dos Supervisores Financeiros, as responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de Dezembro de 2010 não sofrem alterações com a publicação do referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no activo é aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de Janeiro de 2011. Desta forma, o custo do serviço corrente reduziu-se a partir desta data, mas o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. O Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença.

Em Dezembro de 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), com vista à transferência para o âmbito da Segurança Social de parte das responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de segurança social substitutivo constante do ACT.

Na sequência deste acordo, foi publicado o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, que define que a Segurança Social é responsável, a partir de 1 de Janeiro de 2012, pelas pensões transferidas ao abrigo deste Diploma, no valor correspondente ao pensionamento da remuneração à data de 31 de Dezembro de 2011, nos termos e condições previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis, incluindo os valores relativos ao subsídio de Natal e ao 14.º mês.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012
E 2011 (PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

De acordo com este Decreto-Lei, o Banco, através do respectivo Fundo de Pensões, apenas mantém a responsabilidade pelo pagamento:

- i) das actualizações do valor das pensões referidas acima, de acordo com o previsto nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;
- ii) das contribuições patronais para os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) geridos pelos respectivos sindicatos, que incidem sobre as pensões de reforma e de sobrevivência, nos termos previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;
- iii) do subsídio por morte;
- iv) da pensão de sobrevivência a filhos;
- v) da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente, desde que referente ao mesmo trabalhador;
- vi) da pensão de sobrevivência devida a familiar de actual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de Janeiro de 2012.

No âmbito da transferência das responsabilidades assumidas pela Segurança Social foram ainda transferidos os activos do Fundo de Pensões do Banco, na parte correspondente a essas responsabilidades. O valor dos activos dos fundos de pensões a transmitir para o Estado corresponde ao valor das responsabilidades assumidas pela Segurança Social de acordo com o Decreto-Lei, as quais foram determinadas, tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (desconto)	4%

Os activos a transmitir deverão ser constituídos por numerário e, até 50% do valor dos activos a transmitir, por títulos da dívida pública portuguesa, neste caso valorizados pelo respectivo valor de mercado.

Nos termos do referido Diploma, a transmissão da titularidade dos activos foi realizada pelo Banco nos seguintes termos:

- i) Até 31 de Dezembro de 2011, o valor equivalente a, pelo menos, 55 % do valor actual provisório das responsabilidades;
- ii) Até 30 de Junho de 2012, o valor remanescente para completar o valor actual definitivo das responsabilidades.

Neste sentido, e antes de proceder à transferência para a Segurança Social, o Banco obteve estudos actuariais que permitiram apurar o valor da transferência.

Na sequência do acordo de transferência para o âmbito da Segurança Social dos reformados e pensionistas, e para efeitos da determinação do valor das responsabilidades a transferir de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, o Banco efectuou o cálculo das responsabilidades separadamente para empregados no activo e para reformados, tendo definido pressupostos específicos para cada uma das realidades (Nota 43).

A diferença entre o valor das responsabilidades a transmitir para o Estado, determinadas com base nos pressupostos acima referidos, e determinadas com base nos pressupostos actuariais actualizados adoptados pelo Banco foi registada na rubrica de resultados "Custos com o pessoal".

Adicionalmente, os colaboradores da Sucursal de Londres do Banco estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual a Sucursal dispõe de um fundo de pensões autónomo (Nota 43).

Em Fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de directivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro.

As responsabilidades do BST com pensões de reforma são calculadas por peritos externos (Towers Watson International Limited, Sucursal em Portugal), com base no método "Projected Unit Credit". A taxa de desconto utilizada nos estudos actuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos (Euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte na reforma.

O Banco Santander Negócios Portugal, S.A. (BSN) não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário. No exercício de 2006 o BSN constituiu um fundo de pensões de contribuição definida, em que os colaboradores podiam efectuar contribuições voluntárias. A contribuição do BSN dependia dos resultados e correspondia a uma percentagem do salário dos colaboradores, com o mínimo anual de 1.000 Euros por participante. Na sequência da fusão por incorporação do BSN no BST, os colaboradores do ex-BSN foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Maio de 2010, tendo sido reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de Julho de 1997.

A Totta IFIC não dispunha de fundo de pensões. Na sequência da fusão por incorporação da Totta IFIC no BST, os colaboradores da ex-Totta IFIC foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Abril de 2011, tendo sido reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de Julho de 1997. O aumento das responsabilidades por serviços passados com os colaboradores da Totta IFIC foi reconhecido na rubrica "Custos com o pessoal".

No primeiro semestre de 2011 o BST assumiu um acréscimo de responsabilidades de mEuros 1.044 relativo aos colaboradores da Totta IFIC (Nota 43).

Aplicação da IAS 19

Em 1 de Janeiro de 2004, o BST optou por não aplicar retrospectivamente a IAS 19, não tendo então efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse adoptado esta Norma desde o início dos planos de pensões. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais já existentes em 1 de Janeiro de 2004, bem como os decorrentes da adopção da IAS 19, foram anulados/registados por contrapartida de resultados transitados nessa data.

Em 2011 o Banco decidiu alterar a política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, deixando de adoptar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuarias directamente em capitais próprios, conforme permitido pela IAS 19. O Conselho de Administração entende que esta alteração traduz de forma mais apropriada a posição económica e financeira do Banco relativamente às responsabilidades com pensões.

Esta alteração de política contabilística foi aplicada retrospectivamente, conforme requerido pela IAS 8 (Nota 1.5.).

O BST regista em “Custos com o pessoal” da demonstração dos resultados as seguintes componentes:

- Custo dos juros do plano, líquido do rendimento esperado dos activos do Fundo de Pensões;
- Custo dos serviços correntes; e
- Custo com reformas antecipadas, correspondentes ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos activos do Fundo de Pensões são registadas na rubrica de “Outros activos” (Nota 17).

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no activo. No entanto, estabelece um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção da IAS 19.

O Banco dotou em 31 de Dezembro de 2011 o Fundo de Pensões de forma a proceder à cobertura da totalidade das suas responsabilidades com benefícios de empregados, incluindo o SAMS.

l) Prémios de antiguidade

Nos termos do ACT, o BST assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O BST determina o valor actual das responsabilidades com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método “Projected Unit Credit”. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do BST. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de rating elevado e prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica de “Outros passivos – prémio de antiguidade” (Nota 24).

Impostos sobre os lucros

O BST e as empresas do Grupo estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais são integradas nas contas do Banco para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC em Portugal nos termos do Artigo 91º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficiava, ao abrigo do Artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no Artigo 34.º do EBF, considerava-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global do Banco era resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

De acordo com o Artigo 92º do Código do IRC, o imposto liquidado nos termos do nº 1 do Artigo 90º, líquido das deduções correspondentes à dupla tributação internacional e a benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufruísse de benefícios fiscais e dos regimes previstos no nº 13 do Artigo 43º e no Artigo 75º, ambos do Código do IRC.

A partir de 1 de Janeiro de 2007, os municípios podem deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Esta disposição implicou que a taxa fiscal utilizada em 30 de Junho de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 no cálculo de impostos diferidos sobre eventuais prejuízos fiscais reportáveis fosse de 25% e que se aplicasse 26,5% para as demais diferenças temporárias geradas no reconhecimento do imposto sobre lucros do exercício.

Com a publicação da Lei nº 12–A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida a derrama estadual, que é paga por todos os sujeitos passivos que apurem um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a mEuros 2.000. A derrama estadual corresponde a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite. Esta disposição implicou que a taxa fiscal utilizada no cálculo dos impostos diferidos, com excepção de eventuais prejuízos fiscais reportáveis, e no reconhecimento do imposto sobre lucros do período, fosse de 29%.

Com a publicação da Lei do Orçamento do Estado para 2012 (Lei nº 64–B/2011, de 30 de Dezembro), as empresas que apresentem nesse exercício e nos seguintes lucros tributáveis mais elevados são sujeitas a taxas agravadas em sede de derrama estadual. Nesse sentido, as empresas com lucros tributáveis compreendidos entre mEuros 1.500 e mEuros 10.000 passam a estar sujeitas a uma taxa de derrama estadual de 3% e as empresas com lucros tributáveis superiores a mEuros 10.000 ficam sujeitas a uma taxa de 5%. Assim, sempre que o lucro tributável apurado exceda os mEuros 10.000, aplicar-se-á uma taxa de 3% ao montante de mEuros 8.500, aplicando-se uma taxa de 5% à diferença entre o lucro tributável apurado e os mEuros 10.000. Esta disposição implicou que a taxa fiscal utilizada no exercício de 2011 no reconhecimento do imposto sobre lucros do período fosse de 26,5% para mEuros 1.500 do lucro tributável, 29,5% para mEuros 8.500 do lucro tributável e 31,5% para o remanescente. De referir que o Banco apurou prejuízo fiscal no exercício de 2011.

Os prejuízos apurados no exercício de 2011 poderão ser utilizados nos quatro exercícios subsequentes, contudo, a sua dedução será limitada nos termos previstos na Lei do Orçamento do Estado para 2012, acima mencionada, a qual veio estabelecer que a dedução dos prejuízos a efectuar em cada exercício não pode exceder 75% do respectivo lucro tributável, podendo o remanescente (restantes 25%) ser utilizado até ao final do prazo de reporte.

De salientar que os prejuízos gerados a partir do exercício de 2012, inclusive, são reportáveis nos cinco períodos de tributação posteriores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012
E 2011 (PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. A contribuição sobre o sector bancário incide sobre:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base (Tier 1) e complementares (Tier 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo apurado são deduzidos:
 - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis, sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes as operações passivas e;
 - Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com excepção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cujo posição em risco se compensa mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores são de 0,05% e 0,00015%, respectivamente, conforme previsto no n.º 1 e 2 do artigo 5º da Portaria n.º 121/2011, de 30 de Março.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o activo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados, com excepção dos impostos relativos a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em títulos disponíveis para venda e em derivados de cobertura de fluxos de caixa, e os desvios actuariais relativos a responsabilidades com pensões na sequência da alteração da política contabilística (Nota 1.3. k)).

m) Planos de incentivos a longo prazo sobre acções

O Grupo tem planos de incentivos a longo prazo sobre acções e opções sobre acções do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em "equity settled share-based payment transactions", conforme definido na IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, cobertura e execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada directamente pelo Banco Santander S.A.. O Grupo paga anualmente ao Banco Santander, S.A. o montante relativo a estes planos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012
E 2011 (PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Grupo a estes instrumentos na rubrica de “Outras reservas”, por contrapartida da rubrica de “Custos com pessoal”, na medida em que correspondem a uma remuneração pela prestação de serviços.

A descrição dos planos de incentivos de longo prazo sobre acções e opções sobre acções do Banco Santander S.A. em vigor em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 está incluída na Nota 46.

n) Prestação de serviços de mediação de seguros

O Banco adopta o principio contabilístico da especialização de exercícios em relação aos proveitos com a prestação do serviço de mediação de seguros - comissões. Assim, estes proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento. Os valores a receber são submetidos a análise de perdas por imparidade.

o) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas de “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

1.4. Comparabilidade da informação

Conforme referido na Nota Introdutória, a 1 de Abril de 2011 ocorreu a fusão por incorporação da Totta IFIC no Banco. A fusão para efeitos contabilísticos foi reportada àquela data. O Banco integrou os activos e passivos da Totta IFIC pelo valor contabilístico que apresentavam nas demonstrações financeiras em 31 de Março de 2011. A diferença entre o valor contabilístico e o custo de aquisição foi registado nas rubricas de capital, prémios de emissão e reserva de fusão. O impacto desta fusão nos capitais próprios do Banco pode ser demonstrado como segue:

Situação líquida da Totta IFIC à data da fusão	175.019
Transferência das reservas de reavaliação	(7.606)
Outras correcções – plano de incentivos	(32)

Capitais próprios ajustados	167.381

Custo de aquisição da participação na Totta IFIC em 31 de Março de 2011	10.556
Aumento de capital do Banco	36.618
Prémio de emissão	29.687

	76.861

Reserva de fusão	90.520
	=====

Consequentemente, custos e proveitos do Banco em 30 de Junho de 2012 não são directamente comparáveis com os de 30 de Junho de 2011.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 (PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

1.5. Aplicação retrospectiva de alteração de políticas contabilísticas

Tal como referido na Nota 1.3.k), no exercício de 2011, o Conselho de Administração do Banco decidiu alterar a política contabilística, deixando de utilizar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais em capitais próprios, conforme permitido pela IAS 19.

De acordo com a Lei nº 64 – B/2011, relativa ao Orçamento de Estado para 2012, o impacto desta alteração será aceite em termos fiscais durante um período de 10 anos. Por conseguinte, o Banco registou impostos diferidos activos no montante de mEuros 159.238 (Nota 16), decorrentes desta alteração de política contabilística.

Conforme requerido pela IAS 8, são apresentados em seguida os efeitos da alteração da política contabilística no capital próprio em 1 de Janeiro de 2011, no resultado líquido do primeiro semestre de 2011 e no capital próprio de 30 de Junho de 2011:

	30-06-2011		01-01-2011	
	Capital próprio sem resultado líquido do exercício	Resultado líquido do exercício	Capital próprio total	Capital próprio
Saldos antes da aplicação retrospectiva	2.353.600	57.451	2.411.051	2.633.112
Impacto da aplicação retrospectiva em 01 de Janeiro de 2011				
Desvios actuariais acumulados em 01 de Janeiro de 2011	(335.334)	-	(335.334)	(335.334)
Desvios actuariais reconhecidos no primeiro semestre de 2011	(49.112)	-	(49.112)	-
Desvios actuariais amortizados no primeiro semestre de 2011 (excesso do corredor)	-	4.299	4.299	-
Efeito fiscal	111.445	-	111.445	97.247
	(273.001)	4.299	(268.702)	(238.087)
Saldos após aplicação retrospectiva	2.080.599	61.750	2.142.349	2.395.025

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas são subjectivas por natureza e podem afectar o valor dos activos e passivos, proveitos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas tendo por base avaliações actuariais efectuadas por peritos externos certificados na Comissão dos Mercados de Valores Mobiliários (CMVM). Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e actuariais, nomeadamente a taxa de desconto, rendibilidade esperada dos activos do Fundo de pensões, tábuas de mortalidade, invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros. De referir que o rendimento esperado do Fundo de Pensões tem impacto no custo anual com pensões.

Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Banco e dos actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados activos são utilizados modelos ou técnicas de valorização, tal como descrito nas Notas 1.3. e) e f). Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 1.3. e), de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Determinação de perdas por imparidade em crédito

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.3. c). Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Banco quanto à situação económica e financeira dos clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respectivos créditos, com o consequente impacto nos fluxos futuros de caixa esperados. A determinação da imparidade através de análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 1.3. e), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos valias acumuladas que tenham sido reconhecidas devem ser transferidas para custos do período.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na IAS 39 (ver Nota 1.3. e)).

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias são transferidas da reserva de justo valor para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do rating do emitente.

Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

O Banco enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal e que está obrigada a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), definidas no Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal de 21 de Fevereiro, tem de utilizar estas contas para apuramento do lucro tributável.

Com o objectivo de adaptação do Código do IRC às Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas pela União Europeia e ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho.

O referido Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho, procedeu a alterações a alguns dos artigos do Código do IRC, tendo, adicionalmente, procedido à revogação do n.º 2 do artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado para 2007. Estas disposições entraram em vigor a 1 de Janeiro de 2010.

Neste sentido, estas novas regras foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável do exercício de 2011 e do primeiro semestre de 2012, de acordo com a interpretação das mesmas por parte do Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 (PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais do Banco são apresentadas de seguida, de acordo com a informação analisada pelos órgãos de gerência:

Global Banking & Markets:

Inclui essencialmente a actividade do Banco nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e à captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com facturação inferior a cinco milhões de Euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por telefone e Internet.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com facturação entre 5 e 125 milhões de Euros. Esta actividade é suportada pela rede de balcões, centro de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projectos, de comércio e às exportações e imobiliário.

Gestão de activos:

Decorre da actividade de Gestão de Fundos de Investimento mobiliário e imobiliário, a qual inclui o lançamento de fundos que têm por objectivo criar valor acrescentado para os clientes do Grupo.

Actividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a actividade desenvolvida no Grupo e que dá suporte às actividades principais mas que não está directamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo também a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Grupo.

A demonstração dos resultados por segmento em 30 de Junho de 2012 e 2011 (Pro-forma) apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2012					
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Margem Financeira Estrita	36.264	165.232	80.837	-	(167)	282.166
Rendimento de Instrumentos de Capital	-	-	-	-	1.645	1.645
Margem Financeira Alargada	36.264	165.232	80.837	-	1.478	283.811
Comissões líquidas	34.791	128.993	11.717	3.890	707	180.098
Outros Resultados da Actividade Bancária	-	2.525	-	(15)	(5.820)	(3.310)
Margem Comercial	71.055	296.750	92.554	3.875	(3.635)	460.599
Resultado de Operações Financeiras	5.759	(85)	201	-	72.871	78.746
Produto Bancário	76.814	296.665	92.755	3.875	69.236	539.345
Custos de transformação	(9.236)	(167.705)	(22.580)	(2.309)	-	(201.830)
Amortizações do exercício	(1.529)	(29.140)	(1.919)	(122)	-	(32.710)
Margem de Exploração	66.049	99.820	68.256	1.444	69.236	304.805
Imparidade e Provisões, líquidas de anulações	(7.008)	(143.392)	(37.176)	(1.354)	(56.525)	(245.455)
Resultados de associadas	-	-	4.611	-	(8)	4.603
Resultado antes de Impostos	59.041	(43.572)	35.691	90	12.703	63.953
Impostos	(17.122)	12.490	(9.013)	(27)	1.864	(11.808)
Interesses minoritários	-	-	-	-	3	3
Resultado líquido do exercício	41.919	(31.082)	26.678	63	14.570	52.148

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 (PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	30-06-2011 (Pro-forma)					
	Global Banking & Markets	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Margem Financeira Estrita	19.821	229.110	52.990	-	(9.300)	292.621
Rendimento de Instrumentos de Capital	-	-	-	-	1.239	1.239
Margem Financeira Alargada	19.821	229.110	52.990	-	(8.061)	293.860
Comissões líquidas	44.585	131.555	11.081	5.197	(7.666)	184.752
Outros Resultados da Actividade Bancária	-	3.498	-	10	(8.945)	(5.437)
Margem Comercial	64.406	364.163	64.071	5.207	(24.672)	473.175
Resultado de Operações Financeiras	10.158	(742)	283	-	(79.745)	(70.046)
Produto Bancário	74.564	363.421	64.354	5.207	(104.417)	403.129
Custos de transformação	(10.814)	(185.307)	(21.600)	(2.608)	-	(220.329)
Amortizações do exercício	(1.297)	(27.425)	(1.731)	(178)	-	(30.631)
Margem de Exploração	62.453	150.689	41.023	2.421	(104.417)	152.169
Imparidade e Provisões, líquidas de anulações	(1.044)	(65.800)	(434)	(1)	(27.895)	(95.174)
Resultados de associadas	-	-	3.731	-	2.728	6.459
Resultado antes de Impostos	61.409	84.889	44.320	2.420	(129.584)	63.454
Impostos	(1.775)	(2.342)	(1.268)	(70)	3.745	(1.710)
Interesses minoritários	-	-	-	-	6	6
Resultado líquido do semestre	59.634	82.547	43.052	2.350	(125.833)	61.750

Os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, conforme informação utilizada pela Gestão do Grupo para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2012					
	Global Banking & Markets	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Activo						
Crédito a Clientes						
Crédito hipotecário	-	16.015.552	-	-	-	16.015.552
Crédito ao consumo	-	1.507.366	-	-	-	1.507.366
Outros créditos	1.994.267	3.892.041	4.908.791	-	-	10.795.099
	<u>1.994.267</u>	<u>21.414.959</u>	<u>4.908.791</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.318.017</u>
Total de activos afectos	1.994.267	21.414.959	4.908.791	-	-	28.318.017
Activos não afectos	-	-	-	-	-	11.904.791
Total do Activo						<u><u>40.222.808</u></u>
Passivo						
Recursos em Balanço						
Recursos de Clientes e outros empréstimos	395.623	16.813.080	2.994.343	-	-	20.203.046
Responsabilidades Representadas por Títulos	-	426.209	410.316	-	4.926.922	5.763.447
	<u>395.623</u>	<u>17.239.289</u>	<u>3.404.659</u>	<u>-</u>	<u>4.926.922</u>	<u>25.966.493</u>
Garantias e Avaes	323.872	194.233	849.064	-	-	1.367.169
Fundos de Investimento	-	1.271.691	602.026	780.085	-	2.653.802

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012
E 2011 (PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2011					
	Global Banking & Markets	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Activo						
Crédito a Clientes						
Crédito hipotecário	-	16.033.835	-	-	-	16.033.835
Crédito ao consumo	-	1.537.078	-	-	-	1.537.078
Outros créditos	1.674.615	3.816.266	5.310.233	-	-	10.801.114
	<u>1.674.615</u>	<u>21.387.179</u>	<u>5.310.233</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.372.027</u>
Total de activos afectos	1.674.615	21.387.179	5.310.233	-	-	28.372.027
Activos não afectos						11.743.287
Total do Activo						<u>40.115.314</u>
Passivo						
Recursos em Balanço						
Recursos de Clientes e outros empréstimos	576.672	16.580.506	2.686.926	-	-	19.844.104
Responsabilidades Representadas por Títulos	-	467.810	387.979	-	6.538.076	7.393.865
	<u>576.672</u>	<u>17.048.316</u>	<u>3.074.905</u>	<u>-</u>	<u>6.538.076</u>	<u>27.237.969</u>
Garantias e Avals	336.364	198.533	953.558	-	-	1.488.455
Fundos de Investimento	-	1.448.516	580.001	778.619	-	2.807.136

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 (PRO FORMA)
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

De seguida é apresentada a informação geográfica da actividade consolidada, nomeadamente o balanço e a demonstração dos resultados. Em 30 de Junho de 2012, o balanço por segmentos geográficos era como segue:

	Actividade doméstica		Actividade internacional				Total consolidado
	Portugal	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total	
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	279.429	-	-	-	-	-	279.429
Disponibilidades em outras instituições de crédito	183.287	22	-	49	486	557	183.844
Activos financeiros detidos para negociação	2.058.267	-	-	5	-	5	2.058.272
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.318	-	-	-	-	-	93.318
Activos financeiros disponíveis para venda	4.952.291	-	-	-	-	-	4.952.291
Aplicações em instituições de crédito	2.462.199	-	-	239	-	239	2.462.438
Crédito a clientes	28.318.017	-	-	-	-	-	28.318.017
Derivados de cobertura	196.633	-	-	-	-	-	196.633
Activos não correntes detidos para venda	180.106	-	-	-	-	-	180.106
Outros activos tangíveis	347.287	-	-	-	55	55	347.342
Activos intangíveis	81.677	-	-	-	-	-	81.677
Investimentos em associadas	(29.929)	-	172.692	-	-	172.692	142.763
Activos por impostos correntes	25.000	428	-	-	-	428	25.428
Activos por impostos diferidos	700.763	-	-	-	-	-	700.763
Outros activos	199.390	-	-	4	1.093	1.097	200.487
Total do Activo Líquido	40.047.735	450	172.692	297	1.634	175.073	40.222.808
Passivo							
Recursos de bancos centrais	6.851.615	-	-	-	-	-	6.851.615
Passivos financeiros detidos para negociação	1.855.880	-	-	12	-	12	1.855.892
Recursos de outras instituições de crédito	2.632.474	-	-	-	-	-	2.632.474
Recursos de clientes e outros empréstimos	20.036.985	-	-	166.061	-	166.061	20.203.046
Responsabilidades representadas por títulos	5.763.447	-	-	-	-	-	5.763.447
Derivados de cobertura	314.018	-	-	9	-	9	314.027
Provisões	71.929	-	-	-	-	-	71.929
Passivos por impostos correntes	2.995	-	-	-	-	-	2.995
Passivos por impostos diferidos	97.009	1.707	-	-	-	1.707	98.716
Passivos subordinados	4.321	-	-	-	-	-	4.321
Outros passivos	315.828	118	-	130	214	462	316.290
Total do Passivo	37.946.501	1.825	-	166.212	214	168.251	38.114.752
Capital próprio	1.484.648	22.194	11.323	283.470	306.421	623.408	2.108.056
Total do passivo e do capital próprio	39.431.149	24.019	11.323	449.682	306.635	791.659	40.222.808

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 (PRO FORMA)
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011, o balanço por segmentos geográficos era como segue:

	Actividade doméstica		Actividade internacional				Total consolidado
	Portugal	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total	
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	387.837	-	-	-	-	-	387.837
Disponibilidades em outras instituições de crédito	356.249	24	-	79	610	713	356.962
Activos financeiros detidos para negociação	1.995.784	-	-	-	-	-	1.995.784
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	80.121	-	-	-	-	-	80.121
Activos financeiros disponíveis para venda	4.439.605	-	-	-	-	-	4.439.605
Aplicações em instituições de crédito	2.689.956	2.720	-	235	-	2.955	2.692.911
Crédito a clientes	28.372.027	-	-	-	-	-	28.372.027
Derivados de cobertura	167.302	-	-	-	-	-	167.302
Activos não correntes detidos para venda	141.163	-	-	-	-	-	141.163
Outros activos tangíveis	365.334	-	-	-	81	81	365.415
Activos intangíveis	74.230	-	-	-	-	-	74.230
Investimentos em associadas	(25.918)	-	158.970	-	-	158.970	133.052
Activos por impostos correntes	17.632	-	-	-	-	-	17.632
Activos por impostos diferidos	714.817	-	-	-	-	-	714.817
Outros activos	175.326	2	-	4	1.124	1.130	176.456
Total do Activo Líquido	39.951.465	2.746	158.970	318	1.815	163.849	40.115.314
Passivo							
Recursos de bancos centrais	4.913.234	-	-	-	-	-	4.913.234
Passivos financeiros detidos para negociação	1.663.246	-	-	53	-	53	1.663.299
Recursos de outras instituições de crédito	3.455.964	155.568	-	-	-	155.568	3.611.532
Recursos de clientes e outros empréstimos	19.706.992	-	-	137.112	-	137.112	19.844.104
Responsabilidades representadas por títulos	7.393.865	-	-	-	-	-	7.393.865
Derivados de cobertura	282.889	-	-	-	-	-	282.889
Provisões	75.482	-	-	-	-	-	75.482
Passivos por impostos correntes	4.673	957	-	915	-	1.872	6.545
Passivos por impostos diferidos	64.037	2.935	-	-	-	2.935	66.972
Passivos subordinados	4.328	-	-	-	-	-	4.328
Outros passivos	289.116	98	-	133	242	473	289.589
Total do Passivo	37.853.826	159.558	-	138.213	242	298.013	38.151.839
Capital próprio	1.387.319	(11.441)	6.883	275.595	305.119	576.156	1.963.475
Total do passivo e do capital próprio	39.241.145	148.117	6.883	413.808	305.361	874.169	40.115.314

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 (PRO FORMA)
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2012, a demonstração dos resultados por segmentos geográficos era como segue:

	Actividade doméstica		Actividade internacional				Total consolidado
	Portugal	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total	
Juros e rendimentos similares	904.417	3	-	15	-	18	904.435
Juros e encargos similares	(619.156)	(460)	-	(2.653)	-	(3.113)	(622.269)
Margem financeira	285.261	(457)	-	(2.638)	-	(3.095)	282.166
Rendimentos de instrumentos de capital	1.645	-	-	-	-	-	1.645
Rendimentos de serviços e comissões	203.141	-	-	-	8	8	203.149
Encargos com serviços e comissões	(22.929)	-	-	-	(122)	(122)	(23.051)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(3.552)	-	-	8	-	8	(3.544)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(3.815)	-	-	-	-	-	(3.815)
Resultados de reavaliação cambial	2.609	-	-	1	-	1	2.610
Resultados de alienação de outros activos	83.497	-	-	-	(2)	(2)	83.495
Outros resultados de exploração	(3.268)	-	-	(2)	(40)	(42)	(3.310)
Produto bancário	542.589	(457)	-	(2.631)	(156)	(3.244)	539.345
Custos com o pessoal	(132.564)	(95)	-	(105)	(336)	(536)	(133.100)
Gastos gerais administrativos	(68.322)	(199)	-	(54)	(155)	(408)	(68.730)
Amortizações do exercício	(32.703)	-	-	-	(7)	(7)	(32.710)
Provisões líquidas de anulações	(4.107)	-	-	-	-	-	(4.107)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(214.881)	-	-	-	-	-	(214.881)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(20)	-	-	-	-	-	(20)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(26.447)	-	-	-	-	-	(26.447)
Resultados de associadas	639	-	3.964	-	-	3.964	4.603
Resultados antes de impostos e de interesses minoritários	64.184	(751)	3.964	(2.790)	(654)	(231)	63.953
Impostos correntes	(15.497)	(5.523)	-	-	-	(5.523)	(21.020)
Impostos diferidos	7.992	1.220	-	-	-	1.220	9.212
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	56.679	(5.054)	3.964	(2.790)	(654)	(4.534)	52.145
Interesses minoritários	3	-	-	-	-	-	3
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas do BST	56.676	(5.054)	3.964	(2.790)	(654)	(4.534)	52.148

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 (PRO FORMA)
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2011 (Pro-forma), a demonstração dos resultados por segmentos geográficos era como segue:

	Actividade doméstica		Actividade internacional				Total consolidado
	Portugal	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total	
Juros e rendimentos similares	866.181	234	-	197	-	431	866.612
Juros e encargos similares	(570.332)	(1.962)	-	(1.697)	-	(3.659)	(573.991)
Margem financeira	295.849	(1.728)	-	(1.500)	-	(3.228)	292.621
Rendimentos de instrumentos de capital	1.239	-	-	-	-	-	1.239
Rendimentos de serviços e comissões	210.274	-	-	-	-	-	210.274
Encargos com serviços e comissões	(25.401)	-	-	-	(121)	(121)	(25.522)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	5.542	-	-	(13)	-	(13)	5.529
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(77.011)	-	-	-	-	-	(77.011)
Resultados de reavaliação cambial	1.798	-	-	(4)	-	(4)	1.794
Resultados de alienação de outros activos	(364)	-	-	-	6	6	(358)
Outros resultados de exploração	(5.388)	-	-	(2)	(47)	(49)	(5.437)
Produto bancário	406.538	(1.728)	-	(1.519)	(162)	(3.409)	403.129
Custos com o pessoal	(147.897)	(80)	-	(98)	(344)	(522)	(148.419)
Gastos gerais administrativos	(71.490)	(201)	-	(56)	(163)	(420)	(71.910)
Amortizações do exercício	(30.616)	-	-	-	(15)	(15)	(30.631)
Provisões líquidas de anulações	243	-	-	-	-	-	243
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(73.249)	-	-	-	-	-	(73.249)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(3.305)	-	-	-	-	-	(3.305)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(18.863)	-	-	-	-	-	(18.863)
Resultados de associadas	2.729	-	3.730	-	-	3.730	6.459
Resultados antes de impostos e de interesses minoritários	64.090	(2.009)	3.730	(1.673)	(684)	(636)	63.454
Impostos correntes	(7.429)	(7.231)	-	(427)	(16)	(7.674)	(15.103)
Impostos diferidos	14.488	(1.087)	-	(1)	(7)	(1.095)	13.393
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	71.149	(10.327)	3.730	(2.101)	(707)	(9.405)	61.744
Interesses minoritários	(6)	-	-	-	-	-	(6)
Resultado consolidado do semestre atribuível aos accionistas do BST	71.155	(10.327)	3.730	(2.101)	(707)	(9.405)	61.750

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, retirados das respectivas demonstrações financeiras individuais, excluindo ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Participação (%) directa		Participação (%) efectiva		Activo líquido		Capitais Próprios		Resultado do período	
	30-06-2012	31-12-2011	30-06-2012	31-12-2011	30-06-2012	31-12-2011	30-06-2012	31-12-2011	30-06-2012	30-06-2011
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	-	-	100,00	100,00	41.350.511	45.639.291	1.186.688	746.961	2.791	15.473
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA ⁽³⁾	-	-	24,99	24,99	1.129.298	1.507.229	199.565	159.186	19.261	14.121
TOTTA & AÇORES FINANCING ⁽¹⁾⁽⁵⁾	100,00	100,00	100,00	100,00	305.611	311.790	305.611	299.430	6.180	6.180
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	-	-	100,00	100,00	35.142	33.994	35.126	33.973	212	80
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	100,00	100,00	100,00	100,00	1.321	1.344	1.120	1.121	(31)	56
TOTTA IRELAND, PLC ⁽⁴⁾	100,00	100,00	100,00	100,00	879.723	625.866	426.929	463.700	43.137	55.255
SANTOTTA-INTERNACIONAL, SGPS	100,00	100,00	100,00	100,00	103.806	102.948	75.932	75.827	104	(53)
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. ⁽²⁾	100,00	100,00	100,00	100,00	124.449	121.003	119.794	117.281	862	1.043
BENIM, S.A. ⁽³⁾	-	-	25,81	25,81	-	n.d.	-	n.d.	-	n.d.
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS,SGPS, S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	51.532	50.308	42.049	49.732	1.771	14.522
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO ⁽¹⁾⁽⁶⁾	100,00	100,00	100,00	100,00	484.612	440.831	298.617	300.596	8.206	8.145
SANTANDER, ASSET MANAGEMENT, SGFIM, SA	-	-	100,00	100,00	25.635	25.258	22.889	22.294	625	1.506
TAXAGEST, SGPS, S.A.	99,00	99,00	99,00	99,00	59.940	55.004	54.934	55.000	(66)	(625)
PARTANG, SGPS ⁽³⁾	0,49	0,49	49,00	49,00	135.467	113.535	134.948	112.384	9.936	2
SANTANDER PENSÕES	-	-	100,00	100,00	4.547	4.064	3.269	3.862	430	625
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A. ⁽³⁾	21,50	21,50	21,50	21,50	292.809	307.856	73.400	73.375	3.549	4.945
HIPOTOTTA nº 1 PLC	-	-	-	-	226.870	238.832	(3.218)	(2.923)	(1.856)	(1.573)
HIPOTOTTA nº 4 PLC	-	-	-	-	1.258.319	1.299.458	(21.723)	(17.616)	(9.956)	(4.869)
HIPOTOTTA nº 5 PLC	-	-	-	-	1.046.024	1.076.745	(12.504)	(8.857)	(5.370)	(4.515)
HIPOTOTTA nº 7 Ltd	-	-	-	-	1.284.695	1.319.559	(18.748)	(12.110)	(6.693)	(3.674)
HIPOTOTTA nº 8 Ltd ⁽⁷⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.430)
LEASETOTTA nº 1 Ltd	-	-	-	-	673.776	917.043	(9.601)	(6.050)	(1.751)	(2.648)
HIPOTOTTA nº 1 FTC	-	-	-	-	215.093	228.332	213.319	226.181	(1.939)	(1.861)
HIPOTOTTA nº 4 FTC	-	-	-	-	1.222.840	1.276.937	1.217.433	1.263.330	(10.782)	(6.635)
HIPOTOTTA nº 5 FTC	-	-	-	-	1.031.462	1.068.126	1.026.121	1.059.767	(6.524)	(3.689)
HIPOTOTTA nº 7 FTC	-	-	-	-	1.255.045	1.303.213	1.251.799	1.291.479	(8.417)	(4.865)
HIPOTOTTA nº 8 FTC ⁽⁷⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.397)
LEASETOTTA nº 1 FTC	-	-	-	-	583.276	724.957	596.455	709.099	-	-
TAGUS - Soc. Titularização de Créditos, S.A. (HIPOTOTTA nº 11) ⁽⁷⁾	-	-	-	-	-	1.881.452	-	100.452	-	-
TAGUS - Soc. Titularização de Créditos, S.A. (HIPOTOTTA nº 12) ⁽⁷⁾	-	-	-	-	921	1.253.838	55.314	75.254	-	-
TAGUS - Soc. Titularização de Créditos, S.A. (BST SME nº 1) ⁽⁷⁾	-	-	-	-	-	2.028.717	-	98.179	-	-
TAGUS - Soc. Titularização de Créditos, S.A. (TOTTA CONSUMER nº 1)	-	-	-	-	169.603	962.218	71.155	111.278	-	-

Empresa	Actividade	Sede	Método de consolidação
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Bancária	Portugal	Matriz
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA ⁽³⁾	Bancária	Angola	Excluída de consolidação
TOTTA & AÇORES FINANCING ⁽¹⁾⁽⁵⁾	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	Captação de fundos	EUA	Integral
TOTTA IRELAND, PLC	Gestão de investimentos	Irlanda	Integral
SANTOTTA-INTERNACIONAL, SGPS	Gestão de participações sociais	Madeira	Integral
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. ⁽²⁾	Gestão de propriedades	Portugal	Integral
BENIM, S.A. ⁽³⁾	Promoção imobiliária	Portugal	Excluída de consolidação
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS,SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO ⁽¹⁾⁽⁶⁾	Bancária	Porto Rico	Integral
SANTANDER, ASSET MANAGEMENT, SGFIM, SA	Gestão de fundos	Portugal	Integral
TAXAGEST, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORES DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.	Gestão de fundos de pensões	Portugal	Integral
PARTANG, SGPS ⁽³⁾	Gestão de participações sociais	Portugal	Excluída de consolidação
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A. ⁽³⁾	Gestão de cartões de crédito	Portugal	Excluída de consolidação
HIPOTOTTA nº 1 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 4 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 5 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 7 Ltd	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 8 Ltd ⁽⁷⁾	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 1 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 4 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 5 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 7 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 8 FTC ⁽⁷⁾	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
LEASETOTTA nº 1 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
TAGUS - Soc. Titularização de Créditos, S.A. (HIPOTOTTA nº 11) ⁽⁷⁾	Sociedade de titularização de créditos	Portugal	Integral
TAGUS - Soc. Titularização de Créditos, S.A. (HIPOTOTTA nº 12) ⁽⁷⁾	Sociedade de titularização de créditos	Portugal	Integral
TAGUS - Soc. Titularização de Créditos, S.A. (BST SME nº 1) ⁽⁷⁾	Sociedade de titularização de créditos	Portugal	Integral
TAGUS - Soc. Titularização de Créditos, S.A. (TOTTA CONSUMER nº 1)	Sociedade de titularização de créditos	Portugal	Integral

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- (1) A situação líquida destas sociedades inclui a emissão de acções preferenciais com natureza de capital que foram subscritas por entidades do Grupo Santander (Nota 27).
- (2) A situação líquida desta entidade inclui prestações suplementares no montante de mEuros 99.760.
- (3) Valorizada por equivalência patrimonial.
- (4) Os montantes reflectidos nas colunas do “Resultado do período” correspondem ao resultado líquido apurado no período compreendido de 1 de Dezembro de 2011 e 2010 e 30 de Junho de 2012 e 2011, em virtude desta entidade encerrar o seu exercício económico em 30 de Novembro. No período compreendido entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2012, o resultado líquido da Totta Ireland, Plc. ascendeu a mEuros 36.437.
- (5) O capital está representado por 50.000 acções ordinárias com o valor nominal de 1 Dólar dos Estados Unidos cada e por 300.000 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 Euros cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Banco nesta entidade é de 0,01%.
- (6) O capital está representado por 5.000.000 de acções ordinárias com o valor nominal de 1 Dólar dos Estados Unidos cada e por 3.600 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares dos Estados Unidos cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Banco nesta entidade é de 1,37%.
- (7) Emissões liquidadas durante o exercício de 2011 e no primeiro semestre de 2012.

De acordo com a IAS 27 e a SIC 12, o Grupo inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades de propósito especial (SPE) criadas no âmbito de operações de titularização, dado que detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade. Tal deve-se ao facto de ter na sua carteira as obrigações emitidas com maior grau de subordinação (Nota 44). Estas entidades estão acima indicadas como Leasetotta Ltd, Hipotottas FTC (fundos de titularização de créditos) e Hipotottas PLC ou Ltd. (entidades que subscreveram as unidades de participação dos fundos de titularização). No caso do Totta Consumer n.º 1, o Grupo inclui nas suas contas consolidadas a parcela correspondente das demonstrações financeiras da Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., dado que pelo mesmo motivo detém também a maior parte dos riscos e benefícios associados a esta operação de securitização.

Nos termos do acordo assinado entre o BST e a CGD, em 5 de Julho de 2010 a CGD exerceu a opção de compra de 1% do capital social da Partang, que é detentora de 51% do capital social do BCGTA. Na sequência desta operação, o Grupo BST passou a deter 49% do capital social da Partang, deixando de ter controlo conjunto sobre o BCGTA. De acordo com a IAS 27, o Banco valorizou ao justo valor a participação que passou a deter na data de perda de controlo conjunto, tendo registado um ganho nas suas contas consolidadas de 2010 no montante de mEuros 54.045. Na sequência desta operação a participação passou a ser reconhecida pelo método de equivalência patrimonial.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Caixa	176.542	186.707
Depósitos à ordem em bancos centrais:		
Banco Central Europeu	102.887	201.130
	-----	-----
	279.429	387.837
	=====	=====

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País		
Depósitos à ordem	429	332
Cheques a cobrar	64.480	80.789
Juros a receber	-	3
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	117.134	273.985
Cheques a cobrar	1.801	1.853
	-----	-----
	183.844	356.962
	=====	=====

7. ACTIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
<u>Activos financeiros detidos para negociação</u>		
Títulos		
Unidades de Participação	227.193	287.032
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	1.831.079	1.708.752
	-----	-----
	2.058.272	1.995.784
	-----	-----
<u>Passivos financeiros detidos para negociação</u>		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	(1.855.892)	(1.663.299)
	-----	-----
Saldo líquido do justo valor dos instrumentos financeiros derivados	(24.813)	45.453
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Unidades de Participação refere-se essencialmente a fundos mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo Santander.

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Fundos de investimento mobiliário	227.168	221.036
Fundos especiais de investimento	25	23
Fundos de investimento imobiliário	-	65.973
	-----	-----
	<u>227.193</u>	<u>287.032</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica “Fundos de Investimento Imobiliário” refere-se ao valor de mercado das unidades de participação detidas dos Fundos de Investimento Imobiliário “Novimovest” e “Lusimovest”. Durante o primeiro semestre de 2012, ao abrigo das disposições da IAS 39, o Banco reclassificou estas unidades de participação para a rubrica “Activos disponíveis para venda” (Nota 9).

A rubrica de instrumentos financeiros derivados tem a seguinte composição:

	30-06-2012			31-12-2011		
	Activo	Passivo	Líquido (Nota 12)	Activo	Passivo	Líquido (Nota 12)
FRA's	248	19	229	109	-	109
Forwards	1.224	668	556	544	9	535
Swaps						
Contratos de taxa de câmbio (currency swaps)	-	2.040	(2.040)	28.998	-	28.998
Contratos de taxa de juro (interest rate swaps)	687.698	711.249	(23.551)	722.934	703.704	19.230
Contratos sobre cotações (equity swaps)	22.305	22.349	(44)	1.232	3.836	(2.604)
Opções	82.193	82.186	7	80.637	80.644	(7)
Contratos de garantia de taxa de juro (Caps & Floors)	1.037.411	1.037.381	30	874.298	875.106	(808)
	<u>1.831.079</u>	<u>1.855.892</u>	<u>(24.813)</u>	<u>1.708.752</u>	<u>1.663.299</u>	<u>45.453</u>

8. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 o saldo desta rubrica corresponde exclusivamente a obrigações do Tesouro Português com vencimento em Setembro de 2013.

Os juros e os resultados da valorização destas obrigações ao seu justo valor são reflectidos em “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados” (Nota 34).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, as rubricas de obrigações do tesouro e de emissores públicos estrangeiros incluem valias reconhecidas em resultados nos montantes de mEuros 266.968 e mEuros 210.141, respectivamente, relativos a correcções de valor por operações de cobertura de risco de taxa de juro. Estes títulos apresentam as seguintes características:

Descrição	30-06-2012					31-12-2011						
	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações do Tesouro - Portugal												
. Com vencimento a um ano	-	-	-	-	-	-	5.617	24	-	(2)	-	5.639
. Com vencimento entre um e três anos	824.135	21.715	32.767	(100.580)	-	778.037	825.852	6.635	28.427	(244.873)	-	616.041
. Com vencimento entre cinco e dez anos	790.171	4.825	103.332	(329.139)	-	568.189	790.657	18.687	82.522	(443.167)	-	448.699
Bilhetes do Tesouro - Portugal	1.399.060	-	-	6.044	-	1.405.104	508.440	-	-	(316)	-	508.124
Outros	486	4	-	37	(346)	181	487	6	-	-	(373)	120
	<u>3.013.852</u>	<u>26.544</u>	<u>136.099</u>	<u>(423.638)</u>	<u>(346)</u>	<u>2.752.511</u>	<u>2.131.053</u>	<u>26.352</u>	<u>110.949</u>	<u>(688.358)</u>	<u>(373)</u>	<u>1.578.623</u>
Obrigações do Tesouro - Espanha												
. Com vencimento a um ano	-	-	-	-	-	-	5.596	23	-	62	-	5.681
. Com vencimento entre um e três anos	621.256	10.964	-	(24.016)	-	608.204	-	-	-	-	-	-
. Com vencimento entre três e cinco anos	-	-	-	-	-	-	625.354	24.231	-	(10.774)	-	638.811
. Com vencimento entre cinco e dez anos	1.000.000	11.169	130.869	(248.309)	-	893.729	1.000.000	22.966	99.192	(146.412)	-	975.746
Outros	7.933	87	-	384	-	8.404	7.716	86	-	460	-	8.262
	<u>1.629.189</u>	<u>22.220</u>	<u>130.869</u>	<u>(271.941)</u>	<u>-</u>	<u>1.510.337</u>	<u>1.638.666</u>	<u>47.306</u>	<u>99.192</u>	<u>(156.664)</u>	<u>-</u>	<u>1.628.500</u>
	<u>4.643.041</u>	<u>48.764</u>	<u>266.968</u>	<u>(695.579)</u>	<u>(346)</u>	<u>4.262.848</u>	<u>3.769.719</u>	<u>72.658</u>	<u>210.141</u>	<u>(845.022)</u>	<u>(373)</u>	<u>3.207.123</u>

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o Grupo detém na sua carteira Obrigações do Tesouro de Portugal e Espanha no valor de mEuros 1.438.878 e mEuros 1.874.532, respectivamente, utilizados como colaterais em operações de financiamento (Nota 19).

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de instrumentos de dívida – outros residentes inclui entre outros os seguintes títulos:

Descrição	30-06-2012					31-12-2011				
	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Outras titularizações										
ENERGYON NO.2 CLASS A NOTES MAY	96.043	101	(38.477)	-	57.667	99.111	154	(22.227)	-	77.038
TAGUS ROSE-07 1 SEC NOTES DEC/12	34.968	28	(6.968)	-	28.028	34.936	42	(571)	-	34.407
Outros	51	-	(20)	-	31	49	1	-	-	50
	<u>131.062</u>	<u>129</u>	<u>(45.465)</u>	<u>-</u>	<u>85.726</u>	<u>134.096</u>	<u>197</u>	<u>(22.798)</u>	<u>-</u>	<u>111.495</u>
Dívida não subordinada										
PARPUBLICA 3.5 07-2013	139.908	4.806	(7.491)	-	137.223	139.863	2.370	(37.663)	-	104.570
SONAE DISTRIBUICAO SET 2007/2015	70.000	387	(12.113)	-	58.274	70.000	501	(10.701)	-	59.800
IBERWIND II P- CONSULTORIA SENIOR A	33.091	43	(4.943)	-	28.191	33.967	59	170	-	34.196
ORIGINAÇÕES ZON MULTIMÉDIA 2010/2	24.300	53	(1.281)	-	23.072	24.300	63	(1.195)	-	23.168
MODELO CONTINENTE - 2005/2012	15.830	150	(51)	-	15.929	-	-	-	-	-
AUTO SUECO 2009/2014	15.000	3	(1.494)	-	13.509	15.000	5	(1.552)	-	13.453
EDIA 2010/2030	19.250	299	(11.035)	-	8.514	19.250	336	(8.627)	-	10.959
BANCO ESPIRITO SANTO 3.75% 01/12	-	-	-	-	-	77.171	2.750	(480)	-	79.441
BANCO INTL DO FUNCHAL SA 3.25	-	-	-	-	-	59.994	1.268	(1.713)	-	59.549
BANCO COMERC PORTUGUES 3.625% 01	-	-	-	-	-	23.605	813	(142)	-	24.276
Papel Comercial	-	-	-	-	-	475.962	1.459	769	-	478.190
Outros	9.953	18	(147)	(231)	9.593	10.209	26	42	(231)	10.046
	<u>327.332</u>	<u>5.759</u>	<u>(38.555)</u>	<u>(231)</u>	<u>294.305</u>	<u>949.321</u>	<u>9.650</u>	<u>(61.092)</u>	<u>(231)</u>	<u>897.648</u>
Dívida subordinada										
TOTTA SEGUROS - OBRIG. SUB. 2002	14.000	2	(9.780)	-	4.222	14.000	2	(784)	-	13.218
BPSM97-TOP'S-OB.PERF.SUB.-1.72.	2.795	3	(2.328)	-	470	2.759	6	(1.324)	-	1.441
	<u>16.795</u>	<u>5</u>	<u>(12.108)</u>	<u>-</u>	<u>4.692</u>	<u>16.759</u>	<u>8</u>	<u>(2.108)</u>	<u>-</u>	<u>14.659</u>

As operações de papel comercial detidas em 31 de Dezembro de 2011, venceram-se no primeiro semestre de 2012. As emissões subscritas em 2012 passaram a ser registadas na rubrica de “Crédito a clientes”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Com referência a 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de activos financeiros disponíveis para venda – instrumentos de capital inclui os seguintes títulos:

Descrição	30-06-2012			31-12-2011				
	Valor de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Valorizados ao justo valor								
NOVIMOVEST - F.I. IMOBILIÁRIO	75.910	234	-	76.144	-	-	-	-
LUSIMOVEST - F.I. IMOBILIÁRIO	42.269	1.436	-	43.705	-	-	-	-
FUNDO RECUPERAÇÃO FCR	20.201	-	-	20.201	18.356	-	-	18.356
FUNDO SOLUCAO ARRENDAMENTO	14.000	-	-	14.000	-	-	-	-
BANCO BPI SA	24.433	599	(19.376)	5.656	27.782	-	(22.031)	5.751
GARVAL - SOC.DE GARANTIA MUTUA	2.416	-	-	2.416	2.506	-	-	2.506
F.I.I. FECHADO IMORENDIMENTO II	-	-	-	-	18.663	-	-	18.663
Outros	9.893	340	(3.340)	6.893	9.905	328	(3.292)	6.941
Titulos com imparidade a 100%	32.050	-	(32.050)	-	32.050	-	(32.050)	-
	221.172	2.609	(54.766)	169.015	109.262	328	(57.373)	52.217
Valorizados ao custo histórico								
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE (Prestações Suplementares) (ex-AENOR)	3.749	-	-	3.749	3.749	-	-	3.749
SIBS - SOC.INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS SARL	3.461	-	-	3.461	3.461	-	-	3.461
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE (ex-AENOR)	3.749	-	(404)	3.345	3.749	-	(404)	3.345
NORGARANTE - SOC. GARANTIA MUTUA S.A.	851	-	(5)	846	1.012	-	(5)	1.007
Outros	5.768	-	(1.256)	4.512	5.800	-	(1.257)	4.543
Titulos com imparidade a 100%	5.027	-	(5.027)	-	5.027	-	(5.027)	-
	22.605	-	(6.692)	15.913	22.798	-	(6.693)	16.105

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2012 o Banco subscreveu 2.800.000 unidades de participação no Solução Arrendamento Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional no valor de mEuros 14.000. O capital social foi realizado em numerário no montante de mEuros 13.861 e o valor remanescente através da entrega de imóveis.

Durante os semestres findos em 30 de Junho 2012 e 2011 o Banco alienou 1.441.158 acções e 2.360.640 acções do Banco BPI pelos montantes de mEuros 744 e mEuros 2.870, respectivamente. No âmbito destas operações realizou mais-valias de mEuros 50 e de mEuros 26, respectivamente, tendo utilizado a imparidade registada para o efeito (Nota 22).

Em 17 de Maio de 2011 o Grupo recebeu 1.177.461 acções do Banco BPI, no âmbito do aumento de capital deste Banco por incorporação de reservas.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o BST detinha 10.515.276 acções e 11.956.434 acções do Banco BPI, S.A. com um custo de aquisição de mEuros 24.433 e mEuros 27.782, respectivamente. Em 30 de Junho de 2012 a imparidade registada para estes títulos ascendia mEuros 19.376.

Durante o exercício de 2011 e no primeiro semestre de 2012 o Banco respondeu às chamadas de capital do Fundo Recuperação, FCR, no montante total de mEuros 8.385. Neste âmbito e até 30 de Junho de 2012, o Banco subscreveu 30.000 unidades de participação deste Fundo, tendo realizado cerca de 67,3%.

Conforme referido na Nota 7, durante o primeiro semestre de 2012, o Banco procedeu à reclassificação das unidades de participação detidas nos Fundos de Investimento Imobiliário “Novimovest” e “Lusimovest” da rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” para a rubrica “Activos disponíveis para venda”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O impacto da reclassificação dessas unidades de participação em resultados e na reserva de justo valor foi o seguinte:

Valor de balanço na data de reclassificação	66.179

Valor de balanço a 30 de Junho de 2012	67.691

Justo valor das unidades de participação reclassificadas em 30 de Junho de 2012	67.691

Reserva de justo valor das unidades de participação Reclassificadas em 30 de Junho de 2012	1.512

Ganhos/(perdas) associadas à variação do justo valor das unidades de participação entre a data de reclassificação e 30 de Junho de 2012	1.512

No primeiro semestre de 2012, o Banco reclassificou para a rubrica de “Activos não correntes detidos para venda” (Nota 13) as 2.748.238 unidades de participação no montante de mEuros 18.663 do Fundo Fechado de Investimento Imobiliário – Imorendimento II recebidos no exercício de 2011, na sequência de um acordo de regularização de uma dívida a receber referente a crédito concedido. Este Fundo encontra-se em processo de liquidação.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, as reservas de reavaliação negativas resultantes da valorização ao justo valor apresentavam as seguintes percentagens face aos respectivos custos de aquisição:

	30-06-2012					31-12-2011				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de Dívida										
. entre 0% e 25%	3.231.438	50.324	163.636	(416.353)	3.029.045	2.940.006	54.486	99.192	(214.661)	2.879.023
. entre 25% e 50%	898.268	4.926	103.332	(372.011)	634.515	1.051.519	9.603	28.427	(335.379)	754.170
. superior a 50%	36.045	304	-	(23.146)	13.203	675.000	17.680	82.522	(392.364)	382.838
	<u>4.165.751</u>	<u>55.554</u>	<u>266.968</u>	<u>(811.510)</u>	<u>3.676.763</u>	<u>4.666.525</u>	<u>81.769</u>	<u>210.141</u>	<u>(942.404)</u>	<u>4.016.031</u>
Instrumentos de Capital										
. entre 0% e 25%	26.379	-	-	(66)	26.313	-	-	-	-	-
	<u>26.379</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(66)</u>	<u>26.313</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>4.192.130</u>	<u>55.554</u>	<u>266.968</u>	<u>(811.576)</u>	<u>3.703.076</u>	<u>4.666.525</u>	<u>81.769</u>	<u>210.141</u>	<u>(942.404)</u>	<u>4.016.031</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

10. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Aplicações no Banco de Portugal	900.000 -----	1.150.000 -----
Aplicações em instituições de crédito no País		
Empréstimos	48.360	57.428
Operações de compra com acordo de revenda	289.375	368.711
Receitas com rendimento diferido	(148)	(150)
Juros a receber	261	953
	-----	-----
	337.848	426.942
	-----	-----
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo	89.334	65.215
Depósitos	765.344	918.705
Outras aplicações	354.608	102.345
Juros a receber	15.304	29.704
	-----	-----
	1.224.590	1.115.969
	-----	-----
	2.462.438	2.692.911
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Crédito geral		
Crédito interno		
A empresas		
Crédito em conta corrente	1.361.840	1.334.775
Empréstimos	4.472.820	3.325.033
Locação financeira	493.761	526.117
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	147.521	184.867
Descobertos	365.962	438.299
Créditos tomados – <i>Factoring</i>	1.138.170	1.231.264
Outros créditos	36.950	39.165
A particulares		
Habitação	11.893.004	9.141.345
Consumo e outros	1.326.168	1.255.346
Crédito ao exterior		
A empresas		
Crédito em conta corrente	12.257	12.240
Empréstimos	115.847	82.077
Locação financeira	3.843	4.239
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	-	49
Descobertos	7.037	5.294
Créditos tomados – <i>Factoring</i>	34.392	91.558
Outros créditos	3.202	3.432
A particulares		
Habitação	397.532	397.570
Consumo e outros	25.655	22.035
	-----	-----
	21.835.961	18.094.805
	-----	-----
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada		
Papel comercial	1.481.295	40.000
	-----	-----

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Activos titularizados não desreconhecidos		
Empresas		
Locação Financeira		
. Leasetotta nº 1	550.073	652.910
Empréstimos		
. BST SME nº 1	-	1.327.390
. Totta Consumer nº1	30.245	36.331
Crédito titulado - Papel comercial		
. BST SME nº 1	-	615.200
Particulares		
Crédito à habitação		
. Hipototta nº 1	213.554	225.469
. Hipototta nº 4	1.217.172	1.255.543
. Hipototta nº 5	1.022.097	1.049.819
. Hipototta nº 7	1.244.106	1.275.981
. Hipototta nº 11	-	1.736.471
. Hipototta nº 12	-	1.216.021
Crédito ao consumo		
. Totta Consumer nº1	601.348	747.758
Locação Financeira		
. Leasetotta nº 1	1.137	1.803
	-----	-----
	4.879.732	10.140.696
	-----	-----
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	48.764	47.748
Há mais de 90 dias	745.219	539.251
Activos titularizados não desreconhecidos	90.293	94.737
	-----	-----
	884.276	681.736
	-----	-----
	29.081.264	28.957.237
	-----	-----
Juros a receber		
Crédito não titulado	64.065	58.914
Crédito titulado	3.564	1.541
Activos titularizados não desreconhecidos	11.724	31.981
Despesas com encargo diferido		
Crédito não titulado	94.114	99.922
Crédito titulado	227	305
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(104.831)	(111.287)
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	5.841	5.327
	-----	-----
	74.704	86.703
	-----	-----
	29.155.968	29.043.940
Imparidade em crédito a clientes (Nota 22)	(837.951)	(671.913)
	-----	-----
	28.318.017	28.372.027
	=====	=====

No primeiro semestre de 2012 e 2011 foram vendidas carteiras de crédito à habitação e a empresas. Como resultado destas operações foram registados ganhos líquidos de mEuros 3.825 mEuros e perdas líquidas de mEuros 2.373, respectivamente (Nota 37).

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica "Crédito interno – Crédito à habitação" inclui créditos afecto ao património autónomo das obrigações hipotecárias emitidas pelo Banco totalizando mEuros 7.305.448 e mEuros 7.567.003, respectivamente (Nota 21).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido na imparidade em crédito a clientes durante os exercícios de 2011 e 2010 é apresentado na Nota 22.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o crédito e juros vencidos por prazo de incumprimento apresentava o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Até três meses	52.549	54.267
Entre três e seis meses	119.656	97.880
Entre seis meses e um ano	267.150	176.115
Entre um ano e três anos	340.552	258.491
Mais de três anos	104.369	94.983
	-----	-----
	884.276	681.736
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a composição da carteira de crédito concedido a clientes por sectores de actividade é a seguinte:

	<u>30-06-2012</u>			
	<u>Vivo</u>	<u>Vencido</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Agricultura e silvicultura	235.904	8.863	244.767	0,84%
Pescas	25.243	813	26.056	0,09%
Indústrias extractivas	184.002	2.944	186.946	0,64%
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	399.630	8.903	408.533	1,40%
Têxteis, vestuário e couro	405.532	15.914	421.446	1,45%
Madeira e cortiça	98.089	4.426	102.515	0,35%
Papel, gráficas e editoriais	144.161	3.765	147.926	0,51%
Indústria química	145.945	754	146.699	0,50%
Indústrias Cerâmicas, do vidro e do cimento	224.641	3.004	227.645	0,78%
Metalurgia	154.082	5.429	159.511	0,55%
Máquinas e material de transporte	228.996	9.390	238.386	0,82%
Electricidade, água e gás	274.932	3.928	278.860	0,96%
Construção e obras públicas	1.812.114	178.763	1.990.877	6,85%
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	679.907	28.612	708.519	2,44%
Comércio de retalho	749.094	34.257	783.351	2,69%
Restaurantes e hotéis	439.130	13.770	452.900	1,56%
Transportes e comunicações	630.295	10.848	641.143	2,20%
Instituições financeiras não monetárias	441.529	4.152	445.681	1,53%
Sector público administrativo	918.738	7.245	925.983	3,18%
Outras empresas de serviços	1.611.849	85.099	1.696.948	5,84%
Crédito a particulares	17.148.885	416.254	17.565.139	60,40%
Crédito ao exterior	356.982	4.075	361.057	1,24%
Outros créditos	887.308	33.068	920.376	3,18%
	<u>28.196.988</u>	<u>884.276</u>	<u>29.081.264</u>	<u>100,00%</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2011			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura e silvicultura	246.502	6.808	253.310	0,87%
Pescas	29.425	425	29.850	0,10%
Indústrias extractivas	94.724	1.842	96.566	0,33%
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	378.800	5.074	383.874	1,33%
Têxteis, vestuário e couro	442.721	8.796	451.517	1,56%
Madeira e cortiça	109.911	3.446	113.357	0,39%
Papel, gráficas e editoriais	157.400	2.890	160.290	0,55%
Indústria química	107.122	582	107.704	0,37%
Indústrias Cerâmicas, do vidro e do cimento	185.302	2.174	187.476	0,65%
Metalurgia	150.166	4.006	154.172	0,53%
Máquinas e material de transporte	221.242	6.774	228.016	0,79%
Electricidade, água e gás	289.613	1.665	291.278	1,01%
Construção e obras públicas	2.000.621	119.107	2.119.728	7,32%
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	720.013	23.497	743.510	2,57%
Comércio de retalho	780.496	27.081	807.577	2,79%
Restaurantes e hotéis	435.822	11.809	447.631	1,55%
Transportes e comunicações	575.057	7.031	582.088	2,01%
Instituições financeiras não monetárias	265.207	12	265.219	0,92%
Sector público administrativo	858.269	3.977	862.246	2,98%
Outras empresas de serviços	1.631.742	71.580	1.703.322	5,88%
Crédito a particulares	17.648.536	363.747	18.012.283	62,20%
Crédito ao exterior	378.485	2.592	381.077	1,32%
Outros créditos	568.325	6.821	575.146	1,98%
	<u>28.275.501</u>	<u>681.736</u>	<u>28.957.237</u>	<u>100,00%</u>

Em 30 de Junho de 2012, o crédito vencido e o crédito vivo, com e sem indícios de imparidade, considerando a segmentação para efeitos de apuramento de perdas por imparidade, apresentam o seguinte detalhe:

	Crédito <u>vencido</u>	Crédito <u>vivo</u>	Crédito <u>total</u>
Crédito concedido a empresas			
. Sem indícios de imparidade	-	10.010.026	10.010.026
. Com indícios de imparidade	449.193	405.593	854.786
	<u>449.193</u>	<u>10.415.619</u>	<u>10.864.812</u>
Crédito à habitação			
. Sem indícios de imparidade	-	15.106.173	15.106.173
. Com indícios de imparidade	289.952	750.306	1.040.258
	<u>289.952</u>	<u>15.856.479</u>	<u>16.146.431</u>
Crédito ao consumo			
. Sem indícios de imparidade	-	1.054.046	1.054.046
. Com indícios de imparidade	27.657	73.557	101.214
	<u>27.657</u>	<u>1.127.603</u>	<u>1.155.260</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>Crédito vencido</u>	<u>Crédito vivo</u>	<u>Crédito total</u>
Crédito concedido através de cartões de crédito			
. Sem indícios de imparidade	-	254.020	254.020
. Com indícios de imparidade	28.734	12.332	41.066
	-----	-----	-----
	28.734	266.352	295.086
	-----	-----	-----
Outros créditos a particulares			
. Sem indícios de imparidade	-	444.861	444.861
. Com indícios de imparidade	88.740	86.074	174.814
	-----	-----	-----
	88.740	530.935	619.675
	-----	-----	-----
	884.276	28.196.988	29.081.264
	=====	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2011, o crédito vencido e o crédito vivo, com e sem indícios de imparidade, considerando a segmentação para efeitos de apuramento de perdas por imparidade, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>Crédito vencido</u>	<u>Crédito vivo</u>	<u>Crédito total</u>
Crédito concedido a empresas			
. Sem indícios de imparidade	-	9.670.386	9.670.386
. Com indícios de imparidade	302.396	409.940	712.336
	-----	-----	-----
	302.396	10.080.326	10.382.722
	-----	-----	-----
Crédito à habitação			
. Sem indícios de imparidade	-	15.384.875	15.384.875
. Com indícios de imparidade	249.306	779.278	1.028.584
	-----	-----	-----
	249.306	16.164.153	16.413.459
	-----	-----	-----
Crédito ao consumo			
. Sem indícios de imparidade	-	1.111.840	1.111.840
. Com indícios de imparidade	31.771	88.956	120.727
	-----	-----	-----
	31.771	1.200.796	1.232.567
	-----	-----	-----
Crédito concedido através de cartões de crédito			
. Sem indícios de imparidade	-	262.819	262.819
. Com indícios de imparidade	25.535	11.696	37.231
	-----	-----	-----
	25.535	274.515	300.050
	-----	-----	-----
Outros créditos a particulares			
. Sem indícios de imparidade	-	435.914	435.914
. Com indícios de imparidade	72.728	119.797	192.525
	-----	-----	-----
	72.728	555.711	628.439
	-----	-----	-----
	681.736	28.275.501	28.957.237
	=====	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

12. DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2012			31-12-2011		
	Activo	Passivo	Líquido	Activo	Passivo	Líquido
Cobertura de justo valor						
"Swaps" de taxa de juro	69.482	284.075	(214.593)	63.427	253.052	(189.625)
"Equity swaps"	27.539	21.667	5.872	13.286	21.039	(7.753)
Opções AutoCallable	4.411	8.285	(3.874)	3.897	8.798	(4.901)
Cobertura de fluxos de caixa						
"Swaps" de taxa de juro	95.201	-	95.201	86.692	-	86.692
	<u>196.633</u>	<u>314.027</u>	<u>(117.394)</u>	<u>167.302</u>	<u>282.889</u>	<u>(115.587)</u>

Em 30 de Junho de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

Tipo de instrumento financeiro	30-06-2012							Valor nocional	
	Valor de balanço	Valor nocional					Total	Valor nocional	
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos		EUR	Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)									
Forwards									
. Compras		24.961	9.818	2.380	666	-	37.825	10.349	27.476
. Vendas	556	24.395	9.769	2.372	664	-	37.200	25.623	11.577
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras		1.258.213	-	-	-	-	1.258.213	-	1.258.213
. Vendas	(2.040)	1.259.714	-	-	-	-	1.259.714	1.259.714	-
Swaps de taxa de juro									
Outros	(23.551)	575.624	834.879	958.232	3.894.075	4.085.648	10.348.458	10.288.811	59.647
Swaps sobre cotações (equity swaps)	(44)	116.047	93.045	897.986	1.296.182	1.196.420	3.599.680	3.576.728	22.952
FRA's	229	275.000	360.000	139.800	20.000	-	794.800	794.800	-
Opções de moeda									
. Compras		52.390	18.752	12.287	-	-	83.429	155	83.274
. Vendas	1	52.390	18.752	12.287	-	-	83.429	155	83.274
Opções sobre cotações									
. Compras		-	-	8.667	-	-	8.667	8.667	-
. Vendas	11	-	-	8.667	-	-	8.667	8.667	-
Opções de taxa de juro									
. Compras		1.396	948	1.497	1.232	845.442	850.515	845.973	4.542
. Vendas	(5)	1.098	948	1.447	1.048	-	4.541	-	4.541
Caps	162	15.566	5.555	15.969	257.952	1.474.830	1.769.872	1.769.872	-
Floors	(132)	-	2.500	-	90.133	545.361	637.994	602.861	35.133
	<u>(24.813)</u>	<u>3.656.794</u>	<u>1.354.966</u>	<u>2.061.591</u>	<u>5.561.952</u>	<u>8.147.701</u>	<u>20.783.004</u>	<u>19.192.375</u>	<u>1.590.629</u>
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de Justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	62.400	196.350	92.830	1.042.658	1.232.922	375.993	2.938.777	2.905.073	33.704
. Activos financeiros disponíveis para venda	(276.993)	-	-	-	400.000	1.675.000	2.075.000	2.075.000	-
Opções AutoCallable	(3.861)	117.177	112.385	85.483	160.533	-	475.577	475.577	-
Swaps sobre cotações (equity swaps)	5.859	79.116	34.043	423.577	2.049.122	239.277	2.825.136	2.668.105	157.031
Cobertura de Fluxos de Caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Fluxos de caixa	95.201	-	-	550.000	1.200.000	1.200.000	2.950.000	2.950.000	-
	<u>(117.394)</u>	<u>392.643</u>	<u>239.258</u>	<u>2.101.718</u>	<u>5.042.577</u>	<u>3.490.270</u>	<u>11.264.490</u>	<u>11.073.755</u>	<u>190.735</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Tipo de instrumento financeiro	31-12-2011							Valor nocional	
	Valor de balanço	Valor nocional					Total	Valor nocional	
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos		EUR	Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)									
Forwards									
. Compras	535	24.970	13.224	65.692	-	-	103.886	41.739	62.147
. Vendas		24.771	13.095	65.429	-	-	103.295	58.873	44.422
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras	28.998	1.299.485	-	-	-	-	1.299.485	-	1.299.485
. Vendas		1.270.008	-	-	-	-	1.270.008	1.270.008	-
Swaps de taxa de juro									
Outros	19.230	807.700	328.943	1.588.220	4.284.187	4.544.329	11.553.379	11.306.226	247.153
Swaps sobre cotações (equity swaps)	(2.604)	171.581	205.402	246.615	2.526.267	1.782.833	4.932.698	4.924.443	8.255
FRA's	109	130.000	120.000	60.000	25.000	-	335.000	335.000	-
Opções de moeda									
. Compras	34	26.929	46.255	60.430	10.796	-	144.410	155	144.255
. Vendas		26.929	46.255	60.430	10.796	-	144.410	155	144.255
Opções sobre cotações									
. Compras	(34)	100	9.409	-	-	-	9.509	9.509	-
. Vendas		100	9.409	-	-	-	9.509	9.509	-
Opções de taxa de juro									
. Compras	(7)	1.522	1.657	2.289	2.662	885.631	893.761	887.684	6.077
. Vendas		1.522	1.657	1.991	2.428	-	7.598	1.522	6.076
Caps	148	155.791	241.410	180.691	410.265	1.540.644	2.528.801	2.528.801	-
Floors	(956)	-	-	2.500	161.878	548.237	712.615	677.373	35.242
	<u>45.453</u>	<u>3.941.408</u>	<u>1.036.716</u>	<u>2.334.287</u>	<u>7.434.279</u>	<u>9.301.674</u>	<u>24.048.364</u>	<u>22.050.997</u>	<u>1.997.367</u>
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de Justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	56.347	3.200	38.550	305.230	2.218.571	435.287	3.000.838	2.993.032	7.806
. Activos financeiros disponíveis para venda	(245.972)	-	-	-	400.000	1.675.000	2.075.000	2.075.000	-
Opções AutoCallable	(4.901)	5.690	16.204	229.792	250.940	-	502.626	502.626	-
Swaps sobre cotações (equity swaps)	(7.753)	50.856	45.809	120.943	1.370.021	526.245	2.113.874	1.969.989	143.885
Cobertura de Fluxos de Caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Fluxos de caixa	86.692	-	-	-	1.550.000	1.050.000	2.600.000	2.600.000	-
	<u>(115.587)</u>	<u>59.746</u>	<u>100.563</u>	<u>655.965</u>	<u>5.789.532</u>	<u>3.686.532</u>	<u>10.292.338</u>	<u>10.140.647</u>	<u>151.691</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

13. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Imóveis recebidos em dação em pagamento	207.921	177.737
Imóveis de serviço próprio para venda	31.313	26.525
Unidades de participação	18.663	-
Equipamentos	5.157	3.982
Outros	100	100
	-----	-----
	263.154	208.344
	-----	-----
Imparidade acumulada (Nota 22)	(83.048)	(67.181)
	-----	-----
	180.106	141.163
	=====	=====

No exercício de 2011 o Banco adquiriu 2.748.238 unidades de participação do Fundo Fechado de Investimento Imobiliário - Imorendimento II por um montante de mEuros 18.663, na sequência de um acordo de regularização de uma dívida a receber referente a crédito concedido tendo registado este activo em activos financeiros disponíveis para venda. No primeiro semestre de 2012, o Banco reclassificou estas unidades de participação para esta rubrica por considerar que as mesmas se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação no período de um ano (Nota 9).

O movimento nestas rubricas durante os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2012 e 2011, pode ser apresentado como segue:

	31 de Dezembro de 2011				Imparidade (Nota 22)				30 de Junho de 2012		
	Valor	Imparidade	Entradas	Alienações	Transferências	Dotações	Reposições	Utilizações	Valor	Imparidade	Valor líquido
	Bruto	acumulada							Bruto	acumulada	
Imóveis recebidos em dação em pagamento	177.737	(53.639)	71.705	(41.521)	-	(15.715)	672	6.006	207.921	(62.676)	145.245
Imóveis de serviço próprio para venda	26.625	(10.757)	46	(265)	5.007	(4.092)	90	18	31.413	(14.741)	16.672
Equipamento	3.982	(2.785)	1.627	(452)	-	(990)	112	32	5.157	(3.631)	1.526
Unidades de participação	-	-	-	-	18.663	(2.000)	-	-	18.663	(2.000)	16.663
	208.344	(67.181)	73.378	(42.238)	23.670	(22.797)	874	6.056	263.154	(83.048)	180.106

	31 de Dezembro de 2010		Fusão Totta IFIC		Entradas	Alienações	Transferências	Imparidade (Nota 22)	30 de Junho de 2011				
	Valor	Imparidade	Valor	Imparidade					Valor	Imparidade	Valor líquido		
	Bruto	acumulada	Bruto	acumulada	tangíveis	Dotações	Reposições	Utilizações	Bruto	acumulada	líquido		
Imóveis recebidos em dação em pagamento	114.013	(36.052)	16.866	(4.424)	64.318	(42.599)	-	(13.514)	169	6.420	152.598	(47.401)	105.197
Equipamento	-	-	2.564	(1.670)	986	(353)	-	(521)	9	38	3.197	(2.144)	1.053
Imóveis de serviço próprio para venda	20.788	(9.626)	-	-	22	(721)	5.216	(4.400)	3.557	299	25.305	(10.170)	15.135
	134.801	(45.678)	19.430	(6.094)	65.326	(43.673)	5.216	(18.435)	3.735	6.757	181.100	(59.715)	121.385

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 (PRO FORMA)
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

14. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nestas rubricas durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2011			Aquisições	Abates		Transferências				Amortizações do exercício	Imparidade (Nota 22)	Diferenças de câmbio		30-06-2012						
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	De/Para activos detidos para venda (Nota 13)		Entre activos fixos				Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Valor líquido
							Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas											
Activos tangíveis																					
Imóveis																					
. Imóveis de serviço próprio	415.472	120.714	2.486	176	-	-	(6.526)	(1.560)	(846)	(164)	4.071	1.227	-	-	408.276	123.061	3.713	281.502			
. Despesas em edifícios arrendados	134.231	105.217	-	373	-	-	-	-	832	163	3.388	-	5	5	135.441	108.773	-	26.668			
. Outros imóveis	347	1	43	-	-	-	-	-	-	-	1	122	-	-	347	2	165	180			
Activos tangíveis em curso																					
. Imóveis de serviço próprio	240	-	-	208	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	448	-	-	448			
	<u>550.290</u>	<u>225.932</u>	<u>2.529</u>	<u>757</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.526)</u>	<u>(1.560)</u>	<u>(14)</u>	<u>(1)</u>	<u>7.460</u>	<u>1.349</u>	<u>5</u>	<u>5</u>	<u>544.512</u>	<u>231.836</u>	<u>3.878</u>	<u>308.798</u>			
Equipamento																					
. Mobiliário e material	23.160	17.689	-	120	-	-	-	-	-	-	962	-	1	1	23.281	18.652	-	4.629			
. Máquinas e ferramentas	3.922	3.817	-	9	-	-	-	-	-	-	30	-	1	1	3.932	3.848	-	84			
. Equipamento informático	124.015	107.115	-	689	237	130	-	-	-	-	3.534	-	-	-	124.467	110.519	-	13.948			
. Instalações interiores	91.268	82.545	-	980	-	-	(57)	(16)	14	1	1.386	-	-	-	92.205	83.916	-	8.289			
. Material de transporte	18.482	11.002	-	1.750	1.277	1.097	-	-	-	-	1.851	-	4	2	18.959	11.759	-	7.201			
. Equipamento de segurança	27.805	26.737	-	23	-	-	-	-	-	-	240	-	-	-	27.828	26.977	-	851			
. Outro equipamento	5.663	3.359	-	76	-	-	-	-	-	-	373	-	-	-	5.739	3.732	-	2.007			
	<u>294.315</u>	<u>252.264</u>	<u>-</u>	<u>3.647</u>	<u>1.514</u>	<u>1.227</u>	<u>(57)</u>	<u>(16)</u>	<u>14</u>	<u>1</u>	<u>8.376</u>	<u>-</u>	<u>6</u>	<u>4</u>	<u>296.411</u>	<u>259.402</u>	<u>-</u>	<u>37.009</u>			
Outros activos tangíveis																					
. Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-			
. Outros	1.535	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.535	-	-	1.535			
	<u>1.816</u>	<u>281</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.816</u>	<u>281</u>	<u>-</u>	<u>1.535</u>			
	<u>846.421</u>	<u>478.477</u>	<u>2.529</u>	<u>4.404</u>	<u>1.514</u>	<u>1.227</u>	<u>(6.583)</u>	<u>(1.576)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.836</u>	<u>1.349</u>	<u>11</u>	<u>9</u>	<u>842.739</u>	<u>491.519</u>	<u>3.878</u>	<u>347.342</u>			
Activos intangíveis																					
Software adquirido a terceiros	317.482	243.252	-	12.744	-	-	-	-	-	-	16.874	-	-	-	330.226	260.126	-	70.100			
Activos intangíveis em curso	-	-	-	11.577	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.577	-	-	11.577			
Trespases	3.585	3.585	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.585	3.585	-	-			
Outros	29	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29	29	-	-			
	<u>321.096</u>	<u>246.866</u>	<u>-</u>	<u>24.321</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.874</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>345.417</u>	<u>263.740</u>	<u>-</u>	<u>81.677</u>			

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 (PRO FORMA)
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nestas rubricas durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2010			Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação			Abates			Transferências			Amortizações do exercício	Reversões de Imparidade (Nota 22)	Diferenças de câmbio		30-06-2011					
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	De/Para activos detidos para venda (Nota 13)		Valor Bruto			Imparidade (Nota 22)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Valor líquido
										Valor Bruto	Amortizações Acumuladas											
Activos tangíveis																						
Imóveis																						
. Imóveis de serviço próprio	423.263	115.791	2.486	4.076	476	615	-	-	-	(6.778)	(1.677)	382	3.873	-	-	-	-	-	-	-	300.609	
. Despesas em edifícios arrendados	133.393	99.187	-	-	-	846	-	-	-	(549)	(549)	-	3.213	-	-	(13)	(11)	133.677	101.840	1	31.837	
. Outros imóveis	1.542	295	697	-	-	-	655	-	654	(355)	(255)	(227)	(39)	-	-	-	-	305	1	43	261	
Activos tangíveis em curso																						
. Imóveis de serviço próprio	3	-	-	-	-	362	-	-	-	-	-	(155)	-	-	-	-	-	210	-	-	210	
. Despesas em edifícios arrendados	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	
	<u>558.202</u>	<u>215.273</u>	<u>3.183</u>	<u>4.076</u>	<u>476</u>	<u>1.823</u>	<u>655</u>	<u>-</u>	<u>654</u>	<u>(7.682)</u>	<u>(2.481)</u>	<u>-</u>	<u>7.047</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13)</u>	<u>(11)</u>	<u>555.751</u>	<u>220.304</u>	<u>2.529</u>	<u>332.918</u>	
Equipamento																						
. Mobiliário e material	22.908	15.617	-	107	107	197	237	-	-	-	-	-	1.140	-	-	(3)	(3)	22.972	16.624	-	6.348	
. Máquinas e ferramentas	4.028	3.864	-	18	18	12	152	-	-	-	-	-	49	-	-	(3)	(3)	3.903	3.776	-	127	
. Equipamento informático	119.884	99.703	-	371	350	3.141	511	-	-	-	-	(40)	4.035	-	-	(1)	(1)	122.844	103.641	-	19.203	
. Instalações interiores	89.482	79.619	-	115	114	1.088	35	-	-	(176)	(161)	-	1.510	-	-	-	-	90.474	81.047	-	9.427	
. Material de transporte	18.389	10.139	-	428	334	1.660	1.956	-	-	-	-	-	1.914	-	-	(8)	(5)	18.513	10.478	-	8.035	
. Equipamento de segurança	27.777	26.343	-	2	2	119	4	-	-	-	-	-	288	-	-	-	-	27.894	26.629	-	1.265	
. Outro equipamento	5.486	2.617	-	-	-	93	2	-	-	-	-	-	368	-	-	-	-	5.577	2.983	-	2.594	
	<u>287.954</u>	<u>237.902</u>	<u>-</u>	<u>1.041</u>	<u>925</u>	<u>6.310</u>	<u>2.897</u>	<u>-</u>	<u>(176)</u>	<u>(161)</u>	<u>(40)</u>	<u>-</u>	<u>9.304</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(15)</u>	<u>(12)</u>	<u>282.177</u>	<u>245.178</u>	<u>-</u>	<u>46.999</u>	
Outros activos tangíveis																						
. Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-	
. Outros	1.564	39	-	10	-	-	38	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.536	1	-	1.535	
	<u>1.845</u>	<u>320</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>38</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.817</u>	<u>282</u>	<u>-</u>	<u>1.535</u>	
	<u>848.001</u>	<u>453.495</u>	<u>3.183</u>	<u>5.127</u>	<u>1.401</u>	<u>8.133</u>	<u>3.590</u>	<u>-</u>	<u>654</u>	<u>(7.858)</u>	<u>(2.642)</u>	<u>(40)</u>	<u>16.351</u>	<u>-</u>	<u>(28)</u>	<u>(23)</u>	<u>-</u>	<u>849.745</u>	<u>465.764</u>	<u>2.529</u>	<u>381.452</u>	
Activos intangíveis																						
Software adquirido a terceiros	286.849	213.918	-	2.154	1.696	13.094	1.280	1.280	-	-	-	40	14.280	-	-	-	-	300.857	228.614	-	72.243	
Activos intangíveis em curso	1.444	-	-	-	-	1.289	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.733	-	-	2.733	
Trespases	3.585	3.585	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.585	3.585	-	-	
Outros	29	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29	29	-	-	
	<u>291.907</u>	<u>217.532</u>	<u>-</u>	<u>2.154</u>	<u>1.696</u>	<u>14.383</u>	<u>1.280</u>	<u>1.280</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>40</u>	<u>14.280</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>307.204</u>	<u>232.228</u>	<u>-</u>	<u>74.976</u>	

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, encontram-se registados mEuros 79.928 e mEuros 72.054, respectivamente, relativos a software, (incluindo activos intangíveis em curso) líquido de depreciação, que foi adquirido à Santander Tecnologia y Operaciones A.E.I.E., um agrupamento europeu de interesse económico, pertencente ao Grupo Santander.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

15. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30 de Junho de 2012</u>		<u>31 de Dezembro de 2011</u>	
	<u>Participação efectiva (%)</u>	<u>Valor de balanço</u>	<u>Participação efectiva (%)</u>	<u>Valor de balanço</u>
Investimentos em associadas				
No país				
. Benim - Sociedade Imobiliária, S.A	25,81	2.202	25,81	2.326
. Partang, SGPS, S.A.	49,00	113.300	49,00	103.470
. Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	21,50	27.761	21,50	27.756
		-----		-----
		143.263		133.552
		-----		-----
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 22)				
. Benim – Sociedade Imobiliária, S.A.		(500)		(500)
		-----		-----
		142.763		133.052
		=====		=====

A participação na Benim – Sociedade Imobiliária, S.A. é detida indirectamente pelo Banco por via da Totta Urbe – Empresa de Administração e Construções, S.A. (Totta Urbe).

Conforme descrito na Nota 4 a Partang, SGPS, S.A. detém 51% do Banco Caixa Geral Totta de Angola. O Grupo tem uma opção de venda à Caixa Geral de Depósitos, S.A. da sua participação na Partang, a exercer no prazo de 4 anos a partir de 2 de Julho de 2011. Adicionalmente, a CGD detém uma segunda opção de compra sobre a participação do Grupo na Partang, com um limite de 80% do capital social e direitos de voto, a exercer no primeiro mês do quinto aniversário da data de aumento de capital da Partang (2 de Julho de 2009).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

16. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Activos por impostos correntes:		
. IRC a recuperar	24.918	17.613
. Outros	510	19
	-----	-----
	25.428	17.632
	=====	=====
Passivos por impostos correntes:		
. IRC a pagar	848	1.501
. Outros	2.147	5.044
	-----	-----
	2.995	6.545
	=====	=====
Activos por impostos diferidos		
. Relativos a diferenças temporárias	687.523	701.127
. Prejuízos fiscais reportáveis	13.239	13.690
	-----	-----
	700.763	714.817
	=====	=====
Passivos por impostos diferidos		
. Relativos a diferenças temporárias	94.771	62.862
. Por créditos fiscais	3.945	4.110
	-----	-----
	98.716	66.972
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2012 e 2011, os impostos na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u> (Pro-forma)
Impostos correntes		
. Do período	(4.184)	(17.203)
. Agrupamentos complementares de empresas (ACE)	(741)	(766)
. Impostos relativos a exercícios anteriores	(4.253)	8.366
. Contribuição sobre o sector bancário	(11.842)	(5.500)
	-----	-----
	(21.020)	(15.103)
	-----	-----
Impostos diferidos		
. Registo e reversão de diferenças temporárias, líquido	9.212	13.393
	-----	-----
	(11.808)	(1.710)
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Na sequência da alteração da política contabilística mencionada na Nota 1.5, o Banco registou, em 2011, impostos diferidos activos no montante de mEuros 61.992, relativos ao impacto da referida alteração de política.

O movimento nos impostos diferidos activos e passivos durante os exercícios findos em 30 de Junho de 2012 e 2011 pode ser apresentado da seguinte forma:

	Saldos em 31-12-2011	Capitais próprios	Resultados	Outros	Saldos em 30-06-2012
Pensões de reforma	34.614	-	(7.730)	-	26.884
Transferências de responsabilidades com pensões para a segurança social	6.047	-	(302)	-	5.745
Alteração da política contabilística relativa a pensões (Nota 1.5.)	159.238	(7.962)	-	-	151.276
Activos tangíveis	85	-	(27)	-	58
Diferimento de comissões	2.663	-	(124)	-	2.539
Prémio de antiguidade	7.471	-	93	-	7.564
Reformas antecipadas	19.543	-	(1.872)	-	17.671
Activos por provisões/imparidade temporariamente não aceites como custo fiscal	182.499	-	40.699	-	223.198
Passivos por provisões/imparidade temporariamente não aceites como custo fiscal	(8.324)	-	1.753	-	(6.571)
Prejuízos fiscais reportáveis	12.503	-	(451)	-	12.052
Valias fiscais não contabilísticas	(1.854)	-	19	-	(1.835)
Reavaliação de activos tangíveis	(4.110)	-	165	-	(3.945)
Aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização de investimentos em associadas	(402)	-	7	-	(395)
Fundo de Pensões - Sucursal de Londres	193	-	(97)	-	96
Incentivos de longo prazo	3.098	-	64	1	3.163
Operações de titularização:					
. Prémio/desconto em dívida emitida	(439)	-	136	-	(303)
. Reconhecimento da periodificação de juros das notes de maior subordinação	(8.622)	-	128	-	(8.494)
. Resultados em compras de títulos	(17.130)	-	(22.901)	-	(40.031)
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5.809	-	(348)	-	5.461
Derivados de Cobertura - Fluxos de caixa	(16.978)	(7.170)	-	-	(24.148)
Activos financeiros disponíveis para venda:					
. Impostos diferidos activos	281.054	(35.998)	-	-	245.056
. Impostos diferidos passivos	(9.113)	(3.881)	-	-	(12.994)
	<u>647.845</u>	<u>(55.011)</u>	<u>9.212</u>	<u>1</u>	<u>602.047</u>
Activo por impostos diferidos	714.817				700.763
Passivo por impostos diferidos	(66.972)				(98.716)
	<u>647.845</u>				<u>602.047</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	Saldos em 31-12-2010	Fusão Totta IFIC	Capital próprio	Resultados	Outros	Saldos em 30-06-2011
Pensões de reforma	44.427	-	-	(1.666)	-	42.761
Alteração de política contabilística relativa a pensões (Nota 1.5.)	97.247	-	14.198	-	-	111.445
Activos tangíveis	153	-	-	(35)	-	118
Activos intangíveis	562	-	-	(187)	(1)	374
Diferimento de comissões	5.855	-	-	(2.672)	(1)	3.182
Prémio de antiguidade	7.894	-	-	327	-	8.221
Reformas antecipadas	19.841	-	-	488	-	20.329
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal	143.243	7.235	388	2.513	(646)	152.733
Reavaliação do imobilizado corpóreo	(4.339)	-	-	117	-	(4.222)
Aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização de investimentos em associadas	(401)	-	-	(2)	-	(403)
Fundo de Pensões - Sucursal de Londres	386	-	-	(96)	-	290
Incentivos de longo prazo	2.316	-	-	406	-	2.722
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5.809	-	-	-	-	5.809
Derivados de cobertura:						
. Fluxos de caixa	(1.874)	-	3.619	-	-	1.745
Activos financeiros disponíveis para venda:						
. Impostos diferidos passivos	(1.580)	-	(9.857)	-	1	(11.436)
. Impostos diferidos activos	149.957	-	82.608	-	646	233.211
Operações de titularização:						
. Prémio/ desconto em dívida emitida	(495)	-	-	28	-	(467)
. Resultados em compras de títulos intragrupo	(32.298)	-	-	13.086	-	(19.212)
. Reconhecimento da periodificação de juros das notes de maior subordinação	(6.897)	(717)	-	1.086	-	(6.528)
	<u>429.806</u>	<u>6.518</u>	<u>90.956</u>	<u>13.393</u>	<u>(1)</u>	<u>540.672</u>
Activo por impostos diferidos	477.690					582.940
Passivo por impostos diferidos	(47.884)					(42.268)
	<u>429.806</u>					<u>540.672</u>

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos, excepto nos casos de prejuízos fiscais reportáveis, bem como de qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Banco foi objecto de inspecção fiscal até ao exercício de 2009, inclusive, com excepção do ano de 2006, encontrando-se, à data de emissão deste relatório, a ser alvo de uma inspecção fiscal relativa ao exercício de 2010.

Como resultado das referidas inspecções foi sujeito a liquidações adicionais, essencialmente em sede de IRC. As correcções efectuadas são relativas a diversas matérias, incluindo custos com reformas antecipadas, provisões acima dos limites mínimos exigidos pelo Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, questões relacionadas com a isenção dos rendimentos obtidos pela Sucursal Financeira Exterior da Madeira, impostos de outras Sucursais e variações patrimoniais positivas, valor de venda de imóveis, entre outras. Parte destas correcções são meramente temporárias, nomeadamente no que se refere a custos com reformas antecipadas e provisões constituídas acima dos limites mínimos requeridos pela autoridade de supervisão.

O Banco procedeu ao pagamento total ou parcial dos valores liquidados ou quando aplicável à prestação de garantia bancária. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objecto de reclamação graciosa.

O Banco tem por procedimento registar na rubrica de "Provisões" do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objecto e relativamente às quais não procedeu ao respectivo pagamento e às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal (Nota 22).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

17. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Proveitos a receber:		
· de comissões de gestão de fundos mobiliários	2.238	2.113
· de outros serviços prestados	23.444	23.816
· de outros juros e rendimentos similares	14.916	18.523
de depósito e guarda de valores	881	808
· outros	1.604	7.066
Despesas com custo diferido	23.686	5.760
Devedores diversos	24.906	25.081
Promessas de dação, arrematações e outros activos recebidos em dação em pagamento	101.569	89.888
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	2.421	2.459
Bonificações a receber do Estado Português	9.675	8.345
Devedores por operações sobre futuros	3.894	2.580
Outras disponibilidades	339	353
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 43)	6.674	3.297
Contratos de suprimentos:		
· Propaço – Sociedade Imobiliária de Paço de Arcos, Lda. (Propaço)	2.443	2.443
· Fafer – Empreendimentos Urbanísticos Construção, S.A. (Fafer)	364	364
· Gestínsua – Aquisições e Alienações de Património Imobiliário e Mobiliário, S.A.	126	126
Outras imobilizações financeiras:		
· Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, A.C.E. (Nortrem)	3.342	2.281
· Trem II – Aluguer de Material Circulante (Trem II)	563	682
· Trem I - Aluguer de Material Circulante, A.C.E. (Trem I)	179	220
Outros	2.051	1.904
	-----	-----
	225.315	198.109
	-----	-----
Imparidade (Nota 22):		
· Contratos de suprimentos	(2.042)	(2.042)
· Activos recebidos por dação em pagamento	(21.707)	(18.456)
· Outros	(1.079)	(1.155)
	-----	-----
	(24.828)	(21.653)
	-----	-----
	200.487	176.456
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 a rubrica “Proveitos a receber – de outros serviços prestados” inclui essencialmente comissões a receber da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. pela comercialização dos seus produtos.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 a rubrica “Proveitos a receber – outros juros e rendimentos similares” refere-se ao valor a receber de “Swap Agreements” celebrados entre o Banco e o Grupo Santander e entre o Grupo Santander e as Sociedades de Titularização. O valor a pagar relativo a estas operações está registado na rubrica “Outros passivos – outros juros e encargos a pagar” (Nota 24).

A rubrica “Devedores por operações sobre futuros” refere-se às contas correntes mantidas pelo Banco junto de instituições financeiras internacionais relativamente à actividade de “trading” de futuros. As contas margem dos futuros estão registadas na rubrica “Outros passivos – credores por operações sobre futuros” (Nota 24).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

18. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Recursos do Banco Central Europeu		
Operações de venda com acordo de recompra	6.821.811	4.913.227
Depósitos a prazo	29.786	-
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos à ordem	17	7
Juros a pagar	1	-
	-----	-----
	<u>6.851.615</u>	<u>4.913.234</u>
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de "Recursos do Banco Central Europeu" corresponde à tomada de fundos do Eurosistema, estando o BST a utilizar para o efeito uma parcela da sua carteira de activos elegíveis. Nas mesmas datas, do total da sua carteira de activos elegíveis, estavam afectos aos Recursos do Banco Central Europeu os seguintes:

30-06-2012					
Tipo de activo	Capital	Juros totais	Despesas com custo diferido	Total	Vencimento
Bilhetes do Tesouro e Outros activos	1.800.000	350	(150)	1.800.200	Julho 2012
Obrigações emitidas em operações de securitização	2.400.000	27.000	(14.200)	2.412.800	Janeiro 2013
Obrigações emitidas em operações de securitização	2.600.000	78.867	(70.056)	2.608.811	Fevereiro de 2015
	<u>6.800.000</u>	<u>106.217</u>	<u>(84.406)</u>	<u>6.821.811</u>	

31-12-2011					
Tipo de activo	Capital	Juros totais	Despesas com custo diferido	Total	Vencimento
Obrigações emitidas em operações de securitização	2.500.000	17.830	(5.270)	2.512.560	Março 2012
Obrigações emitidas em operações de securitização	2.400.000	27.000	(26.333)	2.400.667	Janeiro 2013
	<u>4.900.000</u>	<u>44.830</u>	<u>(31.603)</u>	<u>4.913.227</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

19. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Recursos de instituições de crédito no País		
Operações de venda com acordo de recompra	280.691	368.649
Depósitos	59.444	191.740
Outros recursos	-	2.762
Juros a pagar	82	999
	-----	-----
	340.217	564.150
	-----	-----
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Operações de venda com acordo de recompra	1.439.400	1.880.953
Depósitos	733.555	777.401
Recursos consignados	100.000	339.000
Recursos a muito curto prazo	16.690	41.168
Outros recursos	2.411	8.402
Juros a pagar	201	458
	-----	-----
	2.292.257	3.047.382
	-----	-----
	2.632.474	3.611.532
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica “Recursos consignados” refere-se a empréstimos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), destinados exclusivamente ao financiamento de projectos de pequena e média dimensão, os quais são previamente submetidos ao BEI para aprovação.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o detalhe dos recursos consignados por prazo residual de vencimento é o seguinte:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Reembolso entre um e três anos	100.000	-
Reembolso entre três e cinco anos	-	250.000
Reembolso entre cinco e dez anos	-	29.000
Reembolso a mais de dez anos	-	60.000
	-----	-----
	100.000	339.000
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no País – Operações de venda com acordo de recompra”, tem como activos subjacentes obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização do Banco que estão na sua carteira.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – Operações de venda com acordo de recompra”, tem a seguinte composição, por tipo de activo subjacente às operações de reporte, as quais têm prazo residual até 3 meses:

Títulos	30-06-2012			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Espanha	1.438.878	1.017	(495)	1.439.400

Descrição	31-12-2011			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	88.026	76	(39)	88.063
Obrigações do Tesouro - Espanha	1.470.289	8.857	(3.220)	1.475.926
Obrigações emitidas pelo Grupo BST	316.217	858	(111)	316.964
	1.874.532	9.791	(3.370)	1.880.953

20. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Depósitos a prazo	13.645.869	12.758.347
Depósitos à ordem	4.729.386	5.034.181
Depósitos estruturados	1.495.026	1.668.085
Depósitos de poupança	74.243	116.103
Depósitos com pré-aviso	24.997	25.609
Cheques e ordens a pagar	93.371	99.636
Juros a pagar	143.232	141.682
Correcções de valor por operações de cobertura	(3.078)	461
	-----	-----
	<u>20.203.046</u>	<u>19.844.104</u>
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

21. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Obrigações em circulação		
Obrigações hipotecárias		
Emitidas	5.630.000	5.630.000
Readquiridas	(3.580.750)	(3.580.750)
Juros de obrigações hipotecárias	22.934	21.666
Obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização		
Emitidas	2.713.697	2.942.534
Readquiridas	(995.547)	(717.679)
Juros a pagar	1.124	2.882
Obrigações de caixa		
Emitidas	731.357	740.376
Readquiridas	(40.860)	(10.691)
Juros a pagar	7.819	4.348
	-----	-----
	4.489.774	5.032.686
	-----	-----
Outros		
Programa EMTN		
Emitidas	1.226.550	2.289.570
Readquiridas	(45.710)	(22.920)
Juros a pagar	10.460	31.661
	-----	-----
	1.191.300	2.298.311
	-----	-----
Correcção de valor por operações de cobertura	82.373	62.868
	-----	-----
	5.763.447	7.393.865
	=====	=====

As condições das obrigações hipotecárias e das obrigações da caixa encontram-se descritas no Anexo I.

No primeiro semestre de 2012 e 2011, o Grupo readquiriu obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização, registando mais valias de mEuros 80.400 e mEuros 2.114, respectivamente (Nota 37).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Entre Maio de 2008 e Novembro de 2011, o BST procedeu a sete emissões de Obrigações Hipotecárias ao abrigo do programa “€ 12.500.000 Covered Bonds Programme”. Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, as obrigações hipotecárias têm um património afecto constituído por:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Aplicações em instituições de crédito	262.418	355.804
Juros de aplicações	192	647
	-----	-----
	262.610	356.451
	-----	-----
Crédito a clientes (Nota 11)	7.305.448	7.567.003
Juros de crédito	11.674	15.150
Comissões	(32.488)	(37.605)
Despesas com encargo diferido	18.131	18.364
	-----	-----
	7.302.765	7.562.912
	-----	-----
Derivados de cobertura	43.999	47.423
	-----	-----
	<u>7.609.374</u>	<u>7.966.786</u>
	=====	=====

O movimento ocorrido na dívida emitida pelo Banco durante o primeiro semestre de 2012 e durante o exercício de 2011 foi o seguinte:

	<u>Obrigações em circulação</u>		<u>Programa EMTN</u>	
	<u>Emitidas</u>	<u>Readquiridas</u>	<u>Emitidas</u>	<u>Readquiridas</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	7.203.795	(1.016.403)	2.470.420	-
. Emissões efectuadas	4.543.598	-	740.010	-
. Emissões reembolsadas	(2.434.483)	104.655	(920.860)	-
. Emissões readquiridas	-	(3.397.372)	-	(22.920)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	9.312.910	(4.309.120)	2.289.570	(22.920)
. Emissões efectuadas	-	-	900	-
. Emissões reembolsadas	(237.856)	35.257	(1.063.920)	7.270
. Emissões readquiridas	-	(343.294)	-	(30.060)
Saldos em 30 de Junho de 2012	9.075.054	(4.617.157)	1.226.550	(45.710)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2012, o Banco mantinha as seguintes obrigações emitidas ao abrigo do programa Euro Medium Term Notes:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Obrigações com remuneração indexada a cabaz de acções		
. Com vencimento a um ano	-	6.250
. Com vencimento entre um e três anos	110.340	112.910
. Com vencimento entre três e cinco anos	900	-
Obrigações com remuneração indexada à Euribor		
. Com vencimento entre três e cinco anos	32.300	32.300
Obrigações com taxa fixa		
. Com vencimento a um ano	341.650	1.343.750
. Com vencimento entre um e três anos	325.325	327.200
. Com vencimento entre três e cinco anos	146.575	183.300
. Com vencimento a mais de cinco anos	269.460	283.860
	-----	-----
	1.226.550	2.289.570
	=====	=====

22. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento nas provisões e imparidade durante os semestres findos em 30 de Junho de 2012 e de 2011 é como segue:

	<u>31-12-2011</u>	<u>Dotações</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>30-06-2012</u>
Provisões para contingências fiscais (Nota 16)	16.683	263	-	-	16.946
Provisão para pensões e outros encargos	29.957	441	-	(5.587)	24.811
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos	8.254	10.036	(6.160)	-	12.130
Outras provisões	20.588	3.808	(4.281)	(2.073)	18.042
	<u>75.482</u>	<u>14.548</u>	<u>(10.441)</u>	<u>(7.660)</u>	<u>71.929</u>

	<u>31-12-2010</u>	<u>Entrada e/ou saída do perímetro de consolidação</u>	<u>Dotações</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Outros</u>	<u>30-06-2011</u>
Provisões para contingências fiscais	32.982	-	1.169	-	(2.468)	(2.000)	29.683
Provisão para pensões e outros encargos	9.565	-	447	-	-	-	10.012
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos	32.993	-	2.226	(3.837)	(446)	-	30.936
Outras provisões	28.653	3.380	3.264	(3.512)	(1.870)	-	29.915
	<u>75.482</u>	<u>3.380</u>	<u>7.106</u>	<u>(7.349)</u>	<u>(4.784)</u>	<u>(2.000)</u>	<u>100.546</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2011	Reversões		Utilizações	30-06-2012	Recuperações de imparidade
		Perdas por imparidade	de perdas por imparidade			
Imparidade para crédito a clientes (Nota 11):						
Crédito interno	219.830	115.065	(23.098)	-	311.797	-
Crédito ao exterior	869	435	-	-	1.304	-
Créditos titularizados não desreconhecidos	67.955	304	(35.987)	-	32.272	-
Outros créditos e valores a receber titulados	3.094	971	-	-	4.065	-
Imparidade para crédito e juros vencidos (Nota 11):						
. Crédito interno	325.816	168.118	(17.938)	(52.815)	423.181	(5.183)
. Crédito ao exterior	10.095	4.881	(713)	(210)	14.053	(45)
. Créditos titularizados não desreconhecidos	44.203	16.028	(8.194)	(1.046)	50.991	-
Outros créditos e valores a receber titulados	51	237	-	-	288	-
	671.913	306.039	(85.930)	(54.071)	837.951	(5.228)
Imparidade de outros activos financeiros:						
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)						
	64.670	160	(140)	(2.655)	62.035	-
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 15)						
	500	-	-	-	500	-
	65.170	160	(140)	(2.655)	62.535	-
Imparidade em activos não financeiros:						
Activos não correntes detidos para venda (Nota 14)						
	67.181	22.797	(874)	(6.056)	83.048	-
Activos tangíveis (Nota 14)						
	2.529	1.371	(22)	-	3.878	-
Outros activos (Nota 17)						
	21.653	5.148	(1.973)	-	24.828	-
	91.363	29.316	(2.869)	(6.056)	111.754	-
	828.446	335.515	(88.939)	(62.782)	1.012.240	(5.228)

	31-12-2010	Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação		Reversões		Utilizações	30-06-2011	Recuperações de imparidade
		Perdas por imparidade	de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	de perdas por imparidade			
Imparidade para crédito a clientes:								
Crédito interno	162.074	19.252	40.841	(52.845)	(4.173)	165.149	-	-
Crédito ao exterior	1.860	-	1	(1.231)	-	630	-	-
Créditos titularizados não desreconhecidos	53.894	8.322	38.224	(24.248)	-	76.192	-	-
Outros créditos e valores a receber titulados	7.680	-	-	(230)	-	7.450	-	-
Imparidade para crédito e juros vencidos:								
. Crédito interno	215.928	6.592	101.872	(1.967)	(20.388)	302.037	10.806	-
. Crédito ao exterior	5.277	-	2.017	(689)	(239)	6.366	174	-
. Créditos titularizados não desreconhecidos	49.665	5.124	5.741	(22.478)	(981)	37.071	-	-
Outros créditos e valores a receber titulados	779	-	-	(779)	-	-	-	-
	497.157	39.290	188.696	(104.467)	(25.781)	594.895	10.980	-
Imparidade de outros activos financeiros:								
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda								
	59.148	-	3.345	(40)	(3.693)	58.760	-	-
Imparidade em investimentos em associadas								
	500	-	-	-	-	500	-	-
	59.648	-	3.345	(40)	(3.693)	59.260	-	-
Imparidade em activos não financeiros:								
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13)								
	45.678	6.094	18.435	(3.735)	(6.757)	59.715	-	-
Activos tangíveis (Nota 14)								
	3.183	-	-	-	(654)	2.529	-	-
Outros activos								
	11.227	-	5.954	(1.791)	-	15.390	-	-
	60.088	6.094	24.389	(5.526)	(7.411)	77.634	-	-
	616.893	45.384	216.430	(110.033)	(36.885)	731.789	10.980	-

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a provisão para pensões e outros encargos refere-se essencialmente a uma provisão para um plano de reestruturação no montante de mEuros 14.684 e de mEuros 20.271, respectivamente, e para um plano complementar de pensões do Conselho de Administração (Nota 45).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 a rubrica outras provisões inclui:

- Provisões para processos judiciais, na sequência de acções interpostas por clientes e colaboradores do Banco, nos montantes de mEuros 3.713 e mEuros 6.438, respectivamente. A área jurídica do Banco apura a perda esperada por processo, com base na evolução reportada pelo advogado responsável pelo seu acompanhamento;
- Provisões para contingências associadas a risco operacional (fraudes, operações pendentes de confirmação, itens em aberto e coimas) nos montantes de mEuros 12.146 e de mEuros 13.023, respectivamente.

23. PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Obrigações Perpétuas Subordinadas Totta 2000	270.447	270.447
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	13.818	13.818
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	4.275	4.275
	-----	-----
	288.540	288.540
Títulos readquiridos	(284.265)	(284.265)
Juros a pagar	46	53
	-----	-----
	4.321	4.328
	=====	=====

As condições dos passivos subordinados encontram-se detalhadas no Anexo II.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

24. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Fornecedores	3.080	1.914
Facturas em recepção e conferência	31.270	36.650
Retenção de impostos na fonte	21.093	17.344
Contribuições para a Segurança Social	3.898	3.886
Contribuições para outros sistemas de saúde	1.520	1.534
IVA a pagar	8.006	8.455
Encargos com o pessoal:		
· Prémio de antiguidade	26.081	25.762
· Férias e subsídio de férias	24.006	30.846
· Outras remunerações variáveis	30.582	26.336
· Outros custos com pessoal	9.315	859
Recursos cativos	28.486	28.026
Outros recursos	1.551	1.365
Credores por valores a liquidar	10.890	9.147
Credores por contratos de factoring	62.677	38.249
Valores a regularizar com bancos e clientes	18.237	10.970
Credores por operações sobre futuros (Nota 17)	3.894	2.580
Outros juros e encargos a pagar (Nota 17)	14.675	18.283
Operações passivas a regularizar	4.663	4.548
Outros	12.366	22.835
	-----	-----
	<u>316.290</u>	<u>289.589</u>
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os valores a regularizar com bancos e clientes correspondem essencialmente a transferências electrónicas interbancárias que são compensadas nos primeiros dias do período subsequente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 (PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

25. CAPITAL PRÓPRIO

Conforme indicado na Nota Introdutória e na Nota 1.4., no dia 1 de Abril de 2011 foi registada a operação de fusão por incorporação da Totta IFIC, tendo os seus activos e passivos sido incorporados no BST. Os termos de troca foram determinados com base numa avaliação independente do capital de cada uma das entidades realizada com referência à data de 31 de Maio de 2010, os quais conduziram aos seguintes valores:

	Totta IFIC	BST
Capital social (excluindo acções próprias)	34.562.675	620.052.218
Valor nominal por acção (em Euros)	<u>5</u>	<u>1</u>
Número de acções	6.912.535	620.052.218
Valor do capital próprio com base na avaliação independente (em Euros)	<u>318.666.145</u>	<u>4.488.702.452</u>
Valor por acção (em Euros)	46,10	7,24
Relação de troca		<u>6,3680</u>
Acções da Totta IFIC detidas pela Santander Totta SGPS		5.750.322
Aumento de capital do BST (em Euros)		36.618.301
Valor atribuído às acções da Totta IFIC detidas pela Santander Totta SGPS (em Euros)		<u>66.304.974</u>
Aumento dos prémios de emissão (em Euros)		29.686.673

Desta forma em 18 de Março de 2011, o capital social do BST foi aumentado em 36.618.301 Euros, correspondendo a 36.618.301 acções de valor nominal de 1 Euro cada, tendo sido realizado pela Santander Totta, SGPS, S.A. através da transmissão das 5.750.322 acções representativas do capital que detinha da Totta IFIC detidas por esta entidade e às quais foi atribuído o valor global de 66.304.974 Euros. Este valor corresponde a um prémio de emissão de 0,8107059066 Euros por acção.

O diferencial entre o valor do aumento de capital e a situação líquida da Totta IFIC à data da fusão foi registado na reserva de fusão, a qual foi determinada conforme descrito na Nota 1.4..

Consequentemente, em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 o capital do Banco estava representado por 656.723.284 acções com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

	<u>Número de acções</u>	<u>% de participação</u>	<u>Montante</u>
Santander Totta, SGPS, S.A.	641.269.620	97,65	641.270
Taxagest, SGPS, S.A.	14.593.315	2,22	14.593
Outros	761.419	0,11	761
Acções próprias	98.930	0,02	99
	<u>656.723.284</u>	<u>100,00</u>	<u>656.723</u>

Em 27 de Maio de 2011 a Assembleia Geral de Accionistas aprovou a distribuição de dividendos no montante de mEuros 175.000.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão, que ascendem a mEuros 193.390, não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os outros instrumentos de capital referem-se a prestações acessórias de capital concedidas pelo accionista Santander Totta, SGPS, S.A., as quais não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido. Poderão ser reembolsadas apenas por deliberação do Conselho de Administração do Banco, mediante prévia autorização do Banco de Portugal.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Reservas de reavaliação -		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor:		
De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)	(802.301)	(939.954)
De activos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalência patrimonial	1.494	1.100
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	83.270	58.546
Reservas de reavaliação legais à data de transição para IFRS	23.245	23.245
Desvios actuariais de responsabilidades com pensões (Nota 1.5.)	(560.029)	(554.267)
Desvios actuariais de responsabilidades com pensões de sociedades em equivalência patrimonial	(1.376)	(1.376)
Diferenças de câmbio na consolidação	(938)	(6.116)
	-----	-----
	(1.256.635)	(1.418.822)
	-----	-----
Reservas por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias:		
Relativas a activos financeiros disponíveis para venda	232.708	272.587
Relativas a activos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalência patrimonial	(324)	(210)
Relativas a instrumentos de cobertura	(24.148)	(16.978)
Por reavaliação de imobilizado corpóreo	(4.314)	(4.543)
Por reavaliação de imobilizado corpóreo de sociedades em equivalência patrimonial	(132)	(132)
Por desvios actuariais (Nota 1.5.)	151.276	159.238
Por desvios actuariais de sociedades em equivalência patrimonial	399	399
	-----	-----
	355.465	410.361
	-----	-----
	(901.170)	(1.008.461)
	=====	=====

Reservas de reavaliação

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respectivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente mEuros 23.245, o qual foi registado em reservas de reavaliação. O valor líquido resultante da reavaliação efectuada só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de "Outras reservas e resultados transitados" tinha a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Reserva legal	245.862	243.633
	-----	-----
Outras reservas		
Reservas de sociedades consolidadas	190.872	194.447
Reservas de sociedades em equivalência patrimonial	74.749	70.463
Reserva de fusão		
Por incorporação do totta e BSP	541.334	541.334
Por incorporação da Totta IFIC	90.520	90.520
Por incorporação do BSN	35.405	35.405
Outras	1.748	2.296
	-----	-----
	934.628	934.465
	-----	-----
Resultados transitados	248.665	226.484
	-----	-----
	1.429.155	1.404.582
	=====	=====

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco constituiu um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção do resultado líquido do exercício da actividade individual, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

26. RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO

Nos primeiros semestres de 30 de Junho de 2012 e 2011, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como segue:

	30/06/2012		(Proforma) 30/06/2011	
	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado
Resultado do exercício do BST (actividade individual)	2.791	2.791	19.224	19.224
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:				
Serfin International Bank & Trust (SIBT)	212	212	80	80
Santotta - Internacional, SGPS	104	104	(53)	(53)
Totta Ireland, Plc.	43.137	43.137	55.255	55.255
Banco Caixa Geral Totta de Angola	19.261	4.813	14.168	3.541
Totta Urbe	862	862	1.043	1.043
Totta & Açores, Inc. - Newark	(31)	(31)	56	56
Totta & Açores, Financing, Ltd (TAF)	6.180	6.180	6.180	6.180
BST International Bank, Inc	8.206	8.206	8.145	8.145
Partang, SGPS	9.936	4.869	2	1
Santander Pensões	430	430	625	625
Santander Gestão de Activos	1.771	1.771	14.522	14.522
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	625	625	1.506	1.506
Taxagest	(66)	(65)	(625)	(618)
Unicre	3.549	763	4.945	1.063
	<u>94.176</u>	<u>71.876</u>	<u>105.849</u>	<u>91.346</u>
Anulação de dividendos:				
Totta Ireland, Plc.		(46.800)		(33.000)
Santander Gestão de Activos		(9.430)		(13.000)
Unicre		(1.036)		(1.574)
Santander Pensões		(1.000)		-
		<u>(58.266)</u>		<u>(47.574)</u>
Ajustamentos relacionados com a fusão da Totta IFIC no BST		-		6.206
Homogeneização temporal dos resultados da Totta Ireland		(6.700)		(4.639)
Aplicação das IAS/ IFRS - Pensões de reforma		(301)		5.638
Ajustamentos relacionados com as operações de titularização		48.534		(9.129)
Anulação da valorização pela Partang da participação no Banco Caixa Geral Totta de Angola		(4.869)		-
Outros		(917)		678
Resultado consolidado do período		<u>52.148</u>		<u>61.750</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

27. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em empresas do Grupo, em 2011 e 2010, tem a seguinte distribuição por entidade:

	<u>Balanço</u>		<u>Demonstração dos resultados</u>	
	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u> (Proforma)
Acções preferenciais BST				
International Bank, Inc	285.941	278.229	-	-
Acções preferenciais TAF	300.000	300.000	-	-
Dividendos antecipados	(1.483)	(1.459)	-	-
Taxagest	549	550	-	7
Outros	203	200	3	(1)
	-----	-----	---	----
	585.210	577.520	3	6
	=====	=====	==	==

Em 30 de Junho de 2006, o BST International Bank, Inc (BST Porto Rico) procedeu à emissão de 3.600 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares Norte Americanos cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A.. Aos titulares destas acções, o Banco garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 6,56%, pago se e quando declarado pelos Directores do BST Porto Rico no início de Janeiro de cada ano. O BST Porto Rico pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Junho de 2016 ao preço de 100.000 Dólares Norte Americanos por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

Em 29 de Junho de 2005, o TAF procedeu à emissão de 300.000 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 Euros cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A.. Aos titulares destas acções, o Banco garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 4,12%, pago se e quando declarado pelos Directores do TAF no início de Janeiro de cada ano. O TAF pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Junho de 2015 ao preço de 1.000 Euros por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

As supra referidas emissões foram classificadas como capitais próprios dos emitentes nos termos da IAS 32. De acordo com esta Norma, as acções preferenciais emitidas são classificadas como capital próprio se:

- Não existir obrigação contratual do Emissor ou do Banco de entregar numerário ou outro activo financeiro aos detentores das mesmas; e
- Existir discricionariedade quanto à distribuição de dividendos e ao reembolso das acções preferenciais aos respectivos detentores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

28. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As responsabilidades extrapatrimoniais têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	1.367.169	1.488.455
Créditos documentários abertos	173.465	570.363
Activos dados em garantia		
Banco de Portugal	123.114	121.723
Fundo de Garantia de Depósitos	82.202	70.345
Sistema de Indemnização aos Investidores	4.636	4.079
Outros passivos eventuais	5	6
	-----	-----
	1 750 591	2.254.971
	=====	=====
Compromissos		
Por linhas de crédito		
Revogáveis	4.558.117	4.792.257
Irrevogáveis	1.399.910	1.217.742
Contratos a prazo de depósitos	57.179	85.933
Fundo de Garantia de Depósitos	54.092	54.092
Sistema de Indemnização aos Investidores	2.911	3.119
Outros compromissos irrevogáveis	11.024	16.141
Outros compromissos revogáveis	26.807	27.751
	-----	-----
	6 110 040	6.197.035
	=====	=====
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	50.664.036	55.382.093
Valores recebidos para cobrança	169.236	130.762
Valores administrados pela instituição		
Outros valores	7.432.258	7.264.208
	-----	-----
	58 265 530	62.777.063
	=====	=====

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objectivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. Excepto conforme referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

No exercício de 2011, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, no montante de mEuros 3.918. Neste período, o Banco assumiu o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago com referência a 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a mEuros 54.092. Os activos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se reflectidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado.

No exercício de 2012 o Banco procedeu ao pagamento de 100% da contribuição anual no montante de mEuros 4.906.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 30 de Junho de 2012 estas responsabilidades ascendem a mEuros 2.911 (mEuros 3.119 em 31 de Dezembro de 2011).

Em 2011 foi efectuado um pagamento extraordinário ao SII no montante de mEuros 4.082 referente à contribuição do Banco, conforme regulamento da CMVM, relativamente ao processo do Banco Privado Português.

29. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u> (Pro-forma)
Juros de disponibilidades		
Em Bancos Centrais		
No Banco de Portugal	1.051	2.045
Em instituições de crédito	116	179
Juros de aplicações		
Em instituições de crédito no País		
No Banco de Portugal	948	142
Em outras instituições de crédito	5.261	13.978
Em instituições de crédito no estrangeiro	21.988	29.928
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	364.964	331.723
Crédito ao exterior	10.211	11.486
Outros créditos e valores a receber (titulados – papel comercial)	16.085	20.387
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	20.703	20.748
Juros de activos titularizados não desreconhecidos	118.475	107.951
Juros de crédito vencido (Nota 47)	4.601	4.424
Juros e rendimentos similares de outros activos financeiros		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos	103.991	85.731
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.092	2.087
Derivados de cobertura	167.859	170.695
Devedores e outras aplicações	14	7
Outros juros e rendimentos similares		
Swap agreements	65.400	64.100
Outros	676	1.001
	-----	-----
	904.435	866.612
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

30. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u> (Pro-forma)
Juros de depósitos de clientes		
Sector público administrativo	10.330	9.058
De emigrantes	10.072	7.160
De outros residentes	207.308	135.294
Não residentes	12.059	8.144
	-----	-----
	239.769	159.656
	-----	-----
Juros de outros recursos de clientes	532	1.625
Juros de recursos de Bancos Centrais		
Banco de Portugal	29.976	21.323
Outros Bancos Centrais	-	13
Juros de recursos de instituições de crédito		
No País	7.157	10.934
No estrangeiro	20.047	58.156
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado		
Obrigações	52.044	50.760
Outros	43.521	47.131
Juros de derivados de cobertura	161.129	160.311
Juros e comissões de passivos subordinados	108	205
Outros juros e encargos similares		
Swap agreements	67.837	63.784
Outros	149	93
	-----	-----
	382.500	414.335
	-----	-----
	622.269	573.991
	=====	=====

31. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica refere-se a dividendos e rendimentos recebidos e tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u> (Pro-forma)
Activos financeiros disponíveis para venda:		
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços	1.075	1.072
Outros	570	167
	-----	-----
	1.645	1.239
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

32. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u> (Pro-forma)
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	8.022	7.495
Créditos documentários abertos	1.509	2.347
Por compromissos assumidos perante terceiros		
Irrevogáveis	788	943
Revogáveis	2.818	1.158
Por serviços prestados		
Cobrança e administração de valores	6.944	7.527
Gestão de fundos mobiliários e imobiliários	13.334	16.896
Por transacções de cartões	34.341	32.303
Anuidades	7.087	7.032
Operações de crédito	26.823	29.211
Outros	5.407	5.520
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	24.147	17.034
Outras	250	180
Outras comissões recebidas		
Seguradoras (Nota 42)	51.769	50.848
Crédito especializado	571	721
Depósitos à ordem	9.415	7.323
Cheques e Cadernetas	7.667	7.873
Outras	2.257	15.863
	-----	-----
	203.149	210.274
	=====	=====

33. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2011</u>	<u>30-06-2010</u> (Pro-forma)
Por garantias recebidas		
Garantias e avales	620	730
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Cobrança e administração de valores	2.009	2.845
Operações de crédito	5.739	6.619
Transacções de clientes	11.123	11.374
Outros	1.575	1.498
Por operações realizadas por terceiros		
Títulos	1.236	1.293
Outras	574	856
Outras comissões pagas	175	307
	-----	-----
	23.051	25.522
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

34. RESULTADOS EM ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u> (Pro-forma)
Activos financeiros detidos para negociação:		
Instrumentos de capital	6.181	26
Instrumentos de dívida	11.104	(13.578)
Instrumentos derivados:		
"FRA's"	260	-
"Swaps"		
. Contratos de taxa de câmbio	(324)	(173)
. Contratos de taxa de juro	3.244	19.982
. Contratos sobre cotações	1.946	188
. Outros	(25.759)	(488)
Opções:		
. Contratos de taxa de câmbio	19	225
. Contratos de taxa de juro	45	64
. Contratos sobre cotações	41	(82)
. Outros	-	(1)
Contratos de garantia de taxa de juro	(150)	87
	-----	-----
	(3.393)	6.250
	-----	-----
Derivados de cobertura:		
"Swaps"		
. Contratos de taxa de juro	(42.163)	(18.278)
. Contratos sobre cotações	634	(52.946)
Opções:		
. "Auto-callable"	489	(769)
Correcções de valor de Activos e Passivos objecto de cobertura	40.889	71.272
	-----	-----
	(151)	(721)
	-----	-----
	(3.544)	5.529
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

35. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	30-06-2012			(Proforma) 30-06-2011		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Instrumentos de dívida						
Emitidos por residentes						
De emissores públicos nacionais	-	(1)	(1)	-	(57.474)	(57.474)
Emitidos por não residentes						
De emissores públicos estrangeiros	-	-	-	-	(25.858)	(25.858)
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor	50	-	50	78	(51)	27
Outros	9	(3.873)	(3.864)	6.321	(27)	6.294
	<u>59</u>	<u>(3.874)</u>	<u>(3.815)</u>	<u>6.399</u>	<u>(83.410)</u>	<u>(77.011)</u>

Em 2011 esta rubrica refere-se essencialmente a perdas realizadas na venda de obrigações do Tesouro Português e Espanhol no montante de mEuros 83.331.

36. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u> (Proforma)
Ganhos na reavaliação da posição cambial	26.830	8.555
Perdas na reavaliação da posição cambial	(24.220)	(6.761)
	-----	-----
	2.610	1.794
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

37. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u> (Pro-forma)
Ganhos na alienação de créditos a clientes (Nota 11)	3.925	-
Ganhos em activos não correntes detidos para venda	1.427	627
Ganhos em activos tangíveis	172	368
Valias na recompra pelo Grupo de obrigações emitidas em operações de securitização de crédito à habitação	80.400	2.114
Outros	103	48
	-----	-----
	86.027	3.157
	-----	-----
Perdas em activos não correntes detidos para venda	(1.281)	(905)
Perdas em activos tangíveis	(97)	(7)
Perdas na alienação de crédito a clientes (Nota 11)	(100)	(2.373)
Outras	(1.054)	(230)
	-----	-----
	(2.532)	(3.515)
	-----	-----
	83.495	(358)
	=====	=====

Em Março de 2012 o BST realizou uma oferta de aquisição ("Tender offer") para as obrigações emitidas no âmbito das operações de titularização de crédito hipotecário detidas por entidades não pertencentes ao Grupo Santander. Com esta operação o Banco registou uma mais valia no valor de mEuros 80.367.

38. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u> (Pro-forma)
Outros rendimentos e receitas de exploração		
Rendas de locação operacional	172	166
Reembolso de despesas	1.402	2.413
Rendimentos da prestação de serviços diversos	2.968	2.339
Outros	9.998	9.338
	-----	-----
	14.540	14.256
	-----	-----
Outros encargos de exploração		
Quotizações e donativos	(783)	(1.518)
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	(2.310)	(1.894)
Outros encargos e gastos operacionais	(13.684)	(13.587)
Outros impostos		
Directos	(592)	(2.163)
Indirectos	(481)	(531)
	-----	-----
	(17.850)	(19.693)
	-----	-----
	(3.310)	(5.437)
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

39. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u> (Pro-forma)
Salários e vencimentos		
Órgãos de direcção e fiscalização (Nota 45)	2.745	3.098
Empregados	93.713	95.312
Outras remunerações variáveis	17.986	13.077
	-----	-----
	114.444	111.487
	-----	-----
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	25.784	26.979
Encargos com pensões e outros benefícios (Nota 43)	(1.746)	816
Outros encargos sociais obrigatórios	488	3.878
Reformas antecipadas	-	1.270
Ganhos resultantes da diminuição de responsabilidades com subsídio por morte (Nota 43)	(9.190)	-
Acerto das responsabilidades transferidas para a Segurança Social	59	-
	-----	-----
	15.395	32.943
	-----	-----
Outros custos com pessoal		
Indemnizações contratuais	-	455
Transferências de pessoal	264	293
Outros	2.997	3.241
	-----	-----
	3.261	3.989
	-----	-----
	133.100	148.419
	=====	=====

O saldo da rubrica “Ganhos resultantes da diminuição de responsabilidades com subsídio por morte” refere-se à diminuição de responsabilidades com reformados e pensionistas resultante das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 133/2012 de 27 de Junho, o qual introduziu um limite máximo para o valor do subsídio por morte igual a seis vezes o valor do indexante dos apoios sociais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

40. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u> (Pro-forma)
Serviços especializados	21.013	22.964
Comunicações	7.193	6.431
Manutenção de software e equipamento informático	15.842	16.129
Conservação e reparação	1.170	1.484
Publicidade e edição de publicações	5.273	7.079
Rendas e alugueres	5.674	4.428
Fornecimentos externos		
Água, energia e combustíveis	4.065	3.756
Material de consumo corrente	1.143	1.564
Outros	181	99
Deslocações, estadas e representação	2.596	3.063
Transportes	1.156	1.230
Formação de pessoal	942	1.223
Seguros	324	271
Outros	2.158	2.189
	-----	-----
	68.730	71.910
	=====	=====

41. RESULTADOS DE ASSOCIADAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u> (Pro-forma)
Partang, SGPS, S.A.	3.964	3.731
Totta Crédito Especializado, IFIC, S.A.	-	1.560
Unicre – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	763	1.063
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	(124)	105
	-----	-----
	4.603	6.459
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 (PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

42. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

Os proveitos com a prestação de serviços de mediação de seguros referem-se essencialmente às comissões cobradas à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. e a outras companhias de seguros pela comercialização dos seus produtos (Nota 32), como segue:

	<u>30-06-2012</u>			<u>30-06-2011</u> (Pro-forma)		
	<u>Ramo</u> <u>Vida</u>	<u>Ramo</u> <u>Não Vida</u>	<u>Total</u>	<u>Ramo</u> <u>Vida</u>	<u>Ramo</u> <u>Não Vida</u>	<u>Total</u>
Santander Totta Seguros	46.278	123	46.401	45.705	129	45.834
Outros	-	5.368	5.368	-	5.014	5.014
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	46.278	5.491	51.769	45.705	5.143	50.848
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica “Outros activos – Proveitos a receber de outros serviços prestados” (Nota 17) inclui comissões a receber de seguradoras de acordo com o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u> (Pro-forma)
Santander Totta Seguros	18.988	19.558
Outros	1.411	1.309
	-----	-----
	20.399	20.867
	=====	=====

Estes montantes referem-se essencialmente às comissões apuradas relativamente aos prémios de seguros comercializados durante o segundo trimestre de 2012 e último trimestre de 2011, respectivamente, os quais foram recebidos posteriormente à data de balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 (PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

43. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BST relativas a empregados no activo e aos já reformados, foram efectuados estudos actuariais pela Towers Watson International Limited, Sucursal em Portugal. O valor actual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes custos com serviços correntes, foram apurados com base no método "Projected Unit Credit".

As responsabilidades com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 30 de Junho de 2012 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2012	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2008
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no activo	214.235	210.669	275.580	255.009	231.114
. Pensionistas	27.970	18.455	36.406	34.692	34.895
. Reformados e reformados antecipadamente	378.926	387.608	855.952	896.251	973.904
	621.131	616.732	1.167.938	1.185.952	1.239.913
- Cuidados de saúde (SAMS)	118.167	117.422	127.822	127.877	132.522
- Subsídio por morte	8.329	16.973	18.184	17.728	17.994
	747.627	751.127	1.313.944	1.331.557	1.390.429
Cobertura das responsabilidades:					
- Valor patrimonial do Fundo	754.689	758.244	1.312.888	1.395.849	1.391.585
Valor financiado em excesso / (não financiado)	7.062	7.117	(1.056)	64.292	1.156
Desvios actuariais e financeiros gerados no ano					
- Alteração de pressupostos	-	(103.831)	-	(51.086)	(100.674)
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos)/ Perdas actuariais	2.581	(23.708)	(29.458)	(21.172)	(4.100)
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	3.087	339.627	103.392	61.639	306.680
	5.668	315.919	73.934	40.467	302.580
	5.668	212.088	73.934	(10.619)	201.906

A diminuição das responsabilidades com subsídio por morte no primeiro semestre de 2012 justifica-se, essencialmente, pelas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 133/2012 de 27 de Junho, o qual introduziu um limite máximo para o valor do subsídio por morte igual a seis vezes o valor do indexante dos apoios sociais. A diminuição de responsabilidades resultante desta alteração foi de mEuros 9.190 (Nota 35).

Tal como referido na Nota 1.3.k) foi efectuado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), no âmbito do qual o Banco transferiu para a Segurança Social as responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de segurança social substitutivo constante do instrumento de regulamentação colectiva de trabalho vigente no sector bancário (ACTV). Em consequência foram transferidos os activos do Fundo de Pensões do Banco, na parte correspondente a essas responsabilidades. De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, o valor das responsabilidades com pensões transferidas para o Estado foi determinado tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	4%

O valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social apurado com base nos pressupostos acima descritos ascendeu a mEuros 456.111.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O valor das responsabilidades a transferir calculado pelo Banco no momento imediatamente anterior à transferência, de acordo com os pressupostos actuariais e financeiros actualizados por si adoptados, ascendia a mEuros 435.260.

A diferença entre o valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social calculadas utilizando os pressupostos estabelecidos no Decreto-Lei nº 127/2011 de 31 de Dezembro (mEuros 456.111) e os adoptados pelo Banco (mEuros 435.260), no montante de mEuros 20.851, foi registada na rubrica de "Custos com o pessoal" da demonstração dos resultados do exercício de 2011.

Os pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das responsabilidades no momento imediatamente anterior à transferência para a Segurança Social foram os seguintes:

	<u>Activos</u>	<u>Reformados</u>
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	5,92%	5,00%
Taxa de crescimento salarial	2,35%	-
Taxa de crescimento das pensões	1,35%	1,35%

O valor das responsabilidades apurado com base nos pressupostos acima totalizou mEuros 1.186.387, dos quais mEuros 435.260 correspondentes às responsabilidades transferidas, conforme referido anteriormente.

Os principais pressupostos utilizados em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 foram os seguintes:

Tábua de mortalidade	TV 88/90
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões	5,50%
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	
- Activos	5,92%
- Inactivos	5,00%
Taxa de crescimento salarial	2,35%
Taxa de crescimento das pensões	1,35%
Taxa de inflação	1,75%

Na determinação do custo com pensões para o primeiro semestre de 2012 foram utilizados os pressupostos usados no cálculo das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2011.

As taxas de desconto dos activos de 5,00% e de 5,92% para os inactivos corresponde a uma taxa média de 5,5%, ou seja, a utilização de taxas diferenciadas para diferentes populações conduz ao mesmo valor de responsabilidades que seria determinado caso fosse usada uma taxa de 5,5% para a totalidade da população.

Para efeitos de apuramento do valor da pensão da segurança social que, nos termos do ACT do sector bancário, deverá abater à pensão prevista no referido ACT, foram utilizados os seguintes pressupostos:

Taxa de crescimento salarial para cálculo da pensão dedutível	2,35%
Inflação (n.º1 do Artigo 27.º)	1,75%
Inflação (n.º1 do Artigo 27.º)	2,00%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2011	Redução de 3,14%
Factor de sustentabilidade futuro	Redução de 0,5% por ano

A base para a taxa esperada de rendimento dos activos do Fundo de Pensões é a estimativa de retorno dos activos que compõem a carteira do Fundo a 31 de Dezembro de 2011 efectuada pelos actuários responsáveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As taxas de desconto utilizadas nos estudos actuariais são determinadas com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas em Euros e com maturidade semelhante à data de termo das obrigações do Plano, para com activos e inactivos, respectivamente.

Mais concretamente foram consideradas, entre outras fontes, as taxas de rendimento de uma amostra de obrigações de empresas privadas em Euros com qualidade de crédito Aa- (notação de risco de crédito, com base em quatro agências de rating – Moody's, Standard & Poor's, Fitch e Dominion Bond Rating Service). Esta informação foi retirada da Bloomberg.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o valor das responsabilidades com cuidados de saúde decorrente de uma variação de 1% na taxa de contribuição pode ser apresentado como segue:

	30-06-2012			31-12-2011		
	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%
Empregados no activo (Plano de Benefício Definido)	5.393	22.746	31.018	5.451	20.811	28.379
Empregados no activo (Plano de Contribuição Definida)	171	40	54	157	25	33
Pensionistas	950	4.203	5.731	926	4.183	5.705
Reformados e reformados antecipadamente	5.340	73.363	100.039	5.338	74.338	101.370
	<u>11.854</u>	<u>100.352</u>	<u>136.842</u>	<u>11.872</u>	<u>99.357</u>	<u>135.487</u>

O movimento nas responsabilidades por serviços passados no semestre findo em 30 de Junho de 2012 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 pode ser detalhado como segue, no que respeita ao plano de pensões do Banco:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Responsabilidades no início do período	751.127	1.313.944
Custo dos serviços correntes	199	2.237
Custo dos juros	18.742	66.962
(Ganhos)/Perdas actuariais	2.582	(127.539)
Reformas antecipadas	5.009	3.763
Valores pagos	(21.950)	(76.337)
Contribuições dos empregados	1.151	2.313
Transferência de responsabilidades para a Segurança Social	-	(435.260)
Responsabilidades da IFIC decorrentes da fusão	-	1.044
Diminuição de responsabilidades com subsídio por morte (Nota 39)	(9.190)	-
Acerto das responsabilidades transferidas para a Segurança Social	(43)	-
	-----	-----
Responsabilidades no fim do período	<u>747.627</u>	<u>751.127</u>
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O custo do período relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos activos do Fundo. No primeiro semestre de 2012 e 2011, os custos com pensões têm a seguinte composição e foram reconhecidos na rubrica de “Custos com o pessoal” (Nota 39):

	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u> (Pro-forma)
Custo dos serviços correntes	199	1.159
Custo dos juros	18.742	33.502
Rendimento esperado	(20.374)	(35.059)
	-----	-----
Plano de benefício definido	(1.433)	(398)
Plano de contribuição definida	18	20
Plano da Sucursal de Londres	(331)	150
Acréscimo de responsabilidades com a IFIC	-	1.044
	-----	-----
	(1.746)	816
	=====	=====

A diminuição no custo dos serviços correntes resulta da passagem para o Regime Geral da Segurança Social dos trabalhadores bancários que se encontravam no activo, inscritos no CAFEB e admitidos no sector antes de 3 de Março de 2009, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº1-A/11, de 3 de Janeiro. Dada esta alteração, após a data de transição a pensão de reforma considerada é uma pensão complementar que resulta da diferença entre a pensão ACT e a pensão da Segurança Social.

O movimento nos desvios actuariais em 2011 e no primeiro semestre de 2012 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2010 – Pro-forma	338.967

. Ganhos actuariais com pensões gerados em 2011	(112.771)
. Perdas financeiras com pensões geradas em 2011	301.625
. Ganhos actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2011	(14.768)
. Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2011	38.002

Saldo em 31 de Dezembro de 2011 (Nota 25)	551.055
. Perdas actuariais com pensões geradas em 2012	2.258
. Perdas financeiras com pensões geradas em 2012	2.544
. Perdas actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2012	323
. Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2012	543

Saldo em 30 de Junho de 2012 (Nota 25)	556.723
	=====

Com a alteração da política contabilística referida na Nota 1.3.k), os desvios actuariais acumulados encontram-se deduzidos na rubrica de “Reservas de reavaliação”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o saldo em balanço relacionado com o plano de pensões pode ser detalhado como segue (Nota 17):

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
(Insuficiência)/excesso de financiamento	7.062	7.117
Insuficiência de financiamento (Sucursal de Londres)	(388)	(3.820)
	-----	-----
	6.674	3.297
	=====	=====

Em 2011 a alteração de pressupostos actuariais inclui o efeito da alteração da taxa de desconto de 5,25% para 5,5% e das alterações da taxa de crescimento das pensões e de crescimento salarial de 1,75% para 1,35% e de 3,2% para 2,35%, respectivamente.

O crescimento salarial efectivamente verificado no primeiro semestre de 2012 e no exercício de 2011 para efeito das contribuições para a Segurança Social relativas aos colaboradores do ex-totta foi de 2,13% e 1,18%, respectivamente.

Não houve aumento efectivo das pensões e da tabela salarial em 2012 e 2011.

A Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BST. Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o número de participantes do Fundo tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Empregados no activo ⁽¹⁾	5.564	5.608
Pensionistas	950	926
Reformados e reformados antecipadamente	5.340	5.338
	-----	-----
	11.854	11.872
	=====	=====

(1) Dos quais 171 e 157 empregados pertencem ao novo plano de contribuição definida, em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, respectivamente.

As principais alterações demográficas em 2011 e no primeiro semestre de 2012 foram as seguintes:

	<u>Activos</u>	<u>Reformados e reformados antecipadamente</u>	<u>Pensionistas</u>
Número total em 31-12-2010	5.606	5.381	912
Saídas:			
. De activos	(111)	-	-
. Por mortalidade	-	(86)	(19)
. Outras	-	-	(25)
Transferências	(36)	36	-
Entrada de colaboradores da Totta IFIC	99	-	-
Entradas	50	7	58
	-----	-----	-----
Número total em 31-12-2011	5.608	5.338	926
Saídas:			
. De activos	(48)	-	-
. De reformas	-	(31)	(13)
Transferências	(24)	24	-
Entradas	28	9	37
	-----	-----	-----
Número total em 30-06-2012	5.564	5.340	950

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento no Fundo de Pensões do BST durante o exercício de 2011 e no primeiro semestre de 2012 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2010	1.312.888

Contribuições do Banco (monetárias)	245.000
Contribuições dos empregados	2.313
Rendimento líquido do Fundo	(269.509)
Valores pagos	(76.337)
Transferência para a Segurança Social	(456.111)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2011	758.244

Contribuições dos empregados	1.151
Rendimento líquido do Fundo	17.287
Valores pagos	(21.950)
Acerto da transferência de responsabilidades para a Segurança Social	(43)

Valor patrimonial em 30 de Junho de 2012	754.689
	=====

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões no primeiro semestre de 2012 (anualizada) e no exercício de 2011 foram de 4,6% e -20,53%, respectivamente.

A rentabilidade do Fundo de Pensões no exercício de 2011 foi afectada negativamente pela evolução negativa dos mercados accionistas e de crédito.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a carteira do Fundo de Pensões no exercício de 2011 do BST incluía os seguintes activos:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Instrumentos de dívida	271.159	385.693
Fundos de Investimento imobiliário	216.286	222.339
Fundos de Investimento mobiliário	145.372	139.059
Instrumentos de capital	152	152
Imóveis	87.210	87.215
Depósitos	42.960	125.255
Pendentes de liquidação	(8.450)	(201.470)
	-----	-----
	754.689	758.244
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2011 os "Pendentes de Liquidação" incluem valores a entregar ao Estado no montante de mEuros 201.575, referentes à transferência de parte do fundo de pensões do Banco para a Segurança Social, tal como estabelecido no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, as carteiras do Fundo de Pensões incluíam os seguintes activos com empresas do Grupo Santander:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Imóveis arrendados	22.966	22.966
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos)	160.146	154.464
	-----	-----
	183.112	177.430
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2010 foi contratado um seguro para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definida para directivos do Banco. A contribuição inicial para o novo plano foi de mEuros 4.430. Em 2011 o prémio pago pelo Banco ascendeu a mEuros 583 e o valor periodificado em 30 de Junho de 2012 ascende a mEuros 291.

Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativos ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres foram os seguintes:

Tábua de mortalidade	AMC00/AFC00
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões	5,02%
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	4,90%
Taxa de crescimento salarial	2,70%
Taxa de crescimento das pensões	1,90%
Taxa de inflação	2,70%

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido da Sucursal de Londres e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Estimativa de responsabilidades por serviços passados	30.786	29.260
Cobertura – valor patrimonial do fundo	30.398	25.440
	-----	-----
Valor não financiado – Sucursal de Londres	(388)	(3.820)
	====	=====

Relativamente ao plano de pensões específico da Sucursal de Londres, o movimento nas responsabilidades por serviços passados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e no primeiro semestre de 2012 pode ser detalhado como segue:

Responsabilidades a 31 de Dezembro de 2010	25.003

Custo dos serviços correntes	174
Custo dos juros	1.450
Perdas actuariais	2.551
Valores pagos	(680)
Variações cambiais	762

Responsabilidades a 31 de Dezembro de 2011	29.260

Custo dos serviços correntes	100
Custo dos juros	729
Valores pagos	(337)
Variações cambiais	1.034

Responsabilidades a 30 de Junho de 2012	30.786
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento no Fundo de Pensões da Sucursal de Londres durante o exercício de 2011 e primeiro semestre de 2012 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2010	23.112

Rendimento líquido do fundo	2.125
Contribuição do Banco	179
Valores pagos	(680)
Variações cambiais	704

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2011	25.440

Rendimento líquido do fundo	1.202
Contribuição do Banco	3.193
Valores pagos	(337)
Variações cambiais	900

Valor patrimonial em 30 de Junho de 2012	30.398
	=====

Os custos nos primeiros seis meses de 2012 e 2011 da Sucursal de Londres com o plano de pensões apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u>
Custo dos serviços correntes	100	104
Custo dos juros	729	675
Rendimento esperado	(1.160)	(629)
	-----	-----
	(331)	150
	====	====

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o movimento nos desvios actuariais da Sucursal de Londres apresentava o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Perdas actuariais com pensões em 2009	3.630	3.630
Ganhos financeiros com pensões em 2009	(1.315)	(1.315)
Ganhos actuariais com pensões em 2010	(817)	(817)
Ganhos financeiros com pensões em 2010	(45)	(45)
Perdas actuariais com pensões em 2011	2.551	2.551
Ganhos financeiros com pensões em 2011	(930)	(930)
Ganhos financeiros com pensões em 2012	(41)	-
Variações cambiais	273	138
	-----	-----
Saldo dos desvios actuariais (Nota 25)	3.306	3.212
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes activos:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Instrumentos de dívida	26.041	21.763
Instrumentos de capital	4.354	3.608
Depósitos	3	69
	-----	-----
Valor do Fundo	30.398	25.440
	=====	=====

44. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Descrição das operações

Entre Julho de 2003 e Fevereiro de 2011 o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de doze operações, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 23.250.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC, à excepção das últimas operações de titularização (Hipototta nº 11, Hipototta nº 12, BST SME nº1 e Totta Consumer nº 1), em que os créditos foram vendidos à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Tagus).

Em Abril de 2009, a Totta IFIC procedeu à titularização de parte da sua carteira de leasing e aluguer de longa duração, através de uma operação, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 1.300.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a um fundo de titularização de créditos denominado LeaseTotta No. 1 FTC.

Em Outubro de 2009, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 9 Ltd, criado no âmbito da operação de securitização de Novembro de 2008, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 1.550.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados por mEuros 1.462.000.

Em Abril de 2010, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 6 Ltd, criado no âmbito da operação de securitização de Outubro de 2007, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 2.200.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados por mEuros 1.752.357.

Em Julho de 2010, o BST realizou uma operação de titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, que denominou de Hipototta nº 11, pelo montante inicial total de mEuros 2.000.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Tagus).

Em Janeiro e Fevereiro de 2011, o BST celebrou Mortgage Retransfer Agreements com o Hipototta nº 2 PLC, Hipototta nº 3 PLC e Hipototta nº 10 Ltd. Ao abrigo dos referidos acordos o BST recomprou os créditos previamente securitizados, nos montantes de mEuros 880.636, mEuros 1.548.396 e mEuros 803.494, respectivamente, e foi reembolsado relativamente às Notes que detinha em carteira associadas a estas securitizações pelo respectivo valor nominal.

Em Maio e Junho de 2012, o BST celebrou Mortgage Retransfer Agreements com o Hipototta nº 11 e Hipototta nº 12. Ao abrigo dos referidos acordos o BST recomprou os créditos previamente securitizados, nos montantes de mEuros 1.719.660 e mEuros 1.197.009, respectivamente, e foi reembolsado relativamente às Notes que detinha em carteira associadas a estas securitizações pelo respectivo valor nominal.

Em Março de 2011 o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito a empresas e de papel comercial através de uma operação designada BST SME nº 1, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 2.000.000. Adicionalmente, em Junho de 2011 titularizou parte da sua carteira de crédito ao consumo através de uma operação designada Totta Consumer nº 1, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 1.000.000. Os créditos destas operações foram vendidos pelo seu valor nominal à Tagus. Em Março de 2012, o BST procedeu à liquidação do BST SME nº 1. A referida liquidação ocorreu através do “SME Receivables Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados por mEuros 1.792.480.

Parte dos Fundos Hipototta e Leasetotta são geridos pela Navigator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. (Navigator). O BST continua a efectuar a gestão dos contratos de crédito, entregando aos Fundos Hipototta e LeaseTotta FTC e à Tagus todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito. O Grupo não detém qualquer participação directa ou indirecta na Navigator ou na Tagus.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta e LeaseTotta FTC emitiram unidades de participação, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Fundos Hipototta e LeaseTotta PLC/Ltd, com sede na Irlanda.

Os Fundos Hipototta e LeaseTotta FTC entregam todos os montantes recebidos do BST e da Direcção Geral do Tesouro aos Hipototta e LeaseTotta PLC/Ltd efectuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, os Hipototta e LeaseTotta PLC/Ltd, e a Tagus emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, conseqüentemente, de remuneração. Em 30 de Junho de 2012, as obrigações emitidas e ainda vivas apresentam as seguintes características:

Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	1.053.200	196.808	AA-	A2	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,27%	Euribor 3 m + 0,54%
Classe B	32.500	12.690	AA-	Baa2	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 0,95%
Classe C	14.300	5.592	A	Ba1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 1,45%	Euribor 3 m + 1,65%
	<u>1.100.000</u>	<u>215.090</u>						
Classe D	17.600	11.000			Novembro de 2034	Agosto de 2012	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>1.117.600</u>	<u>226.090</u>						

Dívida emitida	Montante		Rating Fitch	Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual				Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.616.040	1.068.211	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,12%	Euribor 3 m + 0,24%
Classe B	44.240	38.863	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,19%	Euribor 3 m + 0,40%
Classe C	139.720	122.735	BB	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,29%	Euribor 3 m + 0,58%
	<u>2.800.000</u>	<u>1.229.809</u>					
Classe D	14.000	14.000		Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.814.000</u>	<u>1.243.809</u>					

Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-			Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,05%	Euribor 3 m + 0,10%
Classe A2	1.693.000	926.158	AA-	A3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,13%	Euribor 3 m + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	AA-	Baa3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,17%	Euribor 3 m + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	A	Ba2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,24%	Euribor 3 m + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	BBB	B3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	BB	Caa2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 1,75%	Euribor 3 m + 3,50%
	<u>2.000.000</u>	<u>1.033.158</u>						
Classe F	10.000	10.000	CCC-	Ca	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.010.000</u>	<u>1.043.158</u>						

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Hipototta nº 7 Ltd						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Actual	S&P	Moody's		
Classe A1	200.000	-			Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,20%
Classe A2	1.596.000	1.059.152	AA-	A2	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,30%
Classe B	60.000	60.000	A	A3	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,60%
Classe C	50.000	50.000	BBB	Baa2	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 1,2%
Classe D	44.000	44.000	BB	Ba3	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 2,75%
Classe E	50.000	50.000	B	Caa1	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 4,75%
	<u>2.000.000</u>	<u>1.263.152</u>				
Classe F	20.000	20.000	CCC-	Ca	Fevereiro de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>2.020.000</u>	<u>1.283.152</u>				

Totta Consumer nº 1					
Dívida emitida	Montante		Rating DBRS	Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Actual			
Classe A	700.000	399.785	AAH	2038	Euribor 3 m + 3%
Classe B	300.000	300.000		2038	Euribor 3 m + 3,25%
	<u>1.000.000</u>	<u>699.785</u>			
Classe C	100.400	100.400		2038	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>1.100.400</u>	<u>800.185</u>			

Leasetotta nº 1 Ltd					
Dívida emitida	Montante		Rating DBRS	Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Actual			
Classe A	1.040.000	346.020	AAH	2042	Euribor 3 m + 0,30%
Classe B	260.000	260.000		2042	Euribor 3 m + 4,75%
	<u>1.300.000</u>	<u>606.020</u>			
Classe C	65.000	65.000		2042	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>1.365.000</u>	<u>671.020</u>			

As obrigações emitidas pelos Hipototta nº 1 PLC e Hipototta nº 4 PLC vencem juros trimestralmente em 30 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC e Hipototta nº 7 Ltd vencem juros trimestralmente em 28 de Fevereiro, 30 de Maio, Agosto e Novembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Totta Consumer nº1 vencem juros trimestralmente em 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro de cada ano. As obrigações emitidas pelo LeaseTotta No. 1 Limited vencem juros trimestralmente em 15 de Janeiro, 15 de Abril, 15 de Julho e 15 de Outubro de cada ano.

O BST tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipotottas e LeaseTotta e para o Totta Consumer nº1, o BST tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipotottas e LeaseTotta PLC/Ltd têm a faculdade de efectuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC e do Hipototta nº 7 Ltd, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos activos (carteira de crédito).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As obrigações da classe D, no caso dos Hipotottas nº 1 e 4, as obrigações da classe F, no que se refere aos Hipototta nº 5 e Hipototta nº 7 e as obrigações da classe C, para o LeaseTotta No. 1 Limited e Totta Consumer nº 1 constituem o último passivo a liquidar.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito securitizado e o somatório de todos os custos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de servicer, cobradas pelo BST, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as securitizações foram contratadas, o rendimento estimado das carteiras de crédito securitizado incluído no cálculo da remuneração das obrigações da classe D dos Hipototta nº 1 e 4 PLC, correspondia a uma taxa média anual de 1,1% e 0,9%, respectivamente. Nas obrigações da classe F do Hipototta nº 5 PLC, correspondeu a uma taxa média anual de 0,9%, sobre o valor total de cada carteira de crédito. Para as obrigações da classe F do Hipototta nº 7 e para as obrigações da classe C do LeaseTotta nº 1, correspondeu a uma taxa média anual de 0,7% sobre o valor de cada carteira de crédito. Para as obrigações da classe C do Totta Consumer correspondeu a uma taxa média anual de 5,25% sobre o valor da carteira de crédito.

Em 2010, o Banco recomprou obrigações classe A do Hipototta nº 4 PLC, obrigações classe A2 do Hipototta nº 5 PLC e obrigações classe A do Hipototta nº 2 PLC. Conforme referido anteriormente, o Hipototta nº 2 PLC, o Hipototta nº 3 PLC e o Hipototta nº 10 Ltd foram liquidados em Janeiro e Fevereiro de 2011. O Hipototta nº 11, o Hipototta nº 12 e o BST SME nº 1 foram liquidados em Março, Maio e Junho de 2012, respectivamente.

Na data em que as securitizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o BST e os Hipotottas, que correspondem a facilidades/ linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipotottas. Foram igualmente celebrados "Swap Agreements" entre o Grupo Santander e os primeiros Hipotottas emitidos e entre o BST e os restantes veículos de securitizações destinados a cobertura do risco de taxa de juro.

Registo contabilístico

De acordo com a IAS 27 e a SIC 12, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os Fundos Hipototta Leasetotta nº1 e Totta Consumer nº1 foram incluídos no perímetro de consolidação (Nota 4), dado que o Banco detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à actividade destas entidades. Nesse sentido, os créditos relativos às operações de titularização foram registados no balanço, e as obrigações emitidas pelos Hipototta PLC/Ltd, Leasetotta No.1 Limited e pela Tagus que são detidas pelo BST e suas subsidiárias foram anuladas no processo de consolidação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

45. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas do Banco com as quais mantém saldos ou transacções no primeiro semestre de 2012 e no exercício de 2011 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	
Santander Totta, SGPS	Portugal
Santusa Holding, S.L.	Espanha
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Grupo	
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Serfim International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Totta & Açores Financing, Ltd	Ilhas Cayman
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Bst International Bank, Inc.	Porto Rico
Santander Asset Management SGFIM, S.A.	Portugal
Santander - Gestão de Activos,SGPS,S.A.	Portugal
Santander-Pensões Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santotta Internacional, S.G.P.S, Sociedade Unipessoal, LDA	Portugal
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
Tottaurbe - Empresa Administração e Construções, S.A.	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	
Banco Caixa Geral Totta de Angola	Angola
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal
Partang,SGPS,S.A.	Portugal
Unicre-Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo	
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Chile	Chile
All Funda Bank, SA	Espanha
Banco Banif, S.A.	Espanha
Capital Grupo Santander, SA SGEGR	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 1	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 2	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 3	Espanha
Fondo de Titulización Santander Financiación 1	Espanha
Ftpyme Santander 2 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Grupo Banesto: Sociedades consolidables	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Prohuban Servicios Informáticos Generales, S.L.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Espanha
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer Spain Auto 07-1	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander de Titulización SGFT	Espanha
Santander Global Facilities	Espanha
Santander Hipotecario 1 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 2 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 3 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Transolver Finance EFC,SA	Espanha
Union de Créditos Inmobiliários,SA	Espanha
Banco Santander International Miami	EUA
Santander Investment Securities,Inc	EUA
Sovereign Bank	EUA
Optimal Strategic Us Equity Irl Euro Fnd	Irlanda
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander	México
Banco Santander Puerto Rico	Porto Rico
Banco Santander Consumer Portugal S.A.	Portugal
HBF Aluguer Comércio Viaturas S.A.	Portugal
ISBAN PT - Engenharia e Software Bancário, S.A.	Portugal
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Multi-Rent, Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Portugal
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
UCI Mediação de Seguros, Unipessoal Lda.	Portugal
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
Alliance & Leicester PLC	Reino Unido
Cater Allen International Limited	Reino Unido
Santander UK plc	Reino Unido
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suiça
<u>Entidades de Propósito Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo</u>	
HIPOTOTTA NO. 1 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 7 Ltd	Irlanda
LEASETOTTA NO. 1 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 1 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 7 FTC	Portugal
LEASETOTTA NO.1 FTC	Portugal
TAGUS - Soc. Titularização de Créditos, S.A. (TOTTA CONSUMER NO. 1)	Portugal

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2012, os saldos com entidades relacionadas apresentam a seguinte composição:

	Empresa que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresa que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
Activos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.182	-	27.448
Activos financeiros detidos para negociação	217.868	-	2.279
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	4.672
Aplicações em instituições de crédito	869.757	-	291.738
Crédito a clientes	-	-	36.530
Derivados de cobertura	196.633	-	-
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	143.763	-
Outros activos	18.740	-	39.101
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.636.798	-	56.439
Recursos de outras instituições de crédito	631.662	79.967	304.164
Recursos de clientes e outros empréstimos	83.213	1.233	838.202
Responsabilidades representadas por títulos	537.845	-	1.342.057
Derivados de cobertura	314.018	-	-
Passivos subordinados	-	-	4.321
Outros passivos	14.813	-	505
Custos:			
Juros e encargos similares	220.457	513	47.949
Encargos com serviços e comissões	440	-	45
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	2.663.659	-	184.754
Gastos gerais administrativos	-	-	16.998
Proveitos:			
Juros e rendimentos similares	221.655	4	5.884
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	2.344.349	-	168.580
Resultados de reavaliação cambial	1.256	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	196	-	48.057
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos	-	4.603	-
Outros resultados de exploração	-	-	99
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais:	17.063	-	46.941
Garantias recebidas	715	-	1.400
Compromissos perante terceiros	12.275	815	83.202
Operações cambiais e instrumentos derivados	23.074.154	-	1.157.897
Responsabilidades por prestação de serviços	2.938.302	36.426	8.742.557

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011, os saldos com entidades relacionadas apresentam a seguinte composição:

	Empresa que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
Activos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	9.444	-	18.537
Activos financeiros detidos para negociação	297.417	-	5.948
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	13.668
Aplicações em instituições de crédito	1.011.381	-	371.170
Crédito a clientes	-	-	32.502
Derivados de cobertura	136.090	-	-
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	134.050	-
Outros activos	21.016	5.395	23.014
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.440.410	-	68.602
Recursos de outras instituições de crédito	668.304	103.227	391.231
Recursos de clientes e outros empréstimos	108.163	11.004	711.466
Responsabilidades representadas por títulos	699.812	-	1.658.447
Derivados de cobertura	277.632	-	-
Passivos subordinados	-	-	4.328
Outros passivos	18.430	-	1.547
Custos:			
Juros e encargos similares	326.109	234	83.914
Encargos com serviços e comissões	1.118	-	269
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	2.901.332	-	200.887
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	75.247	-	-
Resultados de reavaliação cambial	2.418	-	-
Gastos gerais administrativos	-	16	35.203
Resultados de alienação de outros activos	2.817	-	-
Outros resultados de exploração	-	-	1
Proveitos:			
Juros e rendimentos similares	321.961	26	8.494
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	2.281.194	-	162.403
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	715
Rendimentos de serviços e comissões	588	721	96.663
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos	-	11.330	-
Outros resultados de exploração	-	-	176
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	475.879	-	32.935
Garantias recebidas	715	-	1.400
Compromissos perante terceiros	1.946	389	116.684
Operações cambiais e instrumentos derivados	24.154.065	-	1.200.737
Responsabilidades por prestação de serviços	3.532.924	35.717	8.511.057

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

ÓRGÃOS SOCIAISConselho de Administração

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência do Banco, ascendiam a mEuros 1.092 e mEuros 1.289, respectivamente. As remunerações fixas e variáveis totalizaram nestas datas mEuros 2.745 e mEuros 4.522, respectivamente.

O Grupo Santander, no qual está inserido o BST, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, o qual se encontra descrito na Nota 41 e que está dividido em ciclos. Para os membros do Conselho de Administração, o valor registado na rubrica de custos com o pessoal em 30 de Junho de 2012 e de 2011 é apresentado de seguida:

	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u>
Terceiro ciclo – PI11 - atribuídas em 2008 e a exercer em Julho de 2011	-	177
Quarto ciclo – PI12 - atribuídas em 2009 a exercer em Julho de 2012	85	152
Quinto ciclo – PI13 - atribuídas em 2010 a exercer em Julho de 2013	109	158
	-----	-----
	194	487
	===	===

Em 11 de Julho de 2011, foi finalizado o terceiro ciclo do plano de acções vinculado a objectivos. Nesse âmbito, o número total de acções atribuídas a membros do Conselho de Administração foi de 133.727, ao valor por acção de 7,511 euros.

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST estão integrados no plano de pensões do Acordo Colectivo de Trabalho para o sector bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.3. k).

Em Assembleia Geral de accionistas do BST de 30 de Maio de 2007 foi aprovado o “Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez”, aos membros executivos do Conselho de Administração do ex - BTA que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do BST em linha com o previamente definido no regulamento do ex-BTA. Os membros do Conselho de Administração cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. A fixação do montante do complemento da pensão de reforma será definida pela comissão de vencimentos quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos. Para este universo está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral de Segurança Social.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 as responsabilidades com este plano ascendiam a mEuros 10.127 e mEuros 9.686, respectivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica “Provisões para pensões e outros encargos” (Nota 22).

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme o Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do BST, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, o BST reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tinha direito até ao fim do seu mandato.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

46. PLANOS DE INCENTIVOS - ACÇÕES

Por decisão da Assembleia Geral de Accionistas do Banco Santander, S.A. foi aprovado o “Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander”. Este plano está dividido em ciclos, tendo sido aprovado até ao momento seis ciclos. O BST está também inserido neste plano.

Cada beneficiário do Plano tem direito a receber um número máximo de acções do Banco Santander. O número final atribuído é determinado multiplicando o número máximo de acções definido inicialmente pela soma de coeficientes indexados à evolução do Banco Santander comparativamente a outras entidades incluídas num grupo pré-definido. Esta comparação é medida em dois parâmetros: o retorno total para o accionista e o crescimento do lucro por acção, para os primeiros três ciclos, para os restantes ciclos a comparação e medida só para o retorno total para o accionista.

As datas de finalização dos ciclos do plano de acções vinculados a objectivos, o número total de acções atribuídas e o valor por acção, apresentam o seguinte detalhe:

<u>Ciclo</u>	<u>Data de finalização</u>	<u>Número total de acções atribuídas</u>	<u>Valor por acção</u>
Primeiro	6 de Julho de 2009	326.681	8,49
Segundo	8 de Julho de 2010	540.822	8,77
Terceiro	11 de Julho de 2011	571.640	7,51

Conforme descrito na Nota 1.3. n), o registo dos planos de incentivos de acções consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na demonstração dos resultados do ano, na rubrica de “Custos com pessoal”, na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços. A gestão, cobertura e execução dos planos é assegurada pelo Banco Santander, S.A. para todos os colaboradores abrangidos pelo Plano a nível mundial.

Em 30 de Junho de 2012 e 2011, o custo total do plano para todos os colaboradores do BST abrangidos pelo mesmo pode ser apresentado como segue:

<u>Plano de Acções vinculado a objectivos do Grupo Santander</u>	<u>30-06-2012</u>	<u>30-06-2011</u>
Terceiro ciclo - PI11	-	632
Quarto ciclo - PI12	575	575
Quinto ciclo - PI13	736	736
Sexto ciclo - PI14	533	-
	-----	-----
	1.844	1.943
	====	====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A disponibilização das acções está condicionada à permanência dos colaboradores no Grupo Santander. O custo por acção, bem como a data de disponibilização das acções encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Planos de acções	Número de acções	Valor do custo por acção (Euros)	Data prevista de entrega das acções	Número de colaboradores	Data de atribuição do direito
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2010:					
PI11	662.021	5,4419	Jul-2011	311	2008
PI12	754.339	4,5112	Jul-2012	311	2009
PI13	778.723	5,5707	Jul-2013	310	2010
Movimento em 2011:					
PI11 - Anulações (*)	(1.750)	-	-	(1)	-
PI11 - Acções disponibilizadas	(571.640)	-	Jul-2011	(321)	-
PI11 - Acções não disponibilizadas (**)	(95.001)	-	-	-	-
PI12 - Anulações (*)	(15.250)	-	-	(5)	-
PI13 - Anulações (*)	(13.870)	-	-	(4)	-
PI11 - Integração de colaboradores por entrada de empresas (***)	6.370	-	-	11	-
PI12 - Integração de colaboradores por entrada de empresas (***)	7.970	-	-	12	-
PI13 - Integração de colaboradores por entrada de empresas (***)	10.590	-	-	13	-
PI13 - Correções (****)	3.769	-	-	1	-
PI14 - Atribuição do direito	609.358	4,5254	Jul-2014	309	2011
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2011:					
PI12	747.059	4,5112	Jul-2012	318	2009
PI13	779.212	5,5707	Jul-2013	320	2010
PI14	609.358	4,5254	Jul-2014	309	2011
Movimento em 2012:					
PI12 - Anulações (*)	(74.339)	-	-	(2)	-
PI13 - Anulações (*)	(76.339)	-	-	(2)	-
Planos em vigor em 30 de Junho de 2012:					
PI12	672.720	4,5112	Jul-2012	316	2009
PI13	702.873	5,5707	Jul-2013	318	2010
PI14	609.358	4,5254	Jan-1900	309	2011

Notas:

(*) Anulação dos direitos atribuídos a beneficiários que não cumpriram os requisitos de permanência no Grupo Santander estabelecidos no Regulamento do Plano.

(**) Diferença entre o número máximo de acções atribuídas e o número de acções efectivamente entregues. O número de acções entregues resulta da aplicação de um coeficiente calculado em função do desempenho do Grupo Santander aplicado sobre o número máximo de acções atribuídas.

(***) Corresponde aos colaboradores provenientes da Totta IFIC e integrados no BST na sequência da fusão destas entidades ocorrida no primeiro semestre de 2011.

(****) Diferença entre os valores indicados pelo Santander Espanha em Dezembro de 2010 (Estimativa) e Março de 2011 (Real).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para os planos de acções vinculados a objectivos em vigor a 30 de Junho de 2012 (4º, 5º e 6º ciclos), o justo valor foi determinado de acordo com a seguinte metodologia:

- Considerou-se que os beneficiários permanecem no Grupo Santander durante o período de cada plano;
- O valor relacionado com a posição relativa do Retorno Total para o Accionista (RTA) foi determinado, na data de atribuição, com base no relatório de um perito independente que efectuou a sua valorização utilizando um modelo "MonteCarlo" com realização de 10.000 simulações para determinar o RTA de cada uma das entidades incluídas no grupo de comparáveis. Os resultados (cada um representa a entrega de um número de acções) são ordenados de acordo com um ranking decrescente, calculando uma média ponderada e descontando o montante à taxa de juro sem risco.

	<u>PI12</u>	<u>PI13</u>	<u>PI14</u>
Volatilidade (*)	42,36%	49,65%	51,35%
Rentabilidade anual do dividendo nos últimos anos	4,88%	6,34%	6,06%
Taxa de juro sem risco	2,040%	3,330%	4,073%

(*) Volatilidade histórica do período correspondente (2 ou 3 anos)

O resultado da aplicação do modelo de simulação assume um valor percentual de 55,42% para o PI12 e 62,62% para o PI13 e de 55,39% para o PI 14, aos quais se aplica 50% do valor atribuído para determinar o custo contabilístico do incentivo de RTA. Esta valorização, por se referir a uma condição de mercado, não é susceptível de ajustamento a partir da data de atribuição.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

47. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DA NORMA IFRS 7**BALANÇO**Categorias de instrumentos financeiros

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	30-06-2012				Valor líquido
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	102.887	176.542	-	279.429
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	117.563	66.281	-	183.844
Activos financeiros detidos para negociação	2.058.272	-	-	-	2.058.272
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.318	-	-	-	93.318
Activos financeiros disponíveis para venda	4.991.721	-	22.605	(62.035)	4.952.291
Aplicações em instituições de crédito	-	2.462.438	-	-	2.462.438
Crédito a clientes	51.954	29.104.014	-	(837.951)	28.318.017
Derivados de cobertura	196.633	-	-	-	196.633
	<u>7.391.898</u>	<u>31.786.902</u>	<u>265.428</u>	<u>(899.986)</u>	<u>38.544.242</u>

Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	6.851.615	-	-	6.851.615
Passivos financeiros detidos para negociação	1.855.892	-	-	-	1.855.892
Recursos de outras instituições de crédito	-	2.632.474	-	-	2.632.474
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.543.828	17.659.218	-	-	20.203.046
Responsabilidades representadas por títulos	3.708.060	2.055.387	-	-	5.763.447
Derivados de cobertura	314.027	-	-	-	314.027
Passivos subordinados	-	4.321	-	-	4.321
	<u>8.421.807</u>	<u>29.203.015</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>37.624.822</u>

	31-12-2011				Valor líquido
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	201.130	186.707	-	387.837
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	274.320	82.642	-	356.962
Activos financeiros detidos para negociação	1.995.784	-	-	-	1.995.784
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	80.121	-	-	-	80.121
Activos financeiros disponíveis para venda	4.481.477	-	22.798	(64.670)	4.439.605
Aplicações em instituições de crédito	-	2.692.911	-	-	2.692.911
Crédito a clientes	53.573	28.990.367	-	(671.913)	28.372.027
Derivados de cobertura	167.302	-	-	-	167.302
	<u>6.778.257</u>	<u>32.158.728</u>	<u>292.147</u>	<u>(736.583)</u>	<u>38.492.549</u>

Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	4.913.234	-	-	4.913.234
Passivos financeiros detidos para negociação	1.663.299	-	-	-	1.663.299
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.611.532	-	-	3.611.532
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.832.184	18.011.920	-	-	19.844.104
Responsabilidades representadas por títulos	4.816.609	2.577.256	-	-	7.393.865
Derivados de cobertura	282.889	-	-	-	282.889
Passivos subordinados	-	4.328	-	-	4.328
	<u>8.594.981</u>	<u>29.118.270</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>37.713.251</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2012 e no exercício de 2011, os movimentos de reclassificação de activos financeiros referem-se ao papel comercial e a Fundos de Investimento Imobiliário (Notas 7 9).

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura de justo valor são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção relativamente ao risco coberto.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2012 e 2011, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2012					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	4.079.823	(4.094.349)	(14.526)	-	-	-
Outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	13.196	-	13.196	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	162.663	(4.035)	158.628	137.653	-	137.653
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	29.364	-	29.364	-	-	-
Crédito a clientes	661.354	(312.631)	348.723	-	-	-
Derivados de cobertura	534.253	(568.328)	(34.075)	24.724	-	24.724
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(57.180)	(57.180)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	25.610	(240.989)	(215.379)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	80.400	(115.600)	(35.200)	-	-	-
Passivos subordinados	-	(108)	(108)	-	-	-
	<u>5.586.663</u>	<u>(5.393.220)</u>	<u>193.443</u>	<u>162.377</u>	<u>-</u>	<u>162.377</u>
Garantias prestadas	10.753	(6.886)	3.867	-	-	-
Linhas de crédito	8.544	(3.150)	5.394	-	-	-

	30-06-2011					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	2.826.430	(2.806.602)	19.828	-	-	-
Outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.087	(13.577)	(11.490)	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	86.230	(101.641)	(15.411)	-	(250.829)	(250.829)
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	46.272	-	46.272	-	-	-
Crédito a clientes	638.616	(201.271)	437.345	-	-	-
Derivados de cobertura	290.785	(350.836)	(60.051)	-	(12.479)	(12.479)
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(90.656)	(90.656)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	35.267	(165.742)	(130.475)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	137.399	(149.896)	(12.497)	-	-	-
Passivos subordinados	-	(205)	(205)	-	-	-
	<u>4.063.086</u>	<u>(3.880.426)</u>	<u>182.660</u>	<u>-</u>	<u>(263.308)</u>	<u>(263.308)</u>
Garantias prestadas	10.428	(29)	10.399	-	-	-

Os montantes referidos acima não incluem ganhos e perdas decorrentes da reavaliação cambial dos respectivos instrumentos financeiros que, em 30 de Junho de 2012 e 2011, correspondiam a ganhos líquidos nos montantes de mEuros 2.610 e mEuros 1.794, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos primeiros semestres de 2012 e 2011, os proveitos e custos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efectiva referentes a activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2012			30-06-2011		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.051	-	1.051	2.045	-	2.045
Disponibilidades em outras instituições de crédito	116	-	116	179	-	179
Activos financeiros disponíveis para venda	103.991	-	103.991	84.874	-	84.874
Aplicações em instituições de crédito	28.197	-	28.197	44.048	-	44.048
Crédito a clientes	537.866	(357)	537.509	500.410	(1.650)	498.760
	<u>671.221</u>	<u>(357)</u>	<u>670.864</u>	<u>1.324.745</u>	<u>(1.862)</u>	<u>1.322.883</u>
Passivo						
Recursos de bancos centrais	-	(29.976)	(29.976)	-	(21.336)	(21.336)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(27.204)	(27.204)	-	(69.090)	(69.090)
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.259	(240.301)	(236.042)	4.199	(161.281)	(157.082)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(95.565)	(95.565)	-	(97.891)	(97.891)
Passivos subordinados	-	(108)	(108)	-	(205)	(205)
	<u>4.259</u>	<u>(393.154)</u>	<u>(388.895)</u>	<u>8.373</u>	<u>(798.557)</u>	<u>(790.184)</u>
Garantias prestadas	9.531	-	9.531	9.842	-	9.842
Linhas de crédito	3.606	-	3.606	2.101	-	2.101

Nos primeiros semestres de 2012 e 2011 os proveitos e custos com comissões, não incluídas no cálculo da taxa efectiva, de activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2012			30-06-2011		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Activo						
Crédito a clientes	<u>27.394</u>	<u>(6.313)</u>	<u>21.081</u>	<u>21.751</u>	<u>(7.475)</u>	<u>40.217</u>
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos	<u>17.081</u>	<u>-</u>	<u>17.081</u>	<u>22.656</u>	<u>-</u>	<u>30.723</u>

O Banco reconheceu durante os primeiros semestres de 2012 e 2011 proveitos financeiros referentes a "Juros e rendimentos similares" com operações de crédito vencido ou em situação de imparidade, nos montantes de mEuros 4.601 e mEuros 4.424, respectivamente (Nota 29).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

OUTRAS DIVULGAÇÕESContabilidade de cobertura

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2012					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	45.702	46.100	5.841	51.941	45.704	(6.125)
Activos financeiros disponíveis para venda	2.075.000	2.097.838	266.968	2.364.806	2.075.000	(276.993)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.526.442)	(2.546.907)	3.079	(2.543.828)	2.538.599	1.953
Responsabilidades representadas por títulos	(3.585.136)	(3.625.688)	(82.372)	(3.708.060)	3.655.187	68.570
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	3.995.266	3.995.266	-	3.995.266	2.950.000	95.201
	<u>4.390</u>	<u>(33.391)</u>	<u>193.516</u>	<u>160.125</u>	<u>11.264.490</u>	<u>(117.394)</u>

	31-12-2011					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	47.809	48.242	5.327	53.569	47.811	(5.567)
Activos financeiros disponíveis para venda	2.075.000	2.118.714	210.141	2.328.855	2.075.000	(245.972)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.822.365)	(1.831.722)	(461)	(1.832.183)	1.811.861	2.600
Responsabilidades representadas por títulos	(4.696.585)	(4.753.741)	(62.868)	(4.816.609)	3.780.998	46.660
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	3.496.486	3.496.486	-	3.496.486	2.600.000	86.692
	<u>(899.655)</u>	<u>(922.021)</u>	<u>152.139</u>	<u>(769.882)</u>	<u>10.315.670</u>	<u>(115.587)</u>

Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência de cash flows que venham a afectar os resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2012					
	Até 3 meses	De 3 meses a seis meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
<u>Cobertura de fluxos de caixa</u>						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	(1.968)	(1.465)	25.656	53.114	19.864	95.201

	31-12-2011					
	Até 3 meses	De 3 meses a seis meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
<u>Cobertura de fluxos de caixa</u>						
Sw aps taxa de juro (interest rate sw ap)	18.568	5.780	(8.270)	56.938	13.676	86.692

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2012 e 2011, as ineficiências de cobertura não tiveram impacto ao nível da demonstração dos resultados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os ganhos e perdas reconhecidos nas demonstrações dos resultados dos semestres findos em 30 de Junho de 2012 e 2011, com operações de cobertura de justo valor, apresentam o seguinte detalhe:

	Resultados em activos e passivos ao justo valor através de resultados					
	30-06-2012			30-06-2011		
	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Líquido	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Líquido
Crédito a clientes	976	(976)	-	(1.076)	1.100	24
Activos financeiros disponíveis para venda	56.828	(56.828)	-	(14.886)	14.886	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.115	(2.909)	206	3.951	(4.216)	(265)
Responsabilidades representadas por títulos	(20.040)	19.683	(357)	83.281	(83.761)	(480)
	<u>40.879</u>	<u>(41.030)</u>	<u>(151)</u>	<u>71.270</u>	<u>(71.991)</u>	<u>(721)</u>

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2012		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	279.429	279.429
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	183.844	183.844
Activos financeiros detidos para negociação	2.058.272	-	2.058.272
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.318	-	93.318
Activos financeiros disponíveis para venda	4.936.379	15.912	4.952.291
Aplicações em instituições de crédito	-	2.462.438	2.462.438
Crédito a clientes	51.941	28.266.076	28.318.017
Derivados de cobertura	196.633	-	196.633
	<u>7.336.543</u>	<u>31.207.699</u>	<u>38.544.242</u>
Passivo			
Recursos de bancos centrais	-	6.851.615	6.851.615
Passivos financeiros detidos para negociação	1.855.892	-	1.855.892
Recursos de outras instituições de crédito	-	2.632.474	2.632.474
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.543.828	17.659.218	20.203.046
Responsabilidades representadas por títulos	3.708.060	2.055.387	5.763.447
Derivados de cobertura	314.027	-	314.027
Passivos subordinados	-	4.321	4.321
	<u>8.421.807</u>	<u>29.203.015</u>	<u>37.624.822</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2011		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	387.837	387.837
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	356.962	356.962
Activos financeiros detidos para negociação	1.995.784	-	1.995.784
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	80.121	-	80.121
Activos financeiros disponíveis para venda	4.423.499	16.106	4.439.605
Aplicações em instituições de crédito	-	2.692.911	2.692.911
Crédito a clientes	53.568	28.318.459	28.372.027
Derivados de cobertura	167.302	-	167.302
	<u>6.720.274</u>	<u>31.772.275</u>	<u>38.492.549</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	-	4.913.234	4.913.234
Passivos financeiros detidos para negociação	1.663.299	-	1.663.299
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.611.532	3.611.532
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.832.184	18.011.920	19.844.104
Responsabilidades representadas por títulos	4.816.609	2.577.256	7.393.865
Derivados de cobertura	282.889	-	282.889
Passivos subordinados	-	4.328	4.328
	<u>8.594.981</u>	<u>29.118.270</u>	<u>37.713.251</u>

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o justo valor de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor, ou sujeitos a correcções de justo valor de acordo com a aplicação da contabilidade de cobertura, apresentava o seguinte detalhe:

	30-06-2012					
	Custo de aquisição	Periodificações	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações	Valor líquido contabilístico
<u>Activo</u>						
Activos financeiros detidos para negociação	227.193	-	1.831.079	-	-	2.058.272
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	90.855	3.779	(1.316)	-	-	93.318
Activos financeiros disponíveis para venda	5.471.406	55.645	(802.297)	266.968	(55.343)	4.936.379
Crédito a clientes	45.702	410	-	5.841	(12)	51.941
Derivados de cobertura	-	-	196.633	-	-	196.633
	<u>5.835.156</u>	<u>59.834</u>	<u>1.224.099</u>	<u>272.809</u>	<u>(55.355)</u>	<u>7.336.543</u>
<u>Passivo</u>						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.855.892	-	-	1.855.892
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.526.442	20.464	-	(3.078)	-	2.543.828
Responsabilidades representadas por títulos	3.585.136	40.551	-	82.373	-	3.708.060
Derivados de cobertura	-	-	314.027	-	-	314.027
	<u>6.111.578</u>	<u>61.015</u>	<u>2.169.919</u>	<u>79.295</u>	<u>-</u>	<u>8.421.807</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2011					Valor líquido contabilístico
	Custo de aquisição	Periodi- ficações	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações	
Activo						
Activos financeiros detidos para negociação	286.984	-	1.708.800	-	-	1.995.784
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	91.202	1.340	(12.421)	-	-	80.121
Activos financeiros disponíveis para venda	5.127.670	83.579	(939.913)	210.141	(57.978)	4.423.499
Crédito a clientes	47.809	437	-	5.327	(5)	53.568
Derivados de cobertura	-	-	167.302	-	-	167.302
	5.553.665	85.356	923.768	215.468	(57.983)	6.720.274
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.663.299	-	-	1.663.299
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.822.365	9.357	-	462	-	1.832.184
Responsabilidades representadas por títulos	4.696.585	57.156	-	62.868	-	4.816.609
Derivados de cobertura	-	-	282.889	-	-	282.889
	6.518.950	66.513	1.946.188	63.330	-	8.594.981

Para apuramento do justo valor, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados activos dos instrumentos financeiros ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de actualização de fluxos de caixa futuros. Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor ou sujeitos a correcções de valor por operações de cobertura, apresenta o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	30-06-2012			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização		Total
	(Nível 2)	(Nível 3)		
Activo				
Activos financeiros detidos para negociação	227.193	1.831.079	-	2.058.272
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.318	-	-	93.318
Activos financeiros disponíveis para venda	4.638.213	280.157	18.009	4.936.379
Crédito a clientes	-	51.941	-	51.941
Derivados de cobertura	-	196.633	-	196.633
	4.958.724	2.359.810	18.009	7.336.543
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.855.892	-	1.855.892
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	2.543.828	-	2.543.828
Responsabilidades representadas por títulos	-	3.708.060	-	3.708.060
Derivados de cobertura	-	314.027	-	314.027
	-	8.421.807	-	8.421.807

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2011			Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	
<u>Activo</u>				
Activos financeiros detidos para negociação	287.010	1.708.774	-	1.995.784
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	80.121	-	-	80.121
Activos financeiros disponíveis para venda	3.615.429	804.088	3.982	4.423.499
Crédito a clientes	-	53.568	-	53.568
Derivados de cobertura	-	167.302	-	167.302
	<u>3.982.560</u>	<u>2.733.732</u>	<u>3.982</u>	<u>6.720.274</u>
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.663.299	-	1.663.299
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	1.832.184	-	1.832.184
Responsabilidades representadas por títulos	-	4.816.609	-	4.816.609
Derivados de cobertura	-	282.889	-	282.889
	-	<u>8.594.981</u>	-	<u>8.594.981</u>

A valorização dos activos e passivos financeiros do Banco compreendem três níveis nos termos da IFRS 7:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados activos, compreendendo maioritariamente dívida pública, dívida privada e acções.
- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de modelos internos de valorização que utilizam como inputs significativos dados observáveis de mercado. Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de actualização de cash flows futuros e a modelos de valorização baseados no modelo “Black-Scholes” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de actualização de cash flows futuros (“método do valor presente”) actualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado.

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

<u>Instrumento financeiro derivado</u>	<u>Principais técnicas de valorização</u>
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
FRA's	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

- Nível 3 – O Banco classifica neste nível os instrumentos financeiros que são valorizados através de modelos internos com alguns inputs que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados alguns títulos não cotados em mercados activos para os quais o Banco utiliza extrapolações de dados de mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A curva de taxa de juro para os prazos e moedas mais representativas são as seguintes:

	30/06/2012		31/12/2011	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	0,60%	0,30%	1,00%	0,30%
1 mês	0,38%	0,23%	1,10%	1,55%
3 meses	0,66%	0,51%	1,40%	1,85%
6 meses	0,93%	0,78%	1,65%	2,15%
9 meses	1,08%	1,00%	1,83%	2,25%
1 ano	1,23%	1,30%	1,98%	2,40%
3 anos	0,95%	0,63%	1,39%	0,88%
5 anos	1,30%	0,96%	1,74%	1,28%
7 anos	1,64%	1,33%	2,07%	1,69%
10 anos	1,98%	1,75%	2,38%	2,06%

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou custo histórico era o seguinte:

	30-06-2012		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	279.429	279.429	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	183.844	183.844	-
Activos financeiros disponíveis para venda	15.912	15.912	-
Aplicações em instituições de crédito	2.462.438	2.595.457	133.019
Crédito a clientes	28.266.076	25.911.616	(2.354.460)
	<u>31.207.699</u>	<u>28.986.258</u>	<u>(2.221.441)</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	(6.851.615)	(6.862.423)	(10.808)
Recursos de outras instituições de crédito	(2.632.474)	(2.652.316)	(19.842)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(17.659.218)	(17.780.569)	(121.351)
Responsabilidades representadas por títulos	(2.055.387)	(1.567.240)	488.147
Passivos subordinados	(4.321)	(4.287)	34
	<u>(29.203.015)</u>	<u>(28.866.835)</u>	<u>336.180</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2011		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	387.837	387.837	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	356.962	356.962	-
Activos financeiros disponíveis para venda	16.106	16.106	-
Aplicações em instituições de crédito	2.692.911	2.889.517	196.606
Crédito a clientes	28.318.459	26.139.361	(2.179.098)
	<u>31.772.275</u>	<u>29.789.783</u>	<u>(1.982.492)</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	(4.913.234)	(4.883.949)	29.285
Recursos de outras instituições de crédito	(3.611.532)	(3.534.077)	77.455
Recursos de clientes e outros empréstimos	(18.011.920)	(18.070.005)	(58.085)
Responsabilidades representadas por títulos	(2.577.256)	(1.740.447)	836.809
Passivos subordinados	(4.328)	(4.263)	65
	<u>(29.118.270)</u>	<u>(28.232.741)</u>	<u>885.529</u>

Em 30 de Junho de 2012, caso fosse calculado o justo valor da maior parte dos passivos emitidos sujeitos a operações de cobertura incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos (segunda e terceira emissão das obrigações hipotecárias), o mesmo seria inferior ao respectivo valor absoluto registado em balanço por aproximadamente mEuros 244.613 (mEuros 596.042 a 31 de Dezembro de 2011).

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os fluxos futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário.
- O justo valor do crédito concedido a taxa variável foi determinado tendo em consideração o spread médio da produção do último trimestre do ano, para efeito do desconto dos fluxos futuros da carteira. Quanto aos créditos concedidos a taxa fixa, os fluxos futuros foram descontados às taxas médias que o Banco estava a praticar no último trimestre do ano;
- Para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor é igual ao valor de balanço. Para os depósitos a prazo foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados no último mês do ano para cada tipo de depósito;
- No caso das responsabilidades representadas por títulos foi efectuado o desconto dos fluxos futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do ano;
- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos fluxos de caixa futuros, foram utilizadas as taxas de juro de mercado e os prazos residuais para cada emissão.

GESTÃO DE RISCOS**RISCO DE CRÉDITO**

A gestão do risco de crédito no Banco abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rentabilidade ajustada ao risco respectivo, tanto numa perspectiva global, como dentro de cada área de actividade.

A gestão de riscos de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos do Grupo, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito) e *rating* utilizados no Banco.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transacções nos mercados financeiros, correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Banco. Os tipos de transacções abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transacções, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efectuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a actualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo actual de substituição) com o respectivo Risco Potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a exposição máxima a risco de crédito e o respectivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2012		31-12-2011	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	279.429	279.429	387.837	387.837
Disponibilidades em outras instituições de crédito	183.844	183.844	356.962	356.962
Activos financeiros detidos para negociação	2.058.272	2.058.272	1.995.784	1.995.784
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.318	93.318	80.121	80.121
Activos financeiros disponíveis para venda	4.952.291	4.952.291	4.439.605	4.439.605
Aplicações em instituições de crédito	2.462.438	2.462.438	2.692.911	2.692.911
Crédito a clientes	28.318.017	34.276.044	28.372.027	34.382.026
Derivados de cobertura	196.633	196.633	167.302	167.302
Investimentos em associadas	142.763	142.763	133.052	133.052
	<u>38.544.242</u>	<u>44.502.269</u>	<u>38.492.549</u>	<u>44.502.548</u>
Garantias prestadas	1.540.634	1.540.634	2.058.818	2.058.818

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 (PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A exposição máxima em “Crédito a clientes” em 30 de Junho de 2012, inclui mEuros 1.399.910 e mEuros 4.558.117 referente a linhas de crédito irrevogáveis e linhas de crédito revogáveis, respectivamente (mEuros 1.217.742 e mEuros 4.792.257 em 31 de Dezembro de 2011, respectivamente).

Crédito concedido

Periodicamente, o Banco analisa o crédito a clientes e outros valores a receber para identificar evidências de imparidade. Para efeitos de análise colectiva de perdas por imparidade, efectua a segmentação da carteira de crédito de acordo com o tipo de produto e tipo de cliente associado às operações (Nota 11). Neste âmbito, em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o crédito concedido a clientes sem indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Crédito ao consumo	1.054.046	1.111.840
Crédito à habitação	15.106.173	15.384.875
Outros créditos concedidos a particulares	444.861	435.914
Cartões de crédito de particulares	242.329	250.675
Total de crédito a particulares sem indícios de imparidade	<u>16.847.409</u>	<u>17.183.304</u>
Crédito concedido a grandes empresas	1.532.047	1.361.928
Crédito concedido a médias empresas	4.306.646	4.684.117
Crédito concedido a pequenas empresas	611.020	652.240
Leasing	903.143	1.045.821
Factoring	1.175.875	1.271.079
Cartões de crédito de empresas	11.691	12.144
Crédito concedido a instituições financeiras	-	1
Papel comercial	1.481.295	655.200
Total de crédito a empresas sem indícios de imparidade	<u>10.021.717</u>	<u>9.682.530</u>
Garantias prestadas	1.451.153	1.988.824
Total de crédito concedido sem indícios de imparidade	<u>28.320.279</u>	<u>28.854.658</u>

As análises de risco para clientes ou grupos económicos onde o Banco tem uma exposição superior a 500.000 euros são efectuadas por analistas de riscos que acompanham os clientes e suportadas por modelos de rating desenvolvido pelo Banco e aprovados pelas entidades reguladoras. Estes modelos são de elaboração obrigatória. A atribuição de vários níveis de rating interno, que variam de 1 a 9, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente, uma probabilidade de default a um ano que o banco monitoriza e calibra de forma constante e regular. Em termos concretos o rating vem determinado pela análise dos seguintes factores:

- . Procura/Mercado;
- . Sócios/Gestão;
- . Acesso ao crédito;
- . Rentabilidade;
- . Geração de fluxos;
- . Solvência.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 (PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A estes factores é atribuída uma classificação de 1 (mínimo) a 9 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

Ponderadores	Grandes empresas	Pequenas e médias Empresas
Procura/Mercado	20%	20%
Sócios/Gestão	15%	15%
Acesso ao crédito	10%	10%
Rentabilidade	15%	55%
Geração de fluxos	25%	
Solvência	15%	

O rating é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o sector e bases de dados externas. O rating final por área parcial de valoração é posteriormente introduzido no sistema informático do Banco.

Genericamente, a classificação de rating interno do Banco pode ser descrito e classificado da seguinte forma:

- Rating 1 – 3: Cliente com risco de crédito elevado;
- Rating 4 – 6: Cliente com risco de crédito moderado;
- Rating 7 – 9: Cliente com risco de crédito reduzido.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o crédito concedido a empresas sem indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe por rating interno:

	30-06-2012		31-12-2011	
	Crédito concedido	Garantias prestadas	Crédito concedido	Garantias prestadas
Rating 7 - 9	319.735	41.441	369.368	41.815
Rating 4 - 6	6.138.664	1.176.203	6.142.092	1.214.133
Rating 1 - 3	610.190	84.228	697.212	85.918
	7.068.589	1.301.872	7.208.672	1.341.866
Sem Rating	1.460.142	112.181	1.806.513	160.073
	8.528.731	1.414.053	9.015.185	1.501.939
Cartões de crédito de empresas	11.691	-	12.144	-
Instituições Financeiras	-	37.101	1	486.885
Papel comercial	1.481.295	-	655.200	-
	10.021.717	1.451.153	9.682.530	1.988.824

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 (PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Relativamente ao crédito concedido a particulares sem indícios de imparidade, as provisões obtidas a partir do modelo de imparidade em vigor no Banco em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 ascendem a mEuros 54.422 e mEuros 37.437, respectivamente, correspondentes a percentagens nas mesmas datas de 0,32% e 0,22%, respectivamente.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o crédito concedido a clientes com indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Vincendo	1.327.862	.409.667
Vencido		
. Até 90 dias	57.279	54.267
. Entre 90 e 180 dias	115.532	97.880
. Mais de 180 dias	711.465	529.589
	-----	-----
	<u>2.212.138</u>	<u>2.091.403</u>
	=====	=====
Garantias prestadas	90.044	70.559
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o montante de crédito vencido ou com imparidade apurada através de análise específica que se encontra colateralizado por garantia hipotecária, por penhor de depósitos no Banco, por títulos de dívida emitidos pela própria instituição ou sem garantia, apresenta a seguinte composição:

	<u>30-06-2012</u>		<u>31-12-2011</u>	
	<u>Capital em dívida</u>	<u>Valorização da garantia/colateral</u>	<u>Capital em dívida</u>	<u>Valorização da garantia/colateral</u>
Crédito vencido ou em imparidade apurado através de análise individual:				
Garantia superior ao capital em dívida	463.754	1.492.480	464.167	972.751
Garantia inferior ao capital em dívida	192.338	42.159	554.772	215.718
Sem garantia	1.209.116	-	1.474.172	-
	<u>1.865.208</u>	<u>1.534.639</u>	<u>2.493.111</u>	<u>1.188.469</u>

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o valor de balanço das garantias ou outros colaterais executados no âmbito de operações de crédito concedido ascende a mEuros 243.296 e mEuros 215.389, respectivamente, e apresenta o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Activos recebidos em dação em pagamento (Nota 13)		
. Imóveis	207.921	177.737
. Equipamento	5.157	3.982
. Unidades de participação	18.663	-
Outros activos recebidos em dação em pagamento (nota 17)	101.569	89.888
Activos financeiros disponíveis para venda	22.121	40.784
	<u>355.431</u>	<u>312.391</u>
Imparidade de activos recebidos em dação em pagamento		
. Imóveis	(62.676)	(53.639)
. Equipamento	(3.631)	(2.785)
. Outros	(23.707)	(18.456)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	(22.121)	(22.121)
	<u>(112.135)</u>	<u>(97.001)</u>
	<u>243.296</u>	<u>215.390</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o valor de balanço referente a instrumentos de dívida apresenta o seguinte detalhe, por rating externo:

	<u>30-06-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Rating S&P		
BBB+ / BBB / BBB-	93.318	80.121
	<u>93.318</u>	<u>80.121</u>
Activos financeiros disponíveis para venda		
Rating S&P		
AA+ / AA / AA-	8.404	1.628.499
BBB+ / BBB / BBB-	1.501.933	1.578.621
BB+ / BB / BB-	2.752.512	209.729
Sem rating externo	504.514	954.434
	<u>4.767.363</u>	<u>4.371.283</u>
	<u>4.860.681</u>	<u>4.451.404</u>

RISCO DE LIQUIDEZ

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM)*, o Comité de Activos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria, Comercial, *Marketing* e Internacional. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de ALM são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Grupo considera a evolução dos agregados do Balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*. Nesse sentido, contribui para a adequação estrutural a emissão de obrigações de médio prazo colocadas junto dos clientes de retalho.

No âmbito da sua política de liquidez, em 30 de Junho de 2012, o Banco tem um programa de Euro Medium Term Notes (EMTN) de mEuros 10.000.000, do qual estão utilizados mEuros 1.226.550.

De referir que não é realizada pelo Banco qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os cashflows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2012							Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	176.609	254	780	2.085	2.088	149.821	-	331.637
Disponibilidades em outras instituições de crédito	183.844	-	-	-	-	-	-	183.844
Activos financeiros detidos para negociação	2.058.272	-	-	-	-	-	-	2.058.272
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	4.909	-	94.901	-	-	-	99.810
Activos financeiros disponíveis para venda	2	27.046	1.574.655	2.033.275	252.501	2.253.240	243.777	6.384.496
Aplicações em instituições de crédito	1.343.988	394.891	37.085	376.561	321.997	160.632	-	2.635.154
Crédito a clientes	506.185	3.233.352	4.520.311	4.778.801	3.150.933	18.757.000	-	34.946.582
Derivados de cobertura	196.633	-	-	-	-	-	-	196.633
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	143.263	143.263
	4.465.533	3.660.452	6.132.831	7.285.623	3.727.519	21.320.693	387.040	46.979.691
Passivo								
Recursos de bancos centrais	1.830.155	-	-	5.154.467	-	-	-	6.984.622
Passivos financeiros detidos para negociação	1.855.892	-	-	-	-	-	-	1.855.892
Recursos de outras instituições de crédito	233.191	1.670.946	58.361	434.135	293.167	-	-	2.689.800
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.798.379	4.205.686	5.055.628	2.961.308	2.601.531	243.395	-	20.865.927
Responsabilidades representadas por títulos	82.570	278.975	1.491.158	2.584.182	481.261	1.210.342	-	6.128.488
Derivados de cobertura	314.027	-	-	-	-	-	-	314.027
Passivos subordinados	-	4.341	-	-	-	-	-	4.341
	10.114.214	6.159.948	6.605.147	11.134.092	3.375.959	1.453.737	-	38.843.097
31-12-2011								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	186.840	508	1.535	4.076	4.081	290.803	-	487.843
Disponibilidades em outras instituições de crédito	356.962	-	-	-	-	-	-	356.962
Activos financeiros detidos para negociação	1.995.784	-	-	-	-	-	-	1.995.784
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	4.909	94.901	-	-	-	99.810
Activos financeiros disponíveis para venda	34.652	1.095.018	239.605	1.439.120	881.861	2.317.414	132.061	6.139.731
Aplicações em instituições de crédito	1.318.976	587.418	6.965	79.838	659.418	364.647	-	3.017.262
Crédito a clientes	320.687	3.160.729	5.293.895	6.481.685	4.245.405	14.734.212	-	34.236.613
Derivados de cobertura	167.302	-	-	-	-	-	-	167.302
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	133.552	133.552
	4.381.203	4.843.673	5.546.909	8.099.620	5.790.765	17.707.076	265.613	46.634.859
Passivo								
Recursos de bancos centrais	-	2.517.830	-	-	2.475.600	-	-	4.993.430
Passivos financeiros detidos para negociação	1.663.299	-	-	-	-	-	-	1.663.299
Recursos de outras instituições de crédito	898.441	1.767.346	52.556	196.904	700.795	95.203	-	3.711.245
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.659.027	5.445.875	4.596.317	2.387.104	2.141.908	199.668	-	20.429.899
Responsabilidades representadas por títulos	62.919	100.261	1.825.804	3.692.185	693.491	1.655.971	-	8.030.631
Derivados de cobertura	282.889	-	-	-	-	-	-	282.889
Passivos subordinados	-	4.350	-	-	-	-	-	4.350
	8.566.575	9.835.662	6.474.677	6.276.193	6.011.794	1.950.842	-	39.115.743

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Grupo na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua actividade, nomeadamente os seguintes:

- Os fluxos previsionais de activos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;
- Os instrumentos financeiros classificados com “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista”, com excepção dos investimentos em associadas e instrumentos de capital registados como activos disponíveis para venda, que foram considerados com maturidade indeterminada. Activos e passivos financeiros não estruturais correspondem a activos não sujeitos a variações de taxa de juro (caixa, disponibilidades em instituições de crédito, instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda e investimentos em associadas) e activos e passivos de negociação, cuja gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado. Neste âmbito, o Grupo considera o justo valor dos activos e passivos de negociação como o seu valor transaccional exigível à vista;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram considerados com uma maturidade média de 25 meses;
- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um activo financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a actividade de negociação do Grupo Santander Totta, consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos. Esta medida é apenas utilizada na gestão de tesouraria ao nível do Grupo, uma vez que o Banco usa medidas de sensibilidade específicas.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente estão implementadas outras medidas que permitem um controlo adicional dos riscos. Para condições anormais de mercado procede-se à Análise de Cenários (*Stress Testing*), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar as eventuais incidências que possam existir para a sua correcção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objectivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

O Banco utiliza medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das actividades de derivados, devido ao seu carácter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e
- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (*Loss Triggers* e *Stop Losses*).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, o modelo utilizado na análise permite medir e controlar todos os factores associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a sensibilidade da margem financeira e a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos do balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Risco de taxa de juro

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2012				
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	102.887	176.542	-	279.429
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	183.844	-	183.844
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	227.193	1.831.079	2.058.272
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	90.855	-	2.463	-	93.318
Activos financeiros disponíveis para venda	4.902.999	347.235	(297.943)	-	4.952.291
Aplicações em instituições de crédito	1.905.131	183.185	374.122	-	2.462.438
Crédito a clientes	1.684.658	26.519.279	114.080	-	28.318.017
Derivados de cobertura	-	-	-	196.633	196.633
	8.583.643	27.152.586	780.301	2.027.712	38.544.242
Passivo					
Recursos de bancos centrais	29.786	6.800.018	21.811	-	6.851.615
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.855.892	1.855.892
Recursos de outras instituições de crédito	2.120.608	385.941	125.925	-	2.632.474
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.026.251	4.938.539	238.256	-	20.203.046
Responsabilidades representadas por títulos	3.713.286	1.926.321	123.840	-	5.763.447
Derivados de cobertura	-	-	-	314.027	314.027
Passivos subordinados	-	4.274	47	-	4.321
	20.889.931	14.055.093	509.879	2.169.919	37.624.822
31-12-2011					
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	201.130	186.707	-	387.837
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	356.962	-	356.962
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	287.032	1.708.752	1.995.784
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	91.202	-	(11.081)	-	80.121
Activos financeiros disponíveis para venda	4.190.407	828.000	(578.802)	-	4.439.605
Aplicações em instituições de crédito	2.248.983	305.621	138.307	-	2.692.911
Crédito a clientes	2.141.904	26.135.221	94.902	-	28.372.027
Derivados de cobertura	-	-	-	167.302	167.302
	8.672.496	27.469.972	474.027	1.876.054	38.492.549
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	4.900.007	13.227	-	4.913.234
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.663.299	1.663.299
Recursos de outras instituições de crédito	2.850.564	617.229	143.739	-	3.611.532
Recursos de clientes e outros empréstimos	14.403.256	5.177.142	263.706	-	19.844.104
Responsabilidades representadas por títulos	4.838.253	2.432.154	123.458	-	7.393.865
Derivados de cobertura	-	-	-	282.889	282.889
Passivos subordinados	-	4.274	-	54	4.328
	22.092.073	13.130.806	544.130	1.946.242	37.713.251

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Instrumentos financeiros – balanço estrutural (exclui activos e passivos de negociação)

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos activos e passivos, com base em deslocamentos de 100 basis points (bp's) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os activos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respectiva contribuição para a margem financeira sofrem alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;
- Os activos e passivos são agrupados em agregados homogéneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;
- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);
- Por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;
- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;
- Por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;
- Para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados;
- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos activos e passivos e por diferença entre os mesmos o gap de risco de taxa de juro de cada intervalo.

O gap de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;
- Pressupõe variações paralelas das taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro;
- Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspectiva da variação do Valor Patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com gaps positivos e um incremento de valor nos gaps negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise.
- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os activos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis.
- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva spot da data de análise com a curva *forward* subjacente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 (PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- Características das novas operações “New Business” (Prazo, repreciação, volumes, spread, indexante, etc) – utilizam-se a condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas directrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a sensibilidade do valor patrimonial destes instrumentos financeiros a variações de 100 basis points (bp's) corresponde a:

	30-06-2012		31-12-2011	
	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.017	(941)	1.954	(1.954)
Activos financeiros disponíveis para venda	2.516	(2.437)	2.503	(2.499)
Aplicações em instituições de crédito	14.422	(13.703)	3.076	(3.077)
Crédito a clientes	211.071	(205.823)	203.667	(203.378)
	<u>229.026</u>	<u>(222.904)</u>	<u>211.200</u>	<u>(210.908)</u>
Derivados de cobertura	<u>(39.021)</u>	<u>39.152</u>	<u>(37.970)</u>	<u>37.966</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	50.139	(38.328)	47.278	(47.278)
Recursos de outras instituições de crédito	34.805	(33.961)	11.853	(11.844)
Recursos de clientes e outros empréstimos	79.724	(73.941)	88.286	(84.198)
Responsabilidades representadas por títulos	14.764	(14.624)	18.692	(18.654)
	<u>179.432</u>	<u>(160.854)</u>	<u>166.109</u>	<u>(161.974)</u>

Instrumentos financeiros - negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o qual se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia.
- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respectivamente, da distribuição de perdas e ganhos).
- Factor de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos factores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O factor de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente pela Metodologia de Risco de Mercado.

De qualquer forma, os valores do VaR são os que forem maiores quando se realiza o cálculo com o factor de decaimento em vigor e o cálculo com pesos uniformes.

- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em Euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, os valores do VaR são reportados em dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades.
- Janela temporal de dados de mercado: É utilizar uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos de 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O Var Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 (PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo da distribuição de possíveis variações nos factores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interações entre os factores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico seleccionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respectiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados, e ficam recolhidos nos valores do VaR, os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos factores de mercado.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o VAR associado ao risco de taxa de juro corresponde a:

	30-06-2012	31-12-2011
VaR Percentil 99%	(27)	(34)
VaR Weighted Percentil 99%	(25)	(25)

Risco cambial

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes e é efectuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	30-06-2012			Total
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	
<i>Activo</i>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	276.215	1.679	1.535	279.429
Disponibilidades em outras instituições de crédito	142.628	34.134	7.082	183.844
Activos financeiros detidos para negociação	2.047.519	10.623	130	2.058.272
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.318	-	-	93.318
Activos financeiros disponíveis para venda	4.942.506	9.785	-	4.952.291
Aplicações em instituições de crédito	2.058.064	370.170	34.204	2.462.438
Crédito a clientes	28.221.250	57.863	38.904	28.318.017
Derivados de cobertura	195.784	849	-	196.633
	37.977.284	485.103	81.855	38.544.242
<i>Passivo</i>				
Recursos de bancos centrais	6.821.829	29.786	-	6.851.615
Passivos financeiros detidos para negociação	1.842.473	13.335	84	1.855.892
Recursos de outras instituições de crédito	2.282.049	339.540	10.885	2.632.474
Recursos de clientes e outros empréstimos	19.120.851	904.214	177.981	20.203.046
Responsabilidades representadas por títulos	5.763.447	-	-	5.763.447
Derivados de cobertura	313.264	763	-	314.027
Passivos subordinados	4.321	-	-	4.321
	36.148.234	1.287.638	188.950	37.624.822

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(PRO FORMA)

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2011			Total
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	382.103	3.631	2.103	387.837
Disponibilidades em outras instituições de crédito	320.314	23.126	13.522	356.962
Activos financeiros detidos para negociação	1.988.164	7.472	148	1.995.784
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	80.121	-	-	80.121
Activos financeiros disponíveis para venda	4.429.999	9.606	-	4.439.605
Aplicações em instituições de crédito	2.295.560	378.576	18.775	2.692.911
Crédito a clientes	28.281.995	51.966	38.066	28.372.027
Derivados de cobertura	166.846	456	-	167.302
	<u>37.945.102</u>	<u>474.833</u>	<u>72.614</u>	<u>38.492.549</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	4.913.234	-	-	4.913.234
Passivos financeiros detidos para negociação	1.655.678	7.473	148	1.663.299
Recursos de outras instituições de crédito	3.126.454	475.918	9.160	3.611.532
Recursos de clientes e outros empréstimos	18.794.630	891.766	157.708	19.844.104
Responsabilidades representadas por títulos	7.393.865	-	-	7.393.865
Derivados de cobertura	282.079	810	-	282.889
Passivos subordinados	4.328	-	-	4.328
	<u>36.170.268</u>	<u>1.375.967</u>	<u>167.016</u>	<u>37.713.251</u>

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o VaR associado ao risco cambial corresponde a:

	30-06-2012	31-12-2011
VaR Percentil 99%	(7)	(16)
VaR Weighted Percentil 99%	(5)	(9)

Risco de cotações de activosInstrumentos financeiros - negociação

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o Banco não tinha risco associado a cotações de activos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 (Nota 21)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Correcções de Valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado							
Obrigações em Circulação											
Obrigações de Caixa											
AutoCallable 80-20	EUR	1.611	-	1.611	-	(255)	1.356	Variável	7-Jun-2011	7-Jun-2013	Cabaz de Ações
AutoCallable 80-20 2ª serie	EUR	2.950	-	2.950	-	(116)	2.834	Variável	30-Ago-2010	30-Ago-2013	Cabaz de Ações
Cabaz Mundial Outubro 2012	EUR	7.050	-	7.050	-	(2.845)	4.205	Variável	12-Out-2009	12-Out-2012	Cabaz de índices
Europa 5	EUR	7.424	-	7.424	-	(62)	7.362	Variável	8-Mar-2010	8-Mar-2013	Cabaz de ações
Europa 5 2ªserie	EUR	3.094	-	3.094	-	(22)	3.072	Variável	25-Mai-2010	25-Mai-2013	Cabaz de ações
Europa 155	EUR	1.920	-	1.920	-	(34)	1.886	Variável	28-Jun-2010	28-Jun-2014	2 índices accionistas
Obrigações Europa 2ªSerie	EUR	1.210	-	1.210	-	-	1.210	Variável	9-Nov-2009	9-Nov-2012	Cabaz de ações
Performance Mais	EUR	63.096	6.367	56.729	354	2.355	59.438	Variável	24-Nov-2009	24-Nov-2014	Cabaz indices
Performance Mais II	EUR	13.731	-	13.731	75	487	14.293	Variável	22-Dez-2009	15-Jan-2015	Cabaz indices
Rendimento Europeu	EUR	99.796	12.434	87.362	920	4.021	92.303	Variável	6-Ago-2009	6-Ago-2014	Índice accionista
Rendimento Global	EUR	3.767	-	3.767	-	(21)	3.746	Variável	18-Jan-2010	18-Jan-2013	Cabaz de ações
ST Diversificação Invest 2ª amortização Clientes	EUR	28.008	8.977	19.031	1.140	1.668	21.839	Variável	17-Mar-2009	28-Mar-2013	EUR/USD
ST Diversificação Invest 3ª amortização Clientes	EUR	19.817	786	19.031	-	-	19.031	Variável	17-Mar-2009	28-Mar-2015	cabaz indices
ST Diversificação Invest 4ª amortização Clientes	EUR	23.913	4.882	19.031	-	-	19.031	Variável	17-Mar-2009	28-Mar-2017	cabaz indices
Super Rendimento Campeão Clientes	EUR	58.907	7.414	51.493	-	(36)	51.457	Variável	23-Ago-2007	23-Nov-2012	Cabaz de 5 ações
Valorização Performance 5 anos	EUR	21.533	-	21.533	189	2	21.724	Variável	30-Set-2010	30-Set-2015	Cabaz de índices
Valorização Performance 5 anos OUTUBRO 2010	EUR	9.993	-	9.993	83	(57)	10.019	Variável	2-Nov-2010	2-Nov-2015	Cabaz de índices
Valorização Dolar	EUR	3.645	-	3.645	-	(24)	3.621	Variável	12-Abr-2010	12-Abr-2013	Taxa de cambio EUR/USD
Top Alemanha	EUR	65.042	-	65.042	896	1.448	67.386	Variável	14-Fev-2011	13-Fev-2015	Cabaz de Ações
Top Alemanha Fevereiro 2011	EUR	57.892	-	57.892	951	983	59.826	Variável	9-Mar-2011	9-Mar-2015	Cabaz de Ações
Valorização China	EUR	56.379	-	56.379	694	731	57.804	Variável	11-Abr-2011	2-Abr-2015	Índice FTSE China 25
América Latina	EUR	2.175	-	2.175	24	25	2.224	Variável	20-Mai-2011	20-Mai-2014	Cabaz de Fundos
EUA	EUR	74.607	-	74.607	1.124	418	76.149	Variável	30-Jun-2011	30-Jun-2014	Índice de Ações Standard & Poor's 500
América Latina Top 3	EUR	99.997	-	99.997	1.369	691	102.057	Variável	1-Ago-2011	31-Out-2014	Índice de Ações FTSE Latibex Top
AutoCallable 85-15	EUR	3.230	-	3.230	-	(292)	2.938	Variável	1-Ago-2011	31-Out-2014	Índice de Ações FTSE Latibex Top
AutoCallable 85-15a	EUR	570	-	570	-	-	570	Variável	1-Ago-2011	31-Out-2014	Índice de Ações FTSE Latibex Top
		731.357	40.860	690.497	7.819	9.065	707.381				
Obrigações de Caixa - Hipotecárias											
Hipotecárias II	EUR	1.000.000	125.750	874.250	18.912	36.285	929.447	3,25%	21-Out-2009	21-Out-2014	Tx Fixa
Hipotecárias III	EUR	1.000.000	-	1.000.000	5.151	6.987	1.012.138	2,625%	15-Abr-2010	15-Abr-2013	Tx Fixa
Hipotecárias IV - 1ª Tr	EUR	750.000	750.000	-	-	-	-	4,375%	12-Jan-2011	12-Jan-2014	Tx Fixa
Hipotecárias IV - 2ª Tr	EUR	600.000	600.000	-	-	-	-	4,045%	21-Jan-2011	12-Jan-2014	Tx Fixa
Hipotecárias IV - 4ª Tr	EUR	225.000	225.000	-	-	-	-	2,883%	16-Fev-2011	12-Jan-2014	Tx Fixa
Hipotecárias IV - 5ª Tr	EUR	175.000	-	175.000	(1.129)	-	173.871	1,077%	30-Mar-2011	30-Mar-2014	Tx Fixa
Hipotecárias V	EUR	1.250.000	1.250.000	-	-	-	-	3,182%	23-Mai-2011	23-Mai-2014	Tx Fixa
Hipotecárias VI - 1ª tranche	EUR	250.000	250.000	-	-	-	-	3,204%	4-Nov-2011	4-Nov-2014	Tx Fixa
Hipotecárias VII - 1ª tranche	EUR	380.000	380.000	-	-	-	-	3,204%	4-Nov-2011	4-Nov-2014	Tx Fixa
		5.630.000	3.580.750	2.049.250	22.934	43.272	2.115.456				
Obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização											
Hipototta 1 - Classe A - Notes	EUR	196.808	160.014	36.794	82	-	36.876	Variável	25-Jul-2003	25-Nov-2034	Euribor 3m+0,27% (até ao reembolso antecipado a Agosto de 2012); Euribor 3m+0,54% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe A - Notes	EUR	1.068.211	524.926	543.285	(1.410)	-	541.875	Variável	9-Dez-2005	30-Dez-2048	Euribor 3m+0,12% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,24% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe C - Notes	EUR	122.735	65.637	57.098	3	-	57.101	Variável	9-Dez-2005	30-Dez-2048	Euribor 3m+0,29% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,58% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe A2 - Notes	EUR	926.158	244.970	681.188	(112)	-	681.076	Variável	22-Mar-2007	28-Fev-2060	Euribor 3m+0,13% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,26% (após data de reembolso antecipado)
CON 1 - Classe A - Notes	EUR	399.785	-	399.785	2.561	-	402.346	Variável	24-Jun-2011	24-Jun-2038	Euribor 3m+0,3%
		2.713.697	995.547	1.718.150	1.124	-	1.719.274				
Outros											
EMTN's	EUR	1.226.550	45.710	1.180.840	10.460	30.036	1.221.336				
		1.226.550	45.710	1.180.840	10.460	30.036	1.221.336				
TOTAL DE RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS		10.301.604	4.662.867	5.638.737	42.337	82.373	5.763.447				

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 (Nota 23)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor de emissão			Periodificações			Total Balanço Consolidado	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado				
Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000	EUR	270.447	270.447	-	180	180	-	3,44%	Perpétuas	22 de Junho de 2010	
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	4.275	-	4.275	46	-	46	3,50%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011	
Obrigações Perpétuas subordinadas BSP 2001	EUR	13.818	13.818	-	151	151	-	3,50%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011	
		<u>288.540</u>	<u>284.265</u>	<u>4.275</u>	<u>377</u>	<u>331</u>	<u>46</u>				